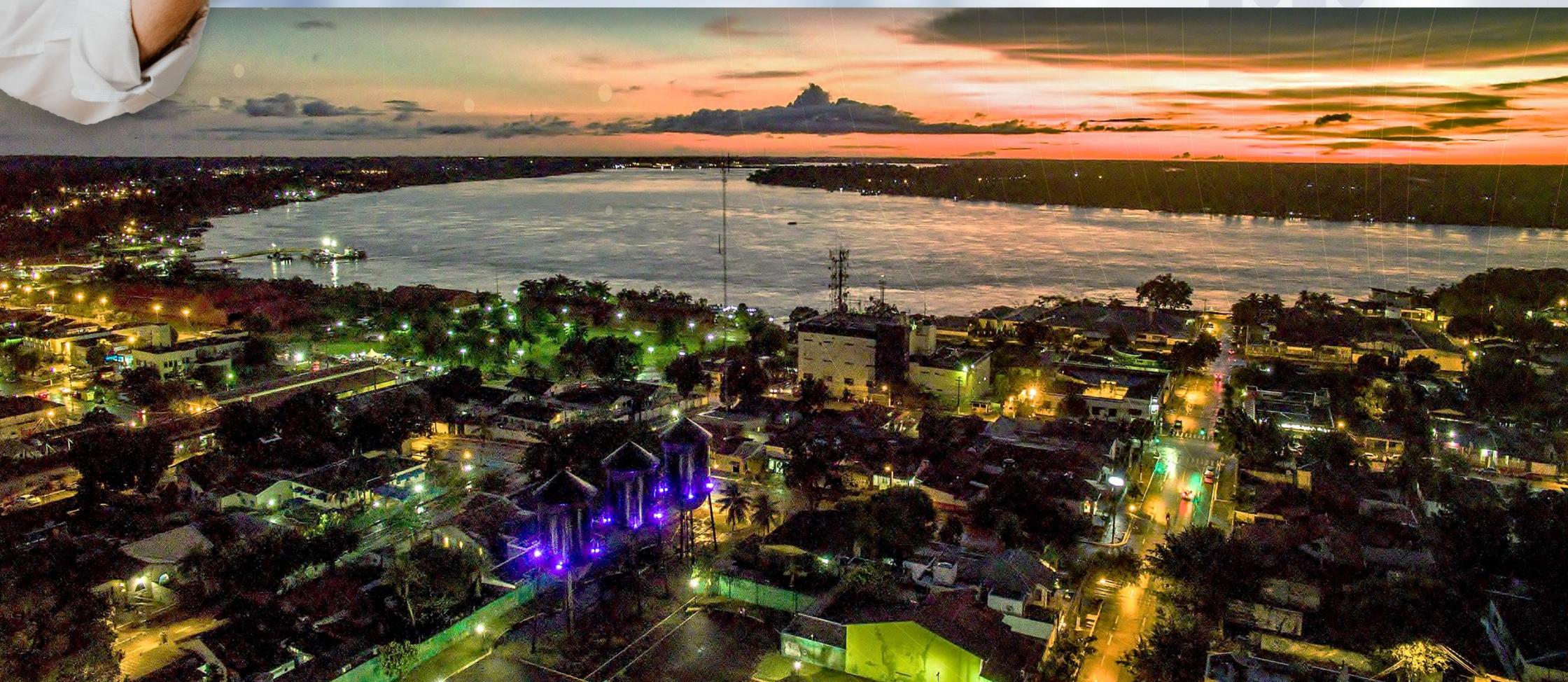




Relatório de Gestão

2022

Porto Velho / Rondônia



RELATÓRIO DE GESTÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - ANO 2022

Relatório de Gestão elaborado e apresentado em conformidade com os normativos do Tribunal de Contas da União, que regulamentam a matéria (IN 84/2020 e DN 198/2022), demonstrando aos órgão de controle e à população em geral os resultados da gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no exercício 2022, traduzindo a Estrutura de Governança e os Valores Institucionais que norteiam a atuação do Tribunal – Eficiência, ética, transparência, sustentabilidade, inovação e acessibilidade, bem assim, o resultado das ações implantadas para o alcance dos Objetivos Estratégicos, visando sempre o gerenciamento eficiente dos recursos e a agregação de valor aos serviços oferecidos à sociedade.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

- 01** Visão Geral da Organização
- 02** Gestão de Riscos e Controles
- 03** Governança, Estratégia e Desempenho
- 04** Demonstrações Contábeis
- 05** Anexos, Apêndices e Links

PALAVRA DO PRESIDENTE

No exercício de 2022, realizamos as Eleições Gerais com pleno êxito, a partir da dedicação de todos nas etapas de planejamento e execução das diversas atividades que proporcionaram, mais uma vez, ao eleitorado rondoniense, o exercício da cidadania por meio do voto, com um processo eleitoral célere, transparente e seguro.

Na etapa do registro de candidaturas, foram julgados 629 (seiscentos e vinte e nove) requerimentos de registro de candidatos e 53 (cinquenta e três) requerimentos de registro de partidos, coligações e federações.

Para o funcionamento das mesas receptoras de votos, a Justiça Eleitoral em Rondônia contou com a colaboração de 16.687 (dezesseis mil seiscentos e oitenta e sete) mesárias e mesários.

O estado de Rondônia foi uma das vinte unidades da Federação escolhidas para a realização do “Projeto Piloto com Biometria”, procedimento integrante da auditoria da votação eletrônica, nos termos da Resolução TSE n. 23.710/2022 e Portaria TSE n. 921/2022.

Durante os testes, vários eleitores participaram de forma voluntária para realização das rotinas de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas e aferição da confiabilidade da contagem eletrônica de votos.

Além desses destaques, foram previstas várias outras ações para a realização do pleito, no planejamento integrado das Eleições 2022, que foi composto por trinta iniciativas entre projetos e planos de ação.

Para ampliar o acesso dos eleitores aos serviços da Justiça Eleitoral, no decorrer de 2022, por meio de acordo de cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, foram disponibilizados postos de atendimento aos eleitores nos Fóruns Digitais do Distrito de Extrema, pertencente à capital, e no município de Mirante da Serra.

Essas iniciativas contribuíram para ampliar o acesso à Justiça e se inserem no objetivo estratégico referente ao fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade.

Os postos de atendimento facilitaram aos eleitores o acesso aos serviços digitais da Justiça Eleitoral, suprimindo eventuais dificuldades dos cidadãos quanto ao acesso a conexão com a internet, bem como suprimindo a distância com relação à sede das respectivas zonas eleitorais. Os postos do Distrito de Extrema e do município de Mirante da Serra prestaram atendimento a 1.691 (um mil seiscentos e noventa e uma) pessoas, em 2022, com serviços variados tais como impressão de títulos eleitorais, recebimento de requerimentos de justificativa por ausência às urnas, expedição de títulos eleitorais com inscrição ou atualização de informações do cadastro de eleitores, expedição de certidões e prestação de orientações.

Outro destaque foi o cumprimento das metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), item em que o Tribunal apresentou índices expressivos, fruto da atuação conjunta das pessoas que compõem a magistratura e o corpo técnico da Justiça Eleitoral em Rondônia.

Criado em 31 de março de 1982, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia comemorou em 2022 quarenta anos de existência. Dentre as comemorações, houve o lançamento de logomarca comemorativa, exposição itinerante “40 anos do TRE-RO e solenidade de entrega de medalhas a servidores aposentados que somaram mais de vinte anos de serviços prestados ao Tribunal.

As várias conquistas relatadas decorrem do esforço de toda a equipe do Tribunal, de forma que o sucesso obtido é compartilhado com a Corregedoria, com os demais membros da Corte, juízas, juízes, promotoras e promotores eleitorais, além de todo o corpo administrativo e colaboradores.

O conjunto de ações realizadas pelo TRE-RO em 2022 resultaram no alcance das metas propostas no planejamento estratégico e fomentaram o cumprimento da missão institucional de realizar justiça, avançando na busca de um Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia de direitos, contribuindo para a paz social e o desenvolvimento do país.

Desembargador KIYOCHI MORI

Presidente do TRE-RO

Sumário

01

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE EXTERNO

- Identificação da UPC 08
- Mapa de valores 10
- Visão geral organizacional e ambiente de atuação 11
- Composição do TRE/RO 12
- Organograma do TRE/RO 13

02

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES

- Auditoria Interna 15
- COSE e ALV 18
- GSE 19
- Atividades do GSE 20

03

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

- Declaração da Diretora Geral 23
- Planejamento Estratégico e Governança 24
- Planejamento Estratégico do TRE/RO 25
- Selo Ouro 26
- Metas Nacionais - CNJ 27
- Taxa de Congestionamento 28
- Processo Eleitoral 30
- Registros de Candidatos 31

03

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

- Representações e Direito de Resposta 34
- Prestações de contas de campanha eleitoral 34
- Diplomação dos candidatos eleitos 36
- Prestação jurisdicional 37
- CRE 38
- Inspeções 39
- Administração do Cadastro Eleitoral 40
- SIEL 41
- INFODIP 41
- Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos 42
- Provimentos 43
- Portarias Conjuntas 44
- Orientações 44
- Estatísticas Processuais 45
- Projetos desenvolvidos 46
- Gestão da Memória 47
- Gestão documental 53
- Difusão da informação 55
- Teste de integridade e projeto piloto com biometria 58
- Acessibilidade 60
- Gestão de Licitações e Contratos 61
- Desfazimento de ativos 73
- Crítérios de Sustentabilidade nas contratações e aquisições 84
- Infraestrutura e obras 89
- Gestão Patrimonial e Infraestrutura 90
- Frota de veículos do TRE/RO 96
- Custo benefício e Impacto sobre os Objetivos estratégicos 97
- Gestão de Custos 99

03

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

📌	Gestão Orçamentária e financeira	104
📌	Execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações	106
📌	Pleitos eleitorais.....	107
📌	Gestão financeira	108
📌	Desempenho atual x desempenho esperado / orçado	110
📌	Demais tópicos da gestão orçamentária	111
📌	Gestão de Pessoas	112
📌	Funções e vagas	113
📌	Resultados, dificuldades e desafios	114
📌	Despesa pessoal	116
📌	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE	117
📌	Sustentabilidade	119
📌	Tecnologia da Informação e Comunicação	133
📌	Comunicação Institucional	138
📌	Desafios Futuros	139

04

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

📌	Demonstrações Contábeis	142
📌	Balço Patrimonial	143
📌	Demonstração das variações patrimoniais	145
📌	Balço Orçamentário	146
📌	Balço financeiro	147
📌	Notas Explicativas – Balço Patrimonial	149
📌	Notas Explicativas – Demonstração das Variações Patrimoniais	171
📌	Notas Explicativas – Balço Orçamentário	179
📌	Notas Explicativas – Balço Financeiro	180
📌	Notas Explicativas – Demonstração dos Fluxos de Caixa	181
📌	Principais mudanças nas estimativas contábeis.....	183

05

ANEXOS, APÊNDICES E LINKS

📌	Declaração de Integridade	186
📌	Plano Estratégico –Link	186
📌	Relatório da CPDSA	187
📌	Lista de abreviações	188

01

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE EXTERNO

Na governança externa do TRE-RO destacam-se o TSE, como Órgão máximo da Justiça Eleitoral, que exerce sobre seus Tribunais Regionais funções administrativa, normativa e jurisdicional; o CNJ, em sua função fiscalizadora de atos administrativos do Poder Judiciário; e o TCU, especialmente em sua função de fiscalização e controle das contas públicas.

Na governança interna temos como principais instâncias o Plenário do TRE-RO, com seu poder de decisão sobre matérias e atos jurisdicionais e administrativos; o Conselho Administrativo em sua atribuição de discutir e deliberar questões administrativas visando ao cumprimento dos planos de gestão; Comitê Estratégico em sua função de análise e acompanhamento da estratégia; Comitê de Priorização de 1º Grau, em sua competência para assegurar a representatividade das Zonas Eleitorais nos atos de gestão; e o Comitê Diretivo de TIC em sua atribuição de coordenar a formulação de propostas e definir os princípios e as diretrizes que orientam a forma de utilização da Tecnologia da Informação e da Comunicação do TRE-RO de maneira integrada e transparente.

Compõe, ainda, a estrutura de governança do TRE-RO a Ouvidoria Eleitoral, na defesa dos direitos e garantias do cidadão e promoção do aprimoramento dos serviços prestados; a Corregedoria Regional Eleitoral, em sua função de fiscalização da regularidade dos serviços eleitorais do 1º Grau de jurisdição; a Auditoria Interna – AUDI, em suas funções tipicamente de auditoria ligada diretamente com a Presidência.

Destacamos ainda alguns dos importantes instrumentos que atuam na governança do TRE-RO: a Assessoria Jurídica, que analisa a conformidade dos atos administrativos; o Planejamento Estratégico, que estabelece o direcionamento institucional; o Plano de Logística Sustentável, que estabelece as diretrizes de atuação socioambiental; o Planejamento Orçamentário Participativo, que garante a participação de representantes de todas as unidades deste Tribunal na elaboração da proposta orçamentária anual, e o Plano Anual de Capacitação, construído de forma participativa. Há ainda a Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias – ASEPA ligada à Presidência e a Assessoria de Gestão de Riscos e Controle – ASRICO, ligada à Diretoria Geral.

O planejamento e a estrutura de governança do TRE-RO apoiam o alcance dos objetivos institucionais promovendo o alinhamento das estratégias institucionais com os Planos de Gestão e de Ação, bem como o monitoramento do cumprimento destes planos.



A história do TRE – RO pode ser vista por aqui!



A atuação Administrativa e Jurisdicional da Justiça Eleitoral de Rondônia é orientada por sua Missão Institucional de “Realizar Justiça”, por sua Visão de Futuro consistente em “Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país”, e por seus valores institucionais: **Acessibilidade, Agilidade, Credibilidade, Eficiência, Ética, Imparcialidade, Inovação, Integridade, Segurança Jurídica, Sustentabilidade, Transparência e Responsabilização.**

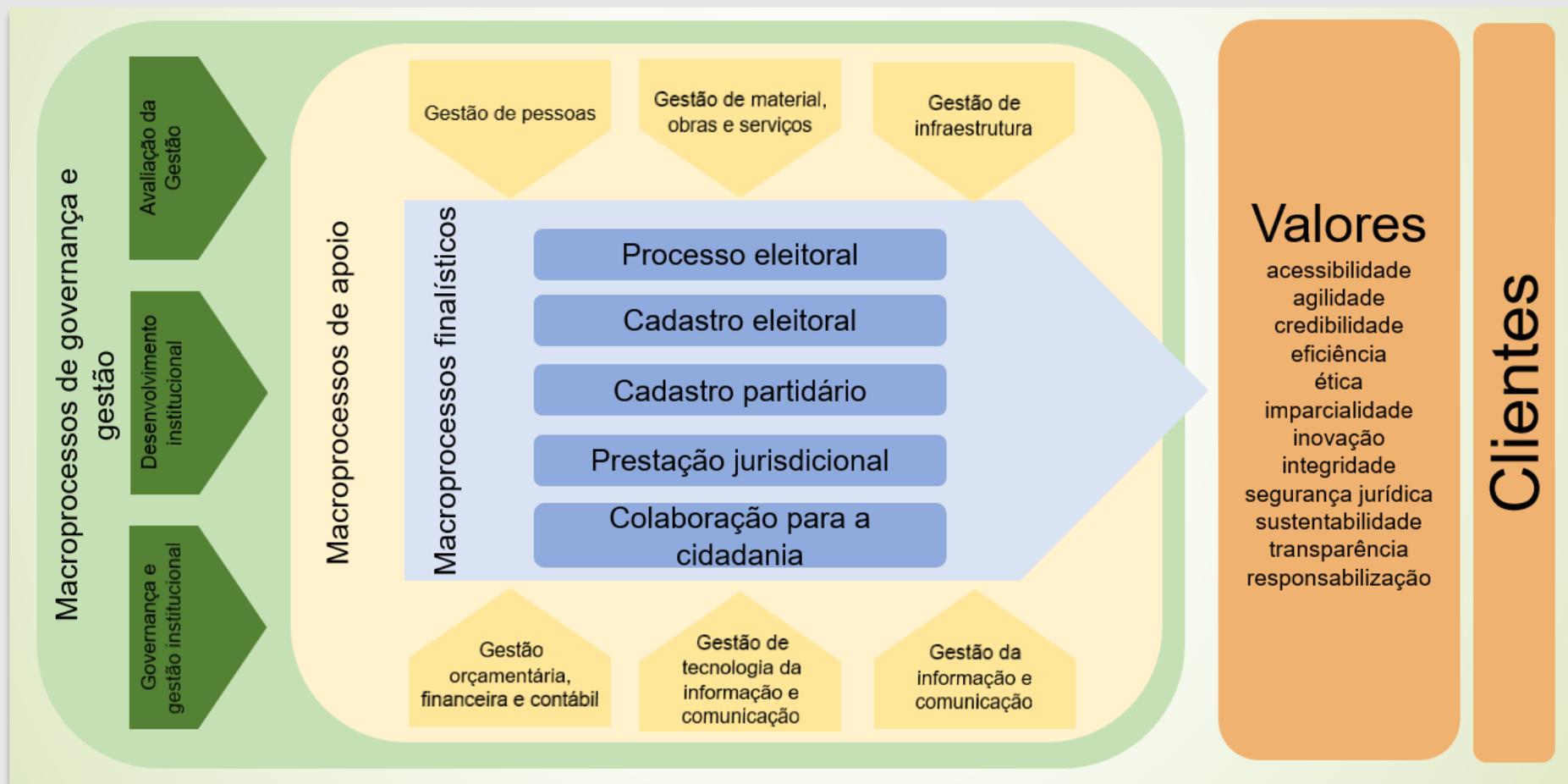
O Planejamento Estratégico Institucional, alinhado ao Planejamento do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 325/2020), com vigência para o período de 2021-2026, normatizado pela Resolução TRE-RO nº 08/2021, estabeleceu como macrodesafios ou eixos de atuação institucional em três setores sendo que no setor da Sociedade ficou a “Garantia dos Direitos Fundamentais” e o “Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a Sociedade”; Já no setor de Processos Internos ficou com a “Agilidade e produtividade na Prestação Jurisdicional”, “Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais”; “Promoção da Sustentabilidade”; “Transformação digital”; e “Comunicação eficaz”; Agora no setor de Aprendizado e Crescimento ficou o “Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária”; “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas”; “Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira” e “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados”.

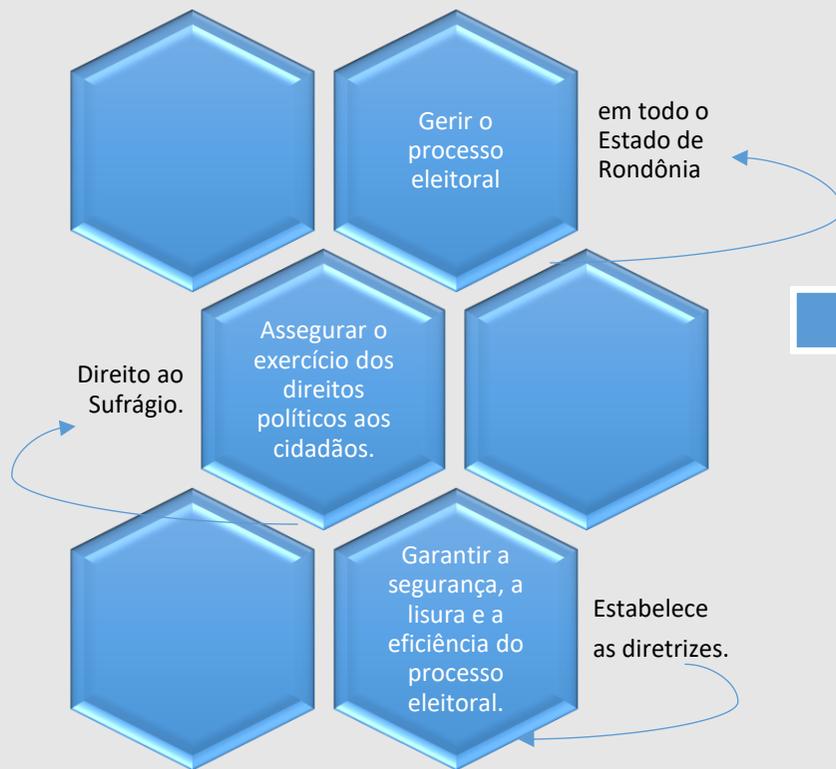
Com a pandemia da COVID-19 que começou em 2020 e começou a perder força em 2022, os projetos foram adaptados para o trabalho tanto presencial como para o teletrabalho, havendo assim uma facilidade de desempenho, sendo que em 2022 os trabalhos começaram a voltar ao normal, e como toda mudança sempre há uma deficiência nos trabalhos dos servidores

MAPA DE VALORES



O TRE/RO conta com 29 Zonas Eleitorais distribuídas entre os 52 municípios do Estado de Rondônia. Dentre os municípios de Rondônia registram-se situações bastante peculiares, pontuadas por localidades de difícil acesso e aldeias indígenas, cujo acesso só é possível por meio de barcos ou aeronaves (aviões de pequeno porte e helicópteros), exigindo da JE-RO planejamento e logística bastante diferenciada para atendimento destas localidades.





A Justiça Eleitoral de Rondônia, como justiça especializada, atua em três esferas: na jurisdicional, em que exerce a competência para julgar questões eleitorais; na administrativa, em sua competência para organizar e realizar as eleições, referendos e plebiscitos; e na regulamentar, em sua competência para elaborar normas de funcionamento e organização de suas atividades.

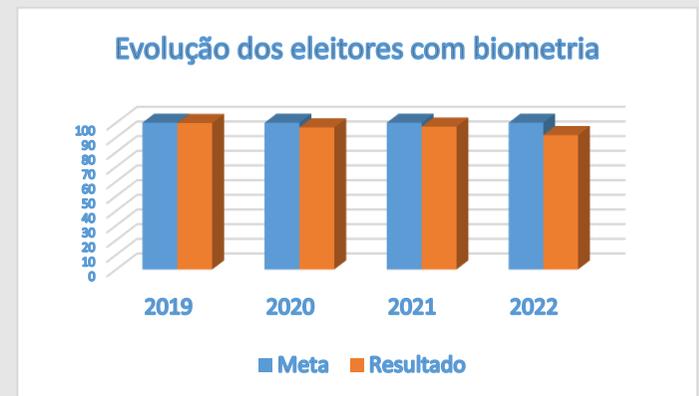
O ambiente de atuação da Justiça Eleitoral de Rondônia compreende o território do Estado com seus 52 municípios e uma população estimada pelo TSE em 2021 de 1.815.278 (um milhão, oitocentos e quinze mil e duzentos e setenta e oito) de habitantes (segundo estimativa do IBGE para 2022), dentre esta, um contingente de 1.229.800 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil e oitocentos) de eleitores (fonte: Intranet do TRE- RO e TSE), dos quais, 91,56%, recadastrados biometricamente (fonte: TSE). Esta atuação se realiza através do Tribunal Regional Eleitoral e suas 29 (vinte e nove) Zonas Eleitorais.

Finalidade essencial

Fortalecimento da democracia.

+

Consolidação do Estado Democrático de Direito.



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA – TRE/RO

CORTE ELEITORAL



Desembargador PAULO
KIYUCHI MORRI
Jurista
Presidente
De 01/01/2022 até 31/12/2023



Desembargador
MIGUEL MÔNICO NETO
Vice-Presidente
/Corregedor
De 01/01/2022 até 31/12/2023



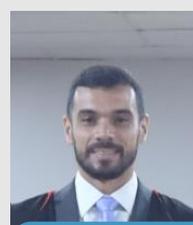
Dr. WALISSON
GONÇALVES CUNHA
Juiz Federal
De 11/11/2021 até 10/11/2023



Dr. EDENIR SEBASTIÃO
ALBUQUERQUE DA
ROSA
Juiz de Direito
De 09/03/2022 até 08/03/2024



Dr. ENIO SALVADOR
VAZ
Juiz de direito



Dr. IGOR HABIB RAMOS
Jurista
De 13/12/2022 até 12/12/2024



BRUNO RODRIGUES
CHAVES
Procurador Regional
Eleitoral
De 01/10/2021 até 31/10/2023



Dr. FRANCISCO BORGES
FERREIRA NETO
Juiz de Direito
De 09/03/2020 até 08/03/2022



JOÃO LUIZ ROLIM
SAMPAIO
Juiz de direito
De 04/08/2020 até 03/08/2022



Dr. CLÊNIO AMORIM
CORRÊA
Jurista
De 17/11/2020 até 16/11/2022



EDSON BERNARDO
ANDRADE REIS NETO
Jurista
De 14/07/2020 até 13/07/2022

DIRETORA GERAL



LIA MARIA ARAÚJO
LOPES
Diretora-Geral



FRANCISCO PARENTES
DA COSTA FILHO
Secretário de Administração,
Orçamento, Finanças e
Contabilidade



EDGARD MANOEL
AZEVEDO FILHO
Secretário de Gestão De
Pessoas



AUREA CRISTINA
SALDANHA O. ARAGÃO
Secretária Judiciária e de
Gestão Da Informação

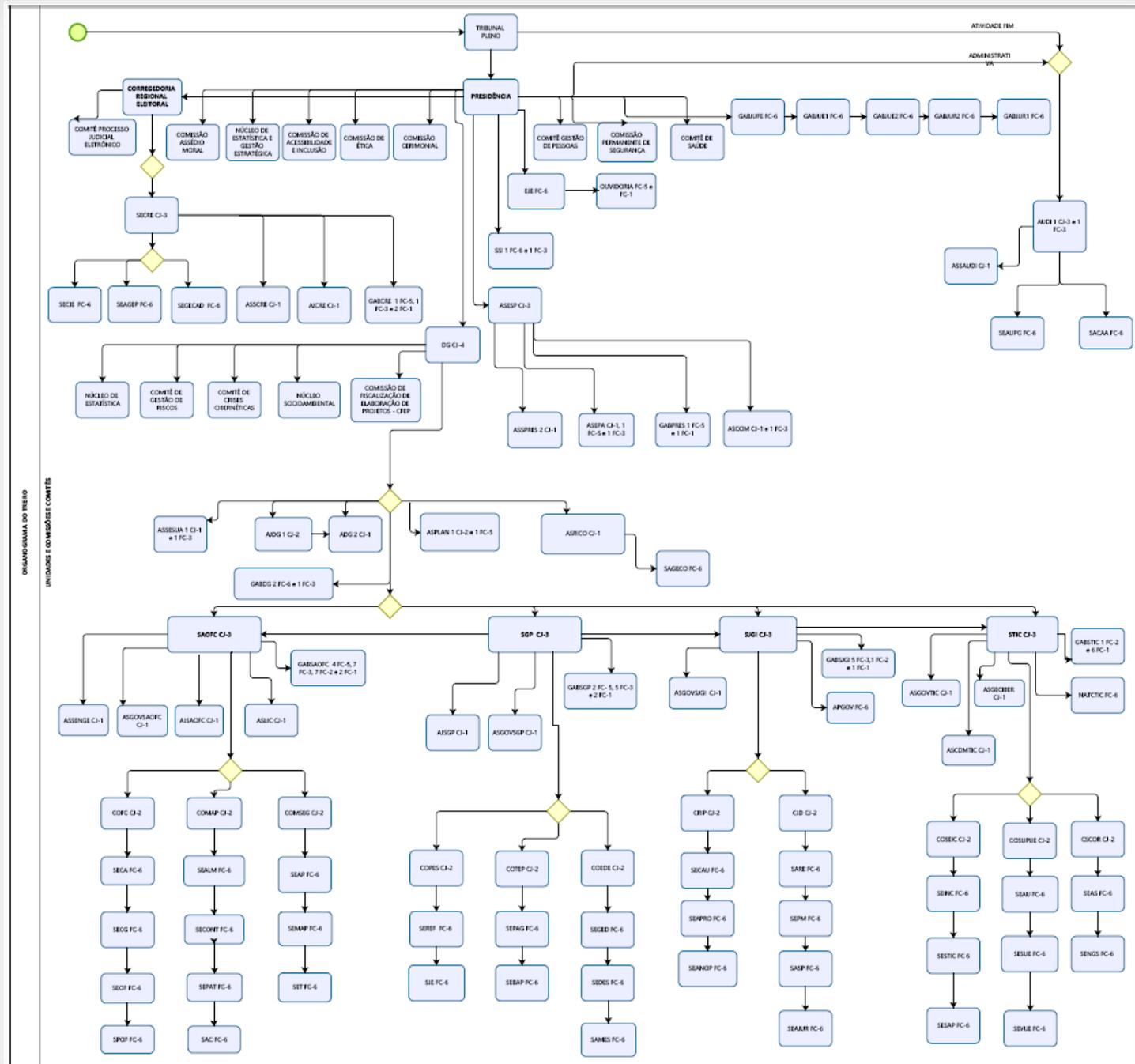


EDUARDO GIL
TIVANELLO
Secretário de Tecnologia
da Informação

MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

SECRETARIADO

ORGANOGRAMA DO TRE/RO



02

**GESTÃO DE RISCO E
CONTROLES**

AUDITORIA INTERNA

A estrutura organizacional da Auditoria Interna encontra-se diretamente subordinada à Presidência, com reporte funcional à Corte Eleitoral. Suas atribuições estão elencadas nos artigos 17 a 21 da Resolução TRE-RO nº 19/2020.

A Auditoria Interna (AUDI) é uma unidade independente de avaliação e consultoria que visa agregar valores às operações da organização, de modo a auxiliar na concretização dos objetivos organizacionais, mediante avaliação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança.

Quanto à sua atuação fiscalizadora, orientada pelo Manual de Procedimentos de Auditoria, Inspeção Administrativa e Fiscalização, nos termos da Portaria nº 381/2014 da Presidência do TRE-RO, no decorrer do exercício de 2022 foi prevista a finalização da Auditoria de Contas 2021, bem como ocorreu o adiamento da realização da Auditoria de Governança nas Contratações para o exercício de 2023, em razão da participação dos servidores da AUDI no processo de análise de prestação de contas eleitorais do Pleito de 2022.

Foram realizadas ainda mais duas Auditorias no decorrer de 2022: Avaliação do Processo de gestão de Segurança de Informação (Auditoria Integrada do TSE) e Auditoria de Contas do Exercício de 2022 (em andamento), com previsão normativa para ser finalizada em março/2023, conforme disposto no Plano Anual de Auditoria Interna – PAA de 2022, devidamente aprovado pela Presidência na Decisão nº 52/2022.

Os relatórios das auditorias finalizadas em 2022, assim como os planos de auditoria de longo prazo e anual estão publicados no Portal da Transparência deste Tribunal nos links: <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/relatorios-de-auditorias> e <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/plano-de-auditoria/plano-de-auditoria>.

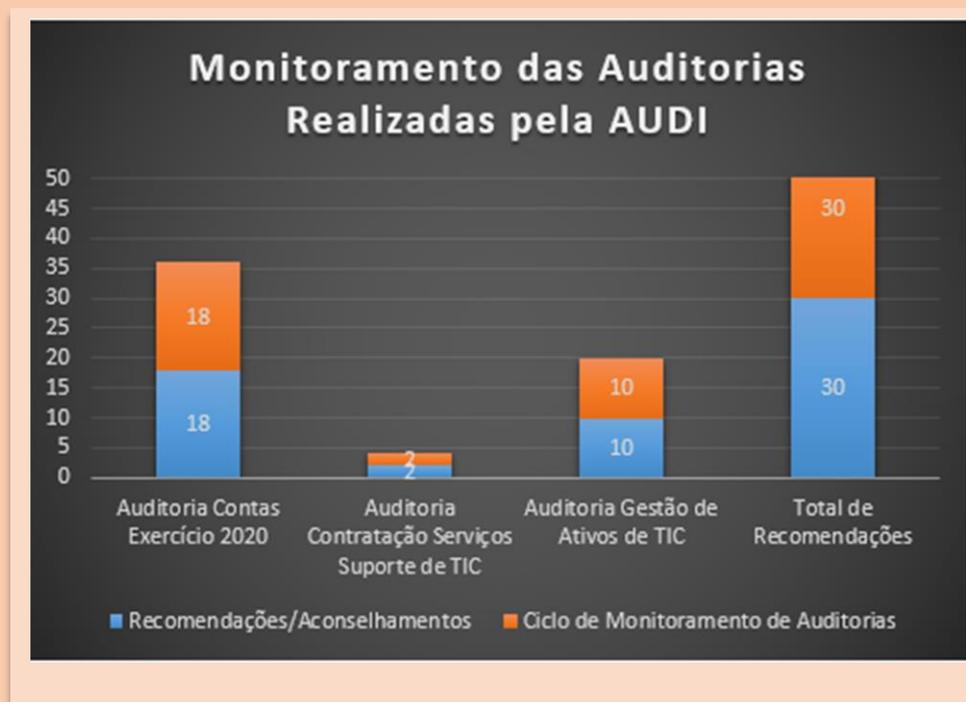
ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA EM 2022

Atividades de Auditoria realizadas em 2022	
1	Finalização da Auditoria nas Contas Anuais de 2021 - Financeira integrada com Conformidade, elaboração do relatório final e emissão de Certificado.
2	Auditoria no Processo de gestão de Segurança da Informação – Auditoria Integrada do TSE (relatório de achados e relatório final)
3	Auditoria nas Contas Anuais de 2022 - Financeira integrada com Conformidade (planejamento e execução)
4	Auditoria de Conformidade na Modalidade Preventiva (em andamento) – Construção da Nova Sede deste Regional

A AUDI cumpriu o PAA 2022 com a realização das auditorias previstas e os monitoramentos das recomendações emitidas nos exercícios anteriores, bem como suas atividades ordinárias de apoio ao Controle Externo (TCU), por meio da análise de conformidade dos atos de pessoal e outros legalmente estabelecidos.

O resultado dos trabalhos de auditoria do exercício 2022 é considerado satisfatório, dado a complexidade das ações desenvolvidas e o montante dos valores auditados, em especial, no tocante à necessidade de se restringir intensamente as atividades para atender à Auditoria de Contas Anual (implementada pelo TCU), bem como suprir as demandas advindas do Pleito de 2022 (Comissão de Segurança das Eleições e Análise de Prestação de Contas Eleitorais).

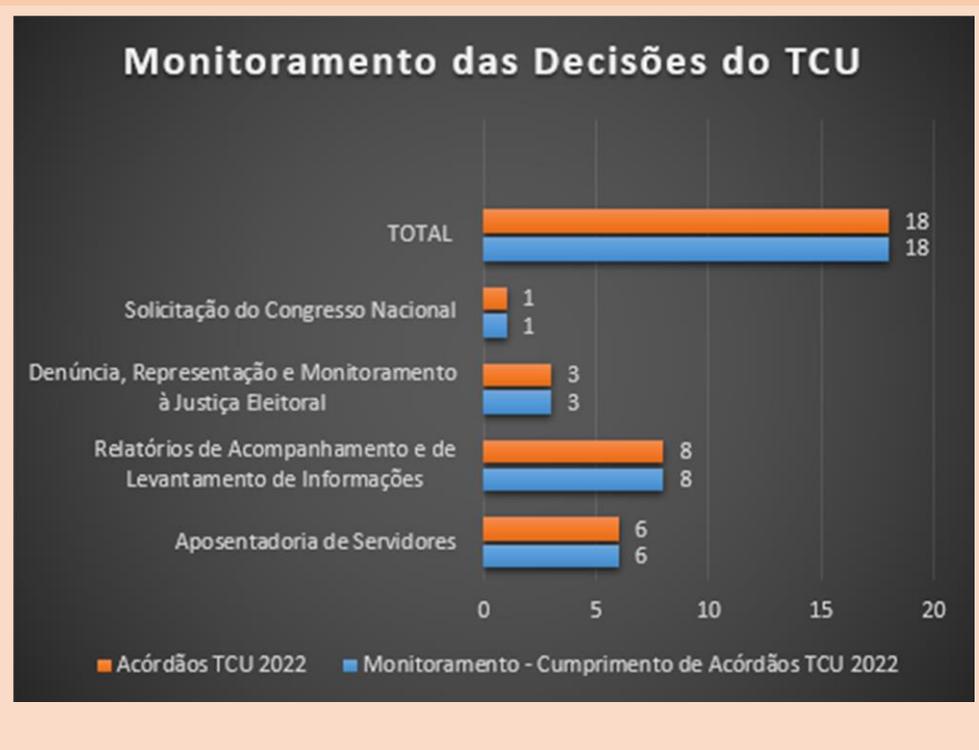
No que concerne especificamente ao ciclo de monitoramento de auditorias realizadas no exercício de 2022, foram monitorados um total de 03 (três) procedimentos de auditoria, sendo emitidas 30 (trinta) recomendações, com os respectivos planos de ação elaborados e devidamente executados pelas unidades auditadas (11 recomendações implementadas e 19 estão em implementação).



No que tange ao cumprimento de acórdãos proferidos pelo TCU, foram emitidos pela Corte de Contas um total de 18 (dezoito) acórdãos no exercício de 2022, todos integralmente cumpridos e observados por este Regional.

Por fim, destacamos a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – PAA para o exercício de 2023 e a atualização do Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP 2022-2025, bem como a apresentação do Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINI 2021, que foi devidamente aprovado pela Egrégia Corte deste Tribunal.

Em síntese, os trabalhos da unidade de Auditoria Interna do TRE-RO contribuíram para o alcance dos objetivos do sistema de controle interno, previstos no artigo 74 da Constituição Federal, com foco na eficácia, na eficiência e na efetividade dos processos, resultando na melhoria operacional dos procedimentos e, assim, agregando mais valores à instituição.



COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES – COSE E APOIO LOGÍSTICO VOLUNTÁRIO – ALV.

Durante o exercício 2022 a ASRICO também atuou diretamente nos trabalhos da Coordenação de Segurança das Eleições – COSE e na gestão do projeto Apoio Logístico Voluntário – ALV.

Na COSE a ASRICO esteve envolvida em todo o planejamento de segurança dos pleitos, assessorando a Coordenação nas reuniões de gestão e de trabalho, durante as quais eram revisados e alinhados conjuntamente os planejamentos operacionais de todas as forças policiais parceiras. Com o escopo de garantir a seguridade de todos os locais de votação, instalações da Justiça Eleitoral, servidores, autoridades e demais colaboradores que atuam direta ou indiretamente na concretização da festa da democracia a gestão de riscos atuou para mitigar todos os eventuais riscos inerentes ao processo eleitoral, principalmente pelo contexto de animosidade e tensão que havia na disputa política presidencial.

Ainda nas atividades relacionadas ao pleito eleitoral 2022, a ASRICO atuou efetivamente na Comissão de Fiscalização da Propaganda Eleitoral (COFIPE) com atribuição administrativa do poder de polícia. Foram realizadas diversas operações de fiscalização pelas principais avenidas da capital com apoio das forças policiais (BPTRAN, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal) com a finalidade de inibir a propaganda irregular. Quando constatada irregularidade na veiculação da propaganda, os responsáveis foram notificados para cessar imediatamente a ilegalidade. O pleno exercício do poder de polícia tornou a atuação da COFIPE efetiva contribuindo essencialmente para a normalidade e legitimidade do pleito.

A ASRICO também foi gestora do projeto Apoio Logístico Voluntário - ALV, o qual é responsável por captar recursos humanos para suprir a necessidade de apoio logístico para prestação de serviços auxiliares nos trabalhos eleitorais, além de fomentar a cidadania e a democracia, mediante incentivo à participação dos acadêmicos das Instituições de Ensino Superior (IES) de Rondônia para atuarem na preparação e realização do pleito eleitoral. Só em 2022, por meio do projeto foram alistados, dentre acadêmicos e servidores públicos do Judiciário ou MP, mais de 500 cidadãos voluntários que contribuíram com sua mão-de-obra em todas as Zonas Eleitorais e na Comissão de Auditoria de Votação e Urnas Eletrônicas (CAUVE).

GABINETE DE SOLUÇÕES DAS ELEIÇÕES – GSE 2022

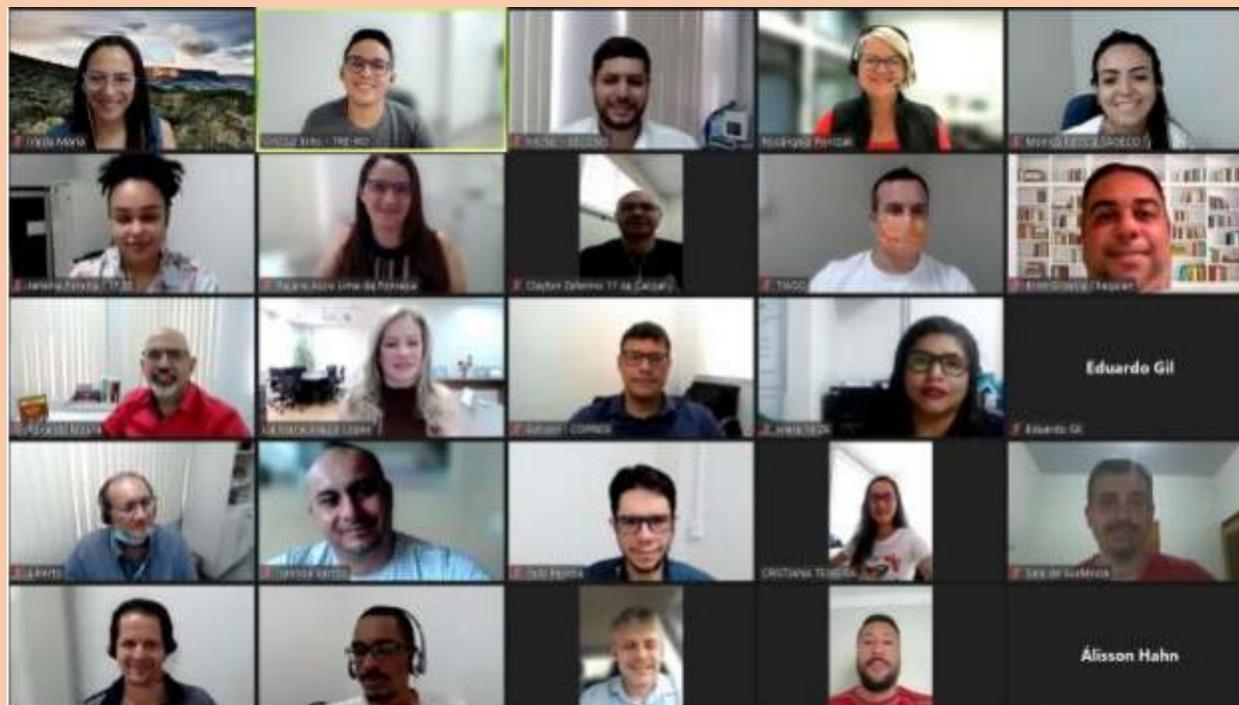
O GSE, anteriormente denominado Gabinete de Gerenciamento de Riscos, é coordenado pela Assessoria de Gestão de Risco e Controle, sob a supervisão e orientação da Diretoria-Geral e com auxílio direto do Gabinete desta. Nas Eleições 2022 o GSE cumpriu seu mister atuando na resolução de demandas administrativas de natureza emergencial que pudessem impactar negativamente as atividades de realização do pleito eleitoral, especialmente quanto à interrupção do fornecimento de energia elétrica, telefonia, água potável e rede de dados em locais de votação.

ATIVIDADES DO GSE:

- 1. Se reuniu e oficiou às empresas prestadoras de serviços públicos solicitando planos de contingência para atender a Justiça Eleitoral de Rondônia, inclusive com equipes de plantão;
- 2. Elaborou planos de resposta aos potenciais riscos identificados;
- 3. Implantou ações voltadas a dirimir a possibilidade de ocorrências e/ou mitigar os impactos que essas pudessem acarretar ao regular transcurso das atividades do pleito eleitoral;
- 4. Disponibilizou plantão de suporte a fim de apresentar solução imediata às demandas e aos eventuais incidentes que podiam interferir nos trabalhos de realização das eleições, mantendo os contatos dos locais de votação e das equipes de serviço disponibilizadas pelas empresas prestadoras de serviços públicos.

Curso Prático: Tópicos avançados em Gestão de Riscos e Prevenção de Crises

- Ministrado pela Prof.^a Dr.^a Rosângela Florczak, entre os dias 30/05 a 1º/06/2022, por videoconferência na plataforma Zoom. A formação teve por escopo ampliar e atualizar o conhecimento de servidores e gestores de diversas áreas do Tribunal em gestão de riscos e prevenção de crises, apresentando os conceitos basilares da área, os desafios inerentes ao cenário eleitoral de 2022 e o futuro próximo para a gestão da crise, as metodologias disponíveis e as melhores práticas, de forma a prepará-los para atuar assertivamente nos eventos críticos, mitigando eventuais danos reputacionais à instituição.



Oficina: Comunicação Estratégica no setor público com enfoque em Gestão de Crises

- Conduzido pela empresa WeGov, entre os dias 04 a 06 de julho de 2022, na Sala de Treinamentos do TRE-RO. O objetivo da oficina foi promover a reflexão e o debate sobre tecnologias de informação e comunicação e seus impactos no atual contexto da Justiça Eleitoral, bem como os riscos e as crises possíveis antes, durante e depois das Eleições 2022. Durante o desenvolvimento das atividades, de forma colaborativa, os participantes puderam se atualizar sobre ferramentas, metodologias e novas formas de trabalho, estabelecer os entendimentos e as responsabilidades mútuas sobre a atuação do Regional para mitigar os efeitos dos episódios de risco e apontar caminhos para uma efetiva resposta institucional aos cidadãos e eleitores em eventos de crise, por meio da produção de Planos de Ações e Checklists.



03

GOVERNAÇÃO, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



DECLARAÇÃO DA DIRETORA GERAL

Este relatório apresenta resultados relacionados às atividades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia durante o exercício de 2022, ano marcado de adversidades que teve como o maior desafio, a realização das eleições gerais quando ainda vivenciávamos o cenário desolador da pandemia da COVID -19. As dificuldades foram muitas, mas este Tribunal conseguiu encerrar o ano com bons resultados e uma perspectiva positiva para 2023.

Com efeito, essa justiça especializada tem buscado cada vez mais aperfeiçoar sua atividade em prol do fortalecimento da democracia e da transparência de sua administração.

Afinal, a boa gestão de recursos públicos pressupõe não apenas a conformidade legal dos procedimentos, mas também a efetividade de ações, sendo a prestação de contas por intermédio do relatório de gestão, um meio imprescindível para evidenciar, sob tais aspectos, a gestão realizada no exercício.

Pensando nisso, registra-se que no exercício 2022 foi realizada uma reestruturação administrativa na Secretaria do Tribunal, mediante o estabelecimento de nova estrutura organizacional e de competências das unidades, com o fim de elevar a eficiência dos serviços prestados, promovendo melhorias nos resultados entregues à sociedade, bem assim fomentar ações de responsabilidade social, práticas ambientais sustentáveis e aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional.

Destaco que as informações constantes deste Relatório, ora encaminhadas ao egrégio Tribunal de Contas da União, estão disponíveis em nosso site www.tre-ro.jus.br e canais de comunicação, como forma de dar transparência às ações deste Tribunal e de manter contínuo diálogo com a sociedade.

As realizações aqui relacionadas são fruto de um trabalho coletivo que envolve a dedicação de membros, juízas, juízes e membros do Ministério Público Eleitoral, servidoras e servidores no cumprimento das atribuições constitucionais. Decorrem, também, do nosso compromisso com a promoção da Justiça e a defesa dos direitos da sociedade rondoniense.

Lia Maria Araújo Lopes

Diretora-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

O TRE- RO materializou o Planejamento Estratégico com o compromisso institucional pela melhoria do desempenho e da governança corporativa, impulsionado pelos novos modelos e práticas de gestão e orientado por normativos de controles externos como TSE, CNJ e TCU.

A primeira iniciativa de elaboração do planejamento estratégico deste Tribunal data de 2003, o qual seguiu evoluindo para tomar força em 2009. Em evolução crescente, o TRE-RO foi promovendo adequações e atualizações que culminaram com a revisão geral de seu PEI em 2014, vigente para o período 2015-2020, aprovado pela Resolução TRE-RO nº 12/2015, alinhada com a Resolução CNJ 198, de 1º de julho de 2014.

Iniciada em 2020, a revisão e o alinhamento do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 instituída pela Resolução CNJ nº 325/2020, e prejudicada, pela pandemia de COVID-19, só foi elaborado em 2021, onde, com contratação de empresa de consultoria, e inúmeras reuniões on-line, tornou-se possível apresentar o escopo do Planejamento Estratégico em 15 de julho de 2021

Com 25 indicadores de desempenho para monitoramento da estratégia, e monitorado em Reuniões de Análise (RAE), o planejamento institucional tornou-se mais tangível e compreensível como instrumento de gestão.

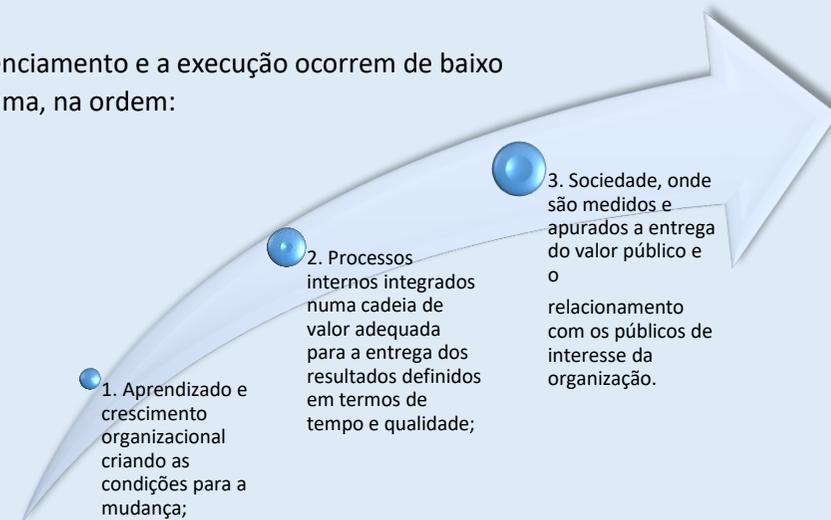


PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRE- RO

Para o TRE, o Planejamento Estratégico 2021-2026, norteia sua estratégia prescritiva e mostra a missão, a visão de futuro e os valores que a organização deve entregar, além das perspectivas objetivos estratégicos suficientes e necessários para o alcance dos resultados definidos pelo Mapa Estratégico



O gerenciamento e a execução ocorrem de baixo para cima, na ordem:



▶ APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- Perspectiva da base do mapa estratégico, trata do protagonismo e do desenvolvimento das pessoas na era digital, além de compreender os recursos e o suporte tecnológico necessários ao alcance das estratégias organizacionais.

▶ PROCESSOS INTERNOS

- Destaca e prioriza os processos e procedimentos críticos para a promoção da melhoria contínua do TRE-RO com o objetivo de tornar a eleição mais segura, a prestação jurisdicional mais rápida e eficaz, aumentar a produtividade e aprimorar a qualidade dos serviços prestados.

▶ SOCIEDADE

- Perspectiva de resultados situada na parte superior do mapa estratégico, compreende os resultados organizacionais, a entrega de valor público e o relacionamento com a sociedade.

TRE-RO ATINGE 85,43% EM AVALIAÇÃO DE QUALIDADE E RECEBE O SELO OURO EM PRÊMIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) conquistou o 1º lugar na categoria Ouro do Prêmio CNJ de Qualidade. A divulgação do resultado ocorreu durante o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, nesta terça-feira (22/11), na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O prêmio representa o reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos tribunais que se destacam em políticas judiciárias, eficiência, gestão e organização de dados.

A pontuação do prêmio leva em consideração a avaliação em critérios divididos nos seguintes eixos temáticos: governança, produtividade, transparência, e dados e tecnologia.

O TRE-RO atingiu o percentual de 85,43% da pontuação máxima do Prêmio CNJ de Qualidade.

O prêmio reflete o esforço dos juízes, servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral em Rondônia em buscar sempre progredir nos serviços prestados à sociedade.

METAS NACIONAIS - CNJ

Integrado aos objetivos estratégicos, o Tribunal direciona esforços visando ao cumprimento das metas anualmente estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para os órgãos integrantes do Poder Judiciário Nacional. As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

Ao segmento da Justiça Eleitoral (JE) aplicam-se as metas jurisdicionais 1, 2, 4, 9 e 10.

RESULTADOS DOS INDICADORES:

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (todos os segmentos)



Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

A meta estará integralmente cumprida se o percentual for maior que 100%.

META 2 – Julgar processos mais antigos (todos os segmentos)



Identificar e julgar até 31/12/2022 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020.

META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados)



Identificar e julgar até 31/12/2022 60% dos processos referentes às eleições de 2020 e 90% dos processos referentes às eleições de 2018, distribuídos até 31/12/2021, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade.

META 9 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário (todos os segmentos)



Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.

META 10 – Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0 (todos os segmentos)



Implementar, durante o ano de 2022, as ações* do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal. *Juízo 100% Digital; Balcão Virtual; Plataforma Digital do Poder Judiciário (TSE); Codex (TSE).

TAXA DE CONGESTIONAMENTO

A taxa de congestionamento representa um indicador que mede o percentual de casos que permaneceram pendentes de solução em relação ao total que tramitou no período de um ano. Quanto menor o resultado da taxa de congestionamento, melhor o desempenho do Tribunal.

$$TC2^{\circ} = CP2^{\circ}/TBaix2^{\circ} + CP2^{\circ}$$

Exercício	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Resultado Fórmula	0,358	0,623	0,143	0,19	0,03	0,56	0,28	0,36	0,037
Grau de Cumprimento	35,80%	61,85%	14,37%	19,00%	3,00%	56,00%	28,00%	36,00%	3,7%

Ao compararmos os percentuais registrados nos exercícios de 2018 e 2022, ambos em ano de eleições gerais, verificou-se que no último exercício houve pequeno aumento da taxa de congestionamento, no entanto em relação ao exercício anterior, nota-se uma melhora significativa do indicador.

PROCESSOS JULGADOS NO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO

Estoque 2021 (Classes CNJ)	Distribuídos 2022 (Classes CNJ)	Julgados 2022 (Classes CNJ)	Pendentes em 31/12/2022
182	1705	1053	834

QUANTITATIVO DE PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS

Acórdãos	542
Decisões monocráticas	65
Resoluções	61
Atas das sessões plenárias	128
Sessões por videoconferência (Pandemia)	123
Total de pronunciamentos judiciais	919

PROCESSOS DE MULTA ELEITORAL ENCAMINHADOS À PFN

Total de Processos	Montante - Condenação
31	R\$ 721.231

INDICADORES PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SEXÊNIO 2021-2026

Resultado dos indicadores ano 2022:

Tempo médio da sentença no primeiro grau:	• 9 meses
Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais:	• 85,71%
Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais:	• 21,58%
Índice de Atendimento à Demanda:	• 143,54%
Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário:	• 262 dias
Índice de Prescrição:	• 0 (zero)
Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crime Eleitorais:	• 46 dias
Tempo de Tramitação dos Processos Administrativos Disciplinares:	• 60 dias
Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total:	• 100%

PROCESSO ELEITORAL

Cabe à secretaria judiciária atuar na preparação e planejamento dos procedimentos relacionados aos registros de candidaturas, tendo ministrado treinamentos internos aos servidores, bem como capacitações externas a candidatos, advogados e representantes dos partidos políticos.

Além disso, realizou a gestão dos sistemas PesqEle:



Sistema horário eleitoral:

- Utilizado para a distribuição do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão.



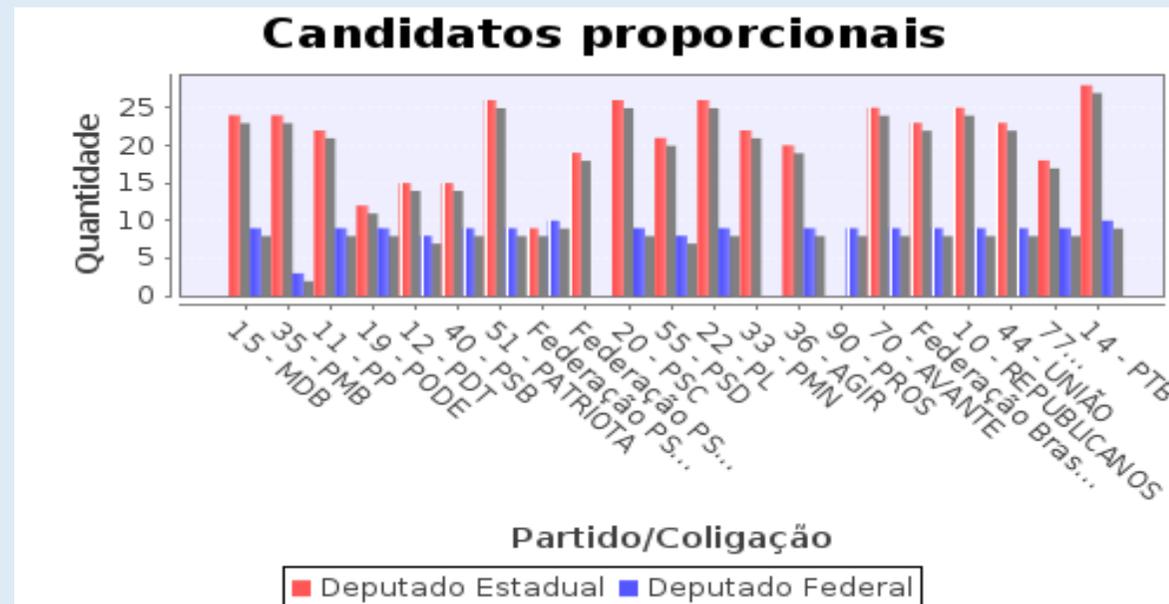
Sistema Candidaturas:

- Utilizado para o recebimento, processamento, monitoramento e divulgação dos requerimentos de registro de candidaturas.

Destaca-se que a protocolização e processamento dos processos eleitorais ocorreu 100% de forma digital por meio dos sistemas eleitorais e do Processo Judicial Eletrônico (PJe), em consonância com o processo interno de “Transformação Digital”.

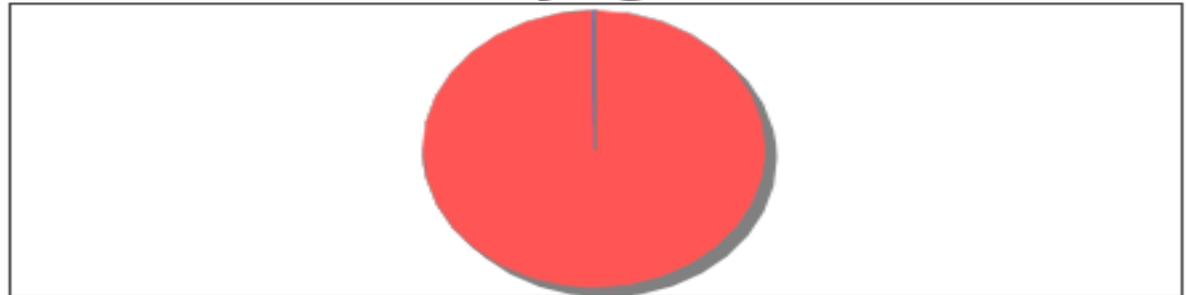
PROCESSAMENTO DOS REGISTROS DE CANDIDATURAS

Cumprindo o calendário eleitoral (Resolução TSE n. 23.674/2021) o TRE-RO processou e julgou 629 (seiscentos e vinte e nove) requerimentos de registro de candidaturas de candidatos e 53 (cinquenta e três) requerimentos de partidos, coligações e federações. Todos os processos de registro foram julgados pela Corte Eleitoral antes do prazo final estabelecido na legislação de regência.





Candidatos julgados APTOS



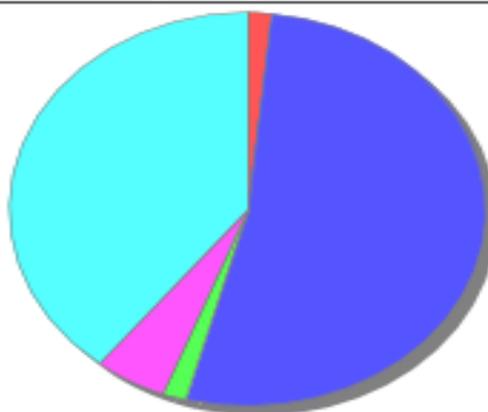
- 567 DEFERIDO
- 1 INDEFERIDO COM RECURSO
- 0 DEFERIDO COM RECURSO
- 0 PENDENTE DE JULGAMENTO
- 0 CASSADO COM RECURSO
- 0 CANCELADO COM RECURSO
- 0 PEDIDO NÃO CONHECIDO COM RECURSO

Candidatos com motivo indeferimento



- 0 Abuso de poder (LC 64/90)
- 18 Ausência de requisito de registro
- 0 Compra de voto (Lei 9.504/97).
- 0 Conduta vedada (Lei 9.504/97).
- 0 Gasto ilícito de recursos (Lei 9.504/97).
- 0 Indeferimento de partido, federação ou coligação.
- 3 Partido ou federação Invalidado.
- 7 Ficha limpa (LC 64/90)

Candidatos julgados INAPTOS



- 1 CANCELADO
- 32 RENÚNCIA
- 1 FALECIMENTO
- 0 CASSADO
- 3 PEDIDO NÃO CONHECIDO
- 24 INDEFERIDO

PROCESSAMENTO DE REPRESENTAÇÕES, DIREITO DE RESPOSTA

Com o intuito de conferir legitimidade ao pleito a Corte regulou a disputa eleitoral processando e julgando 172 representações e 7 direitos de resposta.

A propaganda eleitoral gratuita também foi assegurada aos candidatos por meio da distribuição do horário eleitoral gratuito nas modalidades em rede e inserções, em ambos os turnos, cujos relatórios e mapas de mídias foram amplamente divulgados na página do tribunal no link: <https://www.tre-ro.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/eleicoes-2022>.

No tocante aos crimes eleitorais, destaca-se a operação denominada “santinho”, ocorrida no primeiro e segundo turnos das eleições gerais de 2022, nos locais de votação, objetivando coibir o derramamento de material de campanha nos dias do pleito.

A ação culminou no oferecimento de denúncia pelo Ministério Público Eleitoral e em transações penais, resultando na doação de cestas básicas a entidades assistenciais, totalizando aproximadamente 9 toneladas de alimentos.



Foto: Entrega de cestas básicas a instituições assistenciais

PROCESSAMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CAMPANHA ELEITORAL

A fiscalização dos recursos relacionados ao financiamento público das campanhas eleitorais ocorreu com o julgamento de todos os processos de prestação de contas de candidatos eleitos e dos primeiros suplentes, antes da solenidade de diplomação.

DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR AO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÕES DE CONTAS

Sigla do Partido	DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2021		
	Data	Processo PJ-e	Situação em: 2023
AGIR	06/06/2022	PC-PP 0600313-22.2022.6.22.0000	AN
AVANTE	30/06/2022	PC-PP 0600303-75.2022.6.22.0000	AN
CIDADANIA	06/07/2022	PC-PP 0600315-89.2022.6.22.0000	AN
DC	06/07/2022	PC-PP 0600316-74.2022.6.22.0000	AN
MDB	07/07/2022	PC-PP 0600320-14.2022.6.22.0000	AN
PATRIOTA	06/07/2022	PC-PP 0600318-44.2022.6.22.0000	AP
PC do B	21/06/2022	PC-PP 0600283-84.2022.6.22.0000	AN
PDT	30/06/2022	PC-PP 0600308-97.2022.6.22.0000	AN
PL	28/06/2022	PC-PP 0600298-53.2022.6.22.0000	AN
PMB	08/07/2022	PC-PP 0600326-21.2022.6.22.0000	AN
PMN	06/07/2022	PC-PP 0600317-59.2022.6.22.0000	AN
PODE	20/05/2022	PC-PP 0600147-87.2022.6.22.0000	AN
PP	29/06/2022	PC-PP 0600300-23.2022.6.22.0000	AN
PROS	30/06/2022	PC-PP 0600305-45.2022.6.22.0000	AN
PSB	16/06/2022	PC-PP 0600277-77.2022.6.22.0000	AN
PSC	19/05/2022	PC-PP 0600144-35.2022.6.22.0000	AN
PSD	27/04/2022	PC-PP 0600121-89.2022.6.22.0000	AN
PSDB	30/06/2022	PC-PP 0600302-90.2022.6.22.0000	AN
PSOL	30/06/2022	PC-PP 0600304-60.2022.6.22.0000	AN
PSTU	13/05/2022	PC-PP 0600142-65.2022.6.22.0000	AP
PT	30/06/2022	PC-PP 0600307-15.2022.6.22.0000	AN
PTB	20/06/2022	PC-PP 0600278-62.2022.6.22.0000	AN
PV	30/06/2022	PC-PP 0600306-30.2022.6.22.0000	AN

Sigla do Partido	DADOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2021			
	Data	Processo PJ-e	Situação em: 2023	
REDE	07/07/2022	PC-PP 0600319-29.2022.6.22.0000	AN	
REPUBLICANOS	25/06/2022	PC-PP 0600295-98.2022.6.22.0000	AN	
SOLIDARIEDADE	05/07/2022	PC-PP 0600312-37.2022.6.22.0000	AN	
UNIÃO = (DEM + PSL)	DEM	27/06/2022	PC-PP 0600296-83.2022.6.22.0000	AN
	PSL	23/05/2022	PC-PP 0600151-27.2022.6.22.0000	AN
PRTB	23/05/2022	PC-PP 0600150-42.2022.6.22.0000	AN	
LEGENDA - Situação em 2023: AN – Em análise AP – Aprovada AR – Aprovada com ressalvas DP – Desaprovada RE – Em recurso				

DIPLOMAÇÃO DOS CANDIDATOS ELEITOS

Ultimados os julgamentos dos processos de prestações de contas dos candidatos eleitos, no TRE-RO a diplomação ocorreu na sessão solene nº 5, ocorrida em 15 de dezembro, sendo diplomados Governador e Vice-Governador, Senador e Suplentes, Deputados Federais e Estaduais.



Foto: Entrega de cestas básicas a instituições assistenciais

RISCOS RELACIONADOS À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

De acordo com o mapa estratégico institucional para o sexênio 2021/2026, cumpre às unidades monitorarem indicadores relacionados à agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, visando, assim, mitigar os riscos inerentes ao não julgamento dos processos finalísticos de eleição dentro dos exíguos prazos fixados pela legislação eleitoral.

Causas identificadas:	- inoperabilidade dos sistemas eleitorais e do Processo Judicial Eletrônico (PJe);
	- deferimento de pedidos de dilação de prazos;
	- sobrecarga sazonal decorrente do aumento do volume de processos;
	- apresentação intempestiva de documentos pelas partes;

Ações para mitigação do risco:	- capacitação prévia das equipes de trabalho;
	- elaboração de roteiros e modelos de certidões no PJe;
	- monitoramento semanal do acervo com enfoque nos casos novos e julgados, com a criação de painel para uso da secretaria judiciária;
	- elaboração de relatórios semanais do acervo pendente de julgamento, com divulgação às assessorias e juízes membros;
	- adoção de julgamentos monocráticos pelos relatores;

Identificou-se que o risco tem impacto e probabilidades altos.

Quantitativo de anotações partidárias registradas e validadas no SGIP3, ano de 2022:

- Total de anotações (validações): 956

TRAMITAÇÃO PROCESSUAL NAS ZONAS ELEITORAIS

O acompanhamento dos processos em trâmite nas Zonas Eleitorais é realizado continuamente pela Corregedoria Regional Eleitoral e auxilia na aferição do tratamento das demandas no primeiro grau.



A atividade mostrou-se importante para mensuração e avaliação do trabalho realizado, assim como identificação de fragilidades que requeriam pronta atuação dos servidores e magistrados fomentando o alcance dos resultados almejados.

Esse trabalho é desenvolvido por meio da análise dos relatórios estatísticos extraídos do banco de dados do Sistema de Estatísticas deste Tribunal - ATENA.

Em 2022, as ações foram desenvolvidas visando o tratamento das pendências relativas aos recursos internos pendentes, registrados no sistema PJe, conforme dados anotados nos Processos SEI 0000494-45.2022.6.22.8060, orientação às Zonas Eleitorais para validação das estatísticas dos magistrados apresentada pelo sistema Atena, conforme apontado no processo SEI 0001518-11.2022.6.22.8060, e análise das Ações Penais sem recebimento de denúncia de acordo com informações constantes no Processo SEI 0001539-70.2022.6.22.8000. A verificação da existência de processos físicos nas Zonas Eleitorais, recebidos ou desarquivados, bem como dos Inquéritos Policiais continuou a ser monitorada no processo SEI 0001242-48.2020.6.22.8060.

CORREÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS NO DATAJUD

Os dados constantes no DataJud (base de dados do Poder Judiciário) estão sistematizados no Painel de Estatísticas do Poder Judiciário, desta forma foi dado prosseguimento aos trabalhos de saneamento das informações referentes aos dados apresentados dos processos judiciais, a fim de corrigir as informações incoerentes.

A Corregedoria trabalhou em conjunto com a Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação (SJGI) e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) para verificação e correção das inconsistências identificadas.

A maioria das falhas decorria de equívoco no momento do cadastro e da tramitação da ação judicial no sistema eletrônico, da não observância das Tabelas Processuais Unificadas (TPU).

O saneamento realizado visou aperfeiçoar as pesquisas e geração de dados estatísticos, conforme exigência do CNJ para formação de uma base de dados única. Foram corrigidos os dados cadastrais das partes dos processos, assuntos processuais e adequados os movimentos existentes às Tabelas Processuais Unificadas.

REGULAMENTAÇÃO DO PRAZO DE TOLERÂNCIA PARA REALIZAÇÃO DE ATOS JUDICIAIS

Com intuito de cumprir a Diretriz Estratégica n. 1, da Corregedoria Nacional, é necessário realizar estudo para expedição de norma referente aos prazos para realização de atos judiciais.

A regulamentação foi materializada por meio do Provimento CRE/RO nº 2/2022 que preserva a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional.

INSPEÇÕES**AUTOINSPEÇÕES**

A autoinspeção, procedimento de avaliação periódica anual, efetivado pela autoridade judiciária da zona eleitoral, observando as diretrizes estabelecidas pela Corregedoria-Geral e pela Corregedoria Regional, destinado à verificação da regularidade dos serviços cartorários e a sua eventual correção, regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral e Corregedoria-Geral Eleitoral, por meio da Resolução 23.657/2021 e Provimento CGE n. 7/2021 respectivamente. Em 2022, a Corregedoria Regional Eleitoral de Rondônia expediu o Provimento CRE/RO n. 1/2022 com novas regulamentações a respeito das inspeções e correções a serem realizadas nas Zonas Eleitorais.

Foram realizadas as autoinspeções nas 29 (vinte e nove) Zonas Eleitorais, utilizando o sistema SINCO, conforme roteiro estabelecido pela Corregedoria-Geral Eleitoral e acrescido de itens elaborados pela Corregedoria Regional pertinentes às atividades cartorárias e cumprimento das Metas do Conselho Nacional de Justiça.

A Corregedoria Regional Eleitoral controla a realização das autoinspeções das Zonas Eleitorais, por meio de análise dos respectivos relatórios a fim de aferir a regularidade dos serviços e processos, situação funcional dos servidores, a escrituração dos livros, o trâmite e guarda dos documentos, utilização dos sistemas eleitorais, atendimento ao público, situação das instalações físicas, móveis e equipamentos e controle do material de expediente.

Os atos relativos à realização das autoinspeções relativas a 2022 serão encaminhadas à Administração do TRE/RO contendo as

INSPEÇÕES DE CICLO REALIZADAS PELA CORREGEDORIA REGIONAL

Em 2022, por se tratar de ano eleitoral foram realizadas inspeções em nove Zonas Eleitorais (5ª, 10ª, 17ª, 18ª, 19ª, 21ª, 27ª, 32ª e 35ª). Será realizada inspeção nas demais Zonas Eleitorais de Rondônia, conforme cronograma a ser divulgado por esta Corregedoria em 2023.

As inspeções foram realizadas com reuniões com participação do Corregedor, Juiz Eleitoral e Chefe de Cartório, análise de processos no PJe, preenchimento do roteiro estabelecido pela Corregedoria-Geral Eleitoral, por meio do Provimento 7/2021, e itens relativos ao cumprimento de metas do Conselho Nacional de Justiça, acrescentados pela Corregedoria Regional Eleitoral.

Durante a inspeção de ciclo, foram verificados itens relativos ao quadro de pessoal, necessidade de capacitação, atendimento ao público, manutenção predial, filiação partidária, tramitação dos processos judiciais e administrativos, rotinas de administração do cadastro eleitoral, tratamento das multas eleitorais, análise dos Sistemas Elo, Infodip e Justifica.

Os processos relativos às inspeções de cada Zona Eleitoral foram autuados individualmente no PJeCor e eventuais providências requeridas foram encaminhadas à Administração.

INSPEÇÃO REALIZADA PELA CORREGEDORIA-GERAL NAS UNIDADES DESTE TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL E NA CORREGEDORIA REGIONAL

Neste ano de 2022, A Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral (CGE) encaminhou a esta Corregedoria os Ofício-Circulares nº 9/2022 e nº 23/2022, contendo prazos e cronograma para realização dos procedimentos de inspeção, bem como questionário, informações gerais e a Portaria CGE nº 4/2022 que determina a realização de inspeção nas unidades administrativas e judiciais do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO).

Conforme estabelecido no cronograma, houve reunião virtual entre servidores do TRE-RO de diversos setores e o corpo técnico da CGE, no dia 5 de maio, tendo os titulares da Coordenadoria e a Assessoria desta Corregedoria participado de reunião técnica juntamente com a Diretoria-Geral, Secretaria Judiciária e Coordenadoria da Presidência, analisando as respostas prévias apresentadas pela Corregedoria aos quesitos formulados, bem como verificar os dados processuais constantes dos questionários (Membro da Corte e Vice-Presidência e Corregedoria) da CGE.

Em continuação aos trabalhos determinados pela Portaria CGE nº 4/2022, a Corregedoria-Geral encaminhou o relatório preliminar de inspeção, contendo um total de 12 orientações específicas para aprimorar os serviços eleitorais e alcançar maior efetividade na prestação jurisdicional.

Considerando as orientações e dados constantes no relatório preliminar da inspeção CGE 2022, esta Corregedoria Regional manifestou-se apresentado o saneamento e as respostas aos quesitos formulados.

Ante as informações apresentadas por este Regional, a CGE exarou decisão nos autos de Inspeção nº 0000012-18.2022.2.00.0600 (PJeCor), observando-se que os encaminhamentos determinados na decisão de 15/08/2022 foram cumpridos.

ADMINISTRAÇÃO DO CADASTRO ELEITORAL

No desempenho de sua função de administração do cadastro eleitoral no Estado de Rondônia, nos termos do disposto no art. 136 da Res. TSE 23.659/2021 c/c art. 27, 31 e 32 da Res. TRE-RO n. 6/2015, a Corregedoria Regional, por meio da Seção de Gestão do Cadastro Eleitoral (SEGECAD), realiza atividades relacionadas ao controle de acesso às informações dos eleitores, por meio do Sistema de Informações Eleitorais (Siel) e atualização da situação eleitoral, com anotações referentes a direitos políticos e óbitos, que tramitam por meio do Sistema de Informações de Direitos Políticos (Infodip).

A Corregedoria Regional Eleitoral efetivou em 2022

- 22 (vinte e duas) retificações de código ASE
- 19 (dezenove) exclusões de códigos ASE
- 176 (cento e setenta e seis) processamento de processos de coincidência

A Corregedoria Regional realiza também a anotação na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, por meio do Sistema Elo, das ocorrências de suspensão e restabelecimento de direitos políticos de pessoas que não possuem inscrição eleitoral.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES ELEITORAIS – SIEL

O Sistema de Informações Eleitorais – SIEL permite o acesso aos dados do Cadastro Nacional de Eleitores por autoridades legitimadas, conforme regulamentado pelo Provimento CGE n. 6/2022, que adota a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral.

A Corregedoria Regional realiza o cadastramento e presta suporte e orientação aos usuários externos.

Os cadastros realizados possuem validade de dois anos, de forma que a Corregedoria possui atuação contínua no cadastramento e orientação.

Atualmente, o Sistema de Informações Eleitorais (SIEL) possui, em Rondônia, 257 (duzentos e cinquenta e sete) órgãos cadastrados com 357 (trezentos e cinquenta e sete) usuários.

No período de 01/01/2022 a 09/12/2022, foram realizadas 23.623 (vinte e três mil, seiscentos e vinte e três) pesquisas de endereço de eleitores por meio do sistema.

SISTEMA INFODIP

O Sistema de Informação de Direitos Políticos (INFODIP), regulamentado pelo Provimento CRE n. 02/2015 e Resolução TRE-RO 08/2015, é utilizado para o encaminhamento eletrônico das comunicações de suspensão, restabelecimento e restrição de direitos políticos, além de registro de óbitos, utilizado pelos órgãos comunicantes e pelo Tribunal Regional Eleitoral com a finalidade de agilizar o processamento das informações.

O sistema realiza o envio automático da maioria das comunicações para a zona eleitoral de inscrição do eleitor. Nos casos em que não é possível a identificação ou em que não há inscrição eleitoral, a comunicação é enviada à Corregedoria que mediante análise realiza o processamento, enviando à zona eleitoral competente, arquivando a comunicação ou procedendo à anotação na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

Estatística de comunicações tratadas diretamente pela Corregedoria em 2022:



Fonte: Infodip. Atualização em 31/11/2022.

BASE DE PERDA E SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS

A Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos é regulamentada pelo Provimento CGE n. 18/2011 e se destina a armazenar os dados relativos a pessoas com restrição dos direitos políticos, nas hipóteses previstas na Constituição Federal, e com impedimento ao alistamento eleitoral em decorrência da prestação de serviço militar obrigatório, das situações envolvendo perda ou suspensão de direitos políticos, sempre que não for possível o registro diretamente no histórico da respectiva inscrição eleitoral.



Fonte: Sistema Elo. Atualização em 30/11/2022.

PROVIMENTOS, PORTARIAS CONJUNTAS E ORIENTAÇÕES EXPEDIDAS

PROVIMENTOS

Provimento n. 1/2022 -

- CRE/GABCRE- Dispõe sobre os procedimentos de correção e inspeção no âmbito das zonas eleitorais desta circunscrição, e dá outras providências.

Provimento n. 2/2022 -

- CRE/GABCRE-Estabelece prazos de referência para a prática de atos judiciais.

Provimento n. 3/2022 -

- CRE/GABCRE- Altera o Manual de Práticas Cartorárias instituído pelo Provimento nº 03/2015 – domicílio eleitoral.

Provimento n. 4/2022 -

- CRE/GABCRE- Os Juízos Eleitorais em Rondônia deverão constituir Comissão de Acessibilidade para atuação nas Eleições.

Provimento n. 5/2022 -

- CRE/GABCRE-Dispõe sobre os procedimentos relativos à coleta de informações dos locais de votação e a respectiva alimentação do Sistema de Vistorias de Locais de Votação e Georreferenciamento Eleitoral (GEL), e dá outras providências.

Provimento n. 6/2022 -

- CRE/GABCRE-Dispõe sobre a padronização dos atos e documentos das Zonas Eleitorais nas Eleições Gerais de 2022.

Provimento n. 7/2022 -

- CRE/GABCRE-Dispõe sobre rotinas referentes à preparação e execução das atividades de apuração nas zonas eleitorais nas Eleições Gerais de 2022.

Provimento n. 8/2022 -

- CRE/GABCRE- Instituiu a Campanha “Propaganda sim, poluição ambiental não”, no âmbito dos Juízos Eleitorais de Rondônia, com o intuito de mitigar os efeitos da poluição ambiental, decorrentes do exercício da propaganda eleitoral nas Eleições.

Provimento n. 9/2022 -

- CRE/GABCRE- Alterou o Provimento 3/2018 que dispõe sobre o exercício do poder de polícia sobre a propaganda nas Eleições Gerais. O Corregedor Regional Eleitoral de Rondônia.

Provimento n.10/2022 -

- CRE/GABCRE-Altera o Provimento n. 06/2022, que dispõe sobre a padronização dos atos e documentos das zonas eleitorais nas Eleições Gerais de 2022.

PORTARIAS CONJUNTAS

Portaria-Conjunta n. 1 / 2022 -

- Fica prorrogado o prazo de suspensão do atendimento presencial ao público externo, inclusive para as operações do cadastro eleitoral, conforme disposto no art. 5º da Instrução Normativa n. 1/2022, por trinta dias, a contar da publicação deste ato, sem prejuízo de eventual alteração antes do termo final, considerado o contexto sanitário pandêmico.

Portaria-Conjunta n. 2 / 2022 -

- Dispõe sobre a ambientação de servidoras e servidores e o treinamento de mesárias e mesários e de apoio logístico no âmbito da Justiça Eleitoral em Rondônia.

Portaria-Conjunta n. 3 / 2022 -

- Dispõe sobre medidas para facilitar o exercício da cidadania por pessoas ainda não alcançadas pela inclusão digital e institui o Atendimento Virtual ao Eleitor.

Portaria-Conjunta n. 4 / 2022 -

- Institui a Comissão de Fiscalização da Propaganda nas Eleições Gerais de 2022.

Portaria-Conjunta n. 5 / 2022 -

- Institui a Central de Informações de Eleição da Justiça Eleitoral em Rondônia (CIEJE).

Portaria-Conjunta n. 6 / 2022 -

- Tornar obrigatório, a partir de 21 de novembro de 2022, o uso de máscaras de proteção facial e a higienização das mãos com álcool em gel 70% nas dependências da Justiça Eleitoral de Rondônia para o público interno e externo.

ORIENTAÇÕES

Orientação CRE/COORCRE n. 1 / 2022 -

- Dispõe orientação sobre citação ou intimação em prestação de contas aos Juízos Eleitorais de Rondônia

Orientação n. 1 / 2022 -

- Expedir a presente **orientação sobre requisição/convocação de eleitores ou eleitoras** para auxiliar as atividades de **fechamento de cadastro** (Lei nº 9.504/1997, art. 91, *caput*).

Orientação n. 2 / 2022 -

- Expedir a presente **orientação aos Juízos Eleitorais em Rondônia sobre citação e intimação em prestação de contas**.

Orientação n. 4 / 2022 -

- Dispõe sobre orientação nos processos de Prestação de Contas (Anual e Eleitorais) em que seja solicitado o cumprimento de sentença pela Advocacia Geral da União (AGU).

Orientação n. 5 / 2022 -

- Dispõe a acerca de ações sustentáveis a serem executadas pelas Zonas Eleitorais durante o processo eleitoral 2022.

Orientação n. 6 / 2022 -

- As zonas eleitorais deverão realizar a demonstração da votação e verificação de autenticidade dos programas instalados nas urnas eletrônicas.

Orientação n. 7 / 2022 -

- Expedir orientação aos Juízos Eleitorais de Rondônia acerca dos casos de incidente nas urnas eletrônicas com teclado e **fotografia**/dados do candidato a serem executadas pelos(as) mesários(as), apoio logístico e pelas autoridades nas seções eleitorais, nos dias de votação das Eleições Gerais 2022.

ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS – CRE E VICE-PRESIDÊNCIA

Classe	Processos Distribuídos	Processos Julgados
AE	1	1
AIME	0	2
AIJE	1	0
AJDesCargEle	2	2
CtaEI	1	1
CumSen	0	0
CumPrSen	0	0
HCCrim	0	0
MSCiv	3	3
NIP	1	1
Pet	0	0
PetCiv	1	1
PetCor	1	0
PC-PP	4	0
PCE	127	6
PropPart	6	4
RCand	123	122
RecAdm	2	1
RecCrimEleit	1	0
RCED	0	0
REI	6	4
RROPCE	2	1
RROPCE	1	0
TutAntAnt	1	0
TutCautAnt	1	0
TOTAL	285	147

Pendentes de Julgamento por Classe

Classe	Quantidade
AE	1
AIJE	1
PC	3
PC-PP	7
PCE	129
PropPart	2
REI	1
Rp	1
RROPCE	2
RROPCE	1
RevCrim	1
RecCrimEleit	1
TutCautAnt	1
TOTAL	151

Quantidade de Decisões proferidas por Tipo

Decisão	2022
Acórdão	52
Monocrática Terminativa	6
Monocrática Interlocutória	24
TOTAL	80

Outros Votos Proferidos

Tipo	2022
Declaração de voto	4
Voto-vista	5

PROJETOS DESENVOLVIDOS

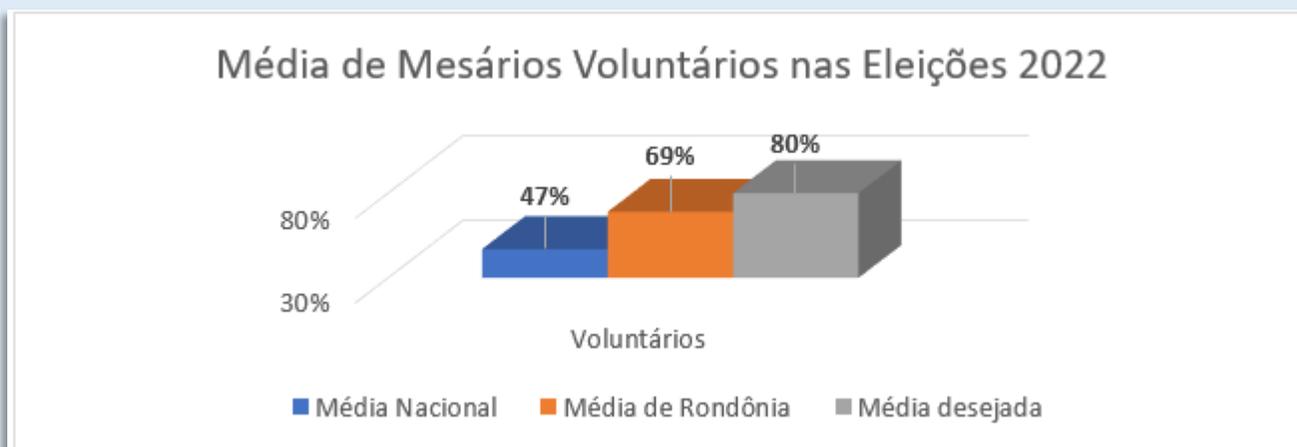
MESÁRIO VOLUNTÁRIO

Nas Eleições 2022, a Corregedoria Regional Eleitoral de Rondônia gerenciou o Programa Mesário Voluntário, nos termos da Resolução TRE/RO n. 28/2014, com a finalidade de divulgar a possibilidade de participação voluntária na composição das mesas receptoras de votos e justificativa.

A ação se desenvolve a cada pleito com a finalidade de fomentar a participação de colaboradores voluntários nas eleições, promovendo a precisa identificação dos inscritos para fins estatísticos.

Dentro das atividades de gerência do Programa Mesário Voluntário, a Corregedoria é responsável por orientar as Zonas Eleitorais a promover concursos culturais, identificar os colaboradores voluntários nos sistemas eleitorais, divulgar as instituições de ensino e empresas participantes do programa de voluntariado, bem como promover levantamentos estatísticos e a certificação das Zonas Eleitorais que alcançam média superior a 80% (oitenta inteiros por cento) de colaboradores voluntários.

Nas Eleições 2022, o Estado de Rondônia alcançou o percentual superior à média nacional



Fonte: site do Tribunal Superior Eleitoral (https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-mesarios/home?p0_uf=RO&session=15528025075209).

FECHAMENTO DO CADASTRO

O projeto desenvolvido para o fechamento do cadastro visa fazer o levantamento da demanda e apresentar soluções para otimizar os recursos disponíveis, oferecer bem-estar ao eleitor e aumentar a capacidade de atendimento das Centrais de Atendimento no período que antecede o último dia para apresentação de requerimentos de alistamento eleitoral, nos termos do disposto no art. 91, da Lei n. 9.504/97.

As principais necessidades gerenciadas pelo projeto foram em relação à pessoal, equipamentos e infraestrutura voltada ao atendimento presencial do eleitor.

O projeto do fechamento de cadastro para as Eleições 2022 consta no Processo SEI n. 0003041-92.2021.6.22.8060.

Por fim, importante registrar a ação coordenada pela Corregedoria no sentido de estimular e orientar a regularização da situação cadastral eleitoral de povos indígenas em Rondônia, por meio da utilização do título Net, para viabilizar a participação nas Eleições Gerais 2022.

ELABORAÇÃO DE MODELOS DE DOCUMENTOS PADRONIZADOS PARA A ELEIÇÃO

Com o intuito de buscar a excelência na gestão administrativa, aperfeiçoar práticas de valorização dos servidores e garantir suporte apropriado para realização das atividades, a Corregedoria adotou a padronização de documentos para a eleição.

Ação constitui uma estratégia para otimizar o tempo despendido na elaboração dos documentos e estabelecer as informações necessárias em seu texto.

O objetivo é aprimorar a comunicação, auxiliar na organização das atividades cartorárias, bem como diminuir a sobrecarga de trabalho dos servidores do cartório durante o período eleitoral.

Conforme consta no Processo SEI n. 0000953-47.2022.6.22.8060, os documentos produzidos pela Seção de Apoio e Gestão Processual e foram aprovados por meio dos Provimentos n. 6 e 10/2022.

GESTÃO DA MEMÓRIA

RESGATE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ELEITORAL

No ano de 2022, a Justiça Eleitoral (JE) completou 90 anos de existência desde a sua primeira instalação, em 24 de fevereiro de 1932. Nesse período, as Cortes Eleitorais enfrentaram diversos desafios e obtiveram inúmeros sucessos e avanços, tornando este ramo do Poder Judiciário brasileiro referência mundial quanto à seriedade e competência na realização das eleições e na promoção da democracia em nosso país. Foi também o ano em que o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia completou 40 anos, desde a sua criação em 31 de março de 1982. Em razão disso, elaborou-se um calendário nacional de ações comemorativas, destacando-se no âmbito deste Tribunal as seguintes ações:



Lançamento de logomarca comemorativa dos 40 anos

- A logomarca foi utilizada nos documentos oficiais e nas campanhas de mídia veiculadas durante o ano comemorativo.

40 ANOS DO TRE-RO

Histórico e destaques

Após instalado, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia passou a funcionar nas dependências do Fórum Rui Barbosa, antigo Fórum Fouad Darwich, na Praça Mal. Rondon, Centro de Porto Velho. Em 1984 o Tribunal passou a atender na Avenida Prudente de Moraes, 2576, Centro, local que posteriormente foi ocupado pelas 2ª e 6ª Zonas Eleitorais. Em 1986 o Tribunal mudou-se para a Avenida Gonçalves Dias, 145 - Centro. Em 1992 o aumento do quadro funcional levou o Tribunal a buscar novas instalações, transferindo-se para Avenida Lauro Sodré, 1689 - Olaria. Porém, a sede atual (Av. Presidente Dutra, 1889) só teve sua construção iniciada em 1997 em um terreno cedido pelo Governo Federal.

No dia 1º de dezembro de 1999, o Desembargador Antônio Cândido de Oliveira, presidiu o ato inaugural da sede própria.

Evolução

O gigantesco salto dado pela Justiça Eleitoral de Rondônia, no decorrer destes 40 anos, deve-se ao trabalho sério empreendido pelos seus Presidentes, Membros da Corte e por todas as servidoras e servidores, efetivos e requisitados, que através de seu trabalho, como verdadeiros bandeirantes, ajudaram a construir e consolidar a democracia em nosso país.

Solenidade

A solenidade comemorativa de 40 anos do TRE de Rondônia foi transmitida ao vivo, pelo canal do YouTube, e pode ser conferida [aqui](#). Confira [aqui](#) a Mostra Expositiva – 40 anos do TRE-RO.

LANÇAMENTO DA EXPOSIÇÃO ITINERANTE “40 ANOS DO TRE-RO”

A exposição ocorreu no dia 31 de março de 2022, na sessão solene n. 2. Ao longo do ano a exposição foi exibida na Casa de Cultura Ivan Marrocos no período de 16 de maio a 10 de junho/2022, na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no período de 8 a 18 de novembro/2022, e no ambiente da Auditoria da Votação Eletrônica, no Shopping Porto Velho, ocorrida no primeiro e segundo turnos das Eleições Gerais de 2022. A exposição virtual pode ser acessada no link: <https://sites.google.com/view/tre-ro-memoria>, no site do Portal da Memória do TRE-RO.



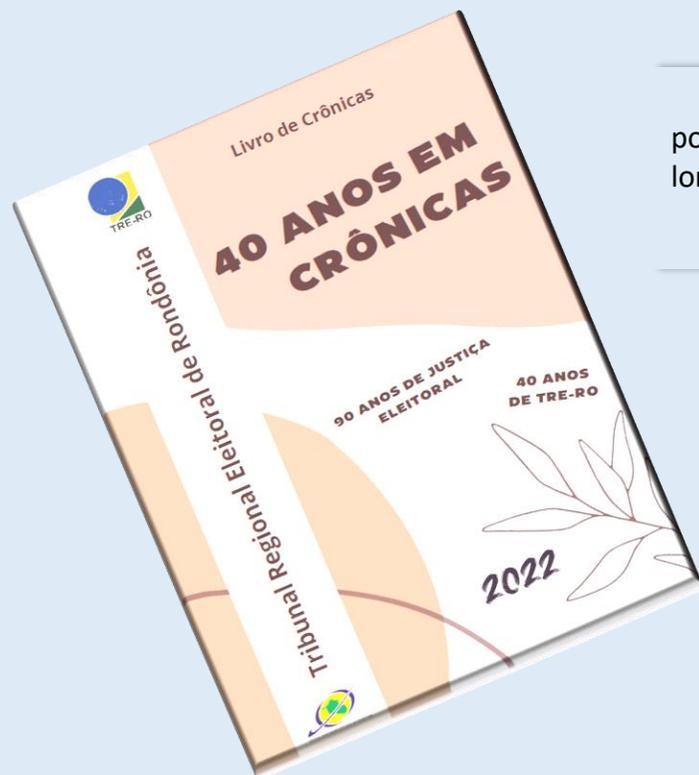
Exposição – 40 Anos do TRE-RO

SOLENIIDADE DE OUTORGA DA MEDALHA ELEITORAL

Na sessão solene de 31 de março, pela primeira vez, foram concedidas a servidores aposentados a comenda “Medalha do Mérito Eleitoral”, conforme disciplinado na Resolução TRE n. 10/2021, sendo agraciados 25 servidoras e servidores.



LANÇAMENTO DO LIVRO “40 ANOS EM CRÔNICAS”



A edição convida o leitor a conhecer um pouco da história da Justiça Eleitoral (JE) por meio das crônicas escritas pelos servidores, fazendo-se um resgate da história do Tribunal ao longo dos seus 40 anos.

LANÇAMENTO DA CÁPSULA DO TEMPO

A cápsula do tempo foi lançada com o Tema “Relate a sua visão sobre as perspectivas da Justiça Eleitoral (JE) na linha do tempo até a comemoração do seu centenário e do cinquentenário do TRE/RO em 2032”. A Campanha foi realizada via formulário e divulgação de campanhas voltadas ao público interno. A cápsula do tempo ficará sob a custódia do Centro de Memória do TRE-RO e será aberta após 10 anos, quando serão abertas e lidas as mensagens nela contidas.



Exposição – 40 Anos do TRE-RO

PROJETO “#FAÇO A HISTÓRIA DA JE”.



Foto: Sessão solene de diplomação dos patrulheiros – 2022

A Escola Judiciária Eleitoral realizou treinamento dos patrulheiros sobre os direitos e deveres constitucionais, a divisão e atribuições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, regras de propaganda eleitoral e crimes eleitorais, com a emissão de certificação aos patrulheiros eleitorais.

DIA DA MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO

Em comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário, instituído pela Resolução n. 316/2020, do Conselho Nacional de Justiça, celebrado em 10 de maio, o Tribunal participou da 16ª edição da Primavera dos Museus, evento nacional promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com a temática “Independências e museus – Outros 200, Outras histórias”, por meio do periódico “Arquivo em Revista”, que pode ser acessado no link: https://www.tre-ro.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-ro.jus.br/o-tre/cultura-e-historia/arquivos/informativo-eletronico_no-03/@@download/file/INFORMATIVO%20ELETRONICO_n%C2%BA%2003.pdf.

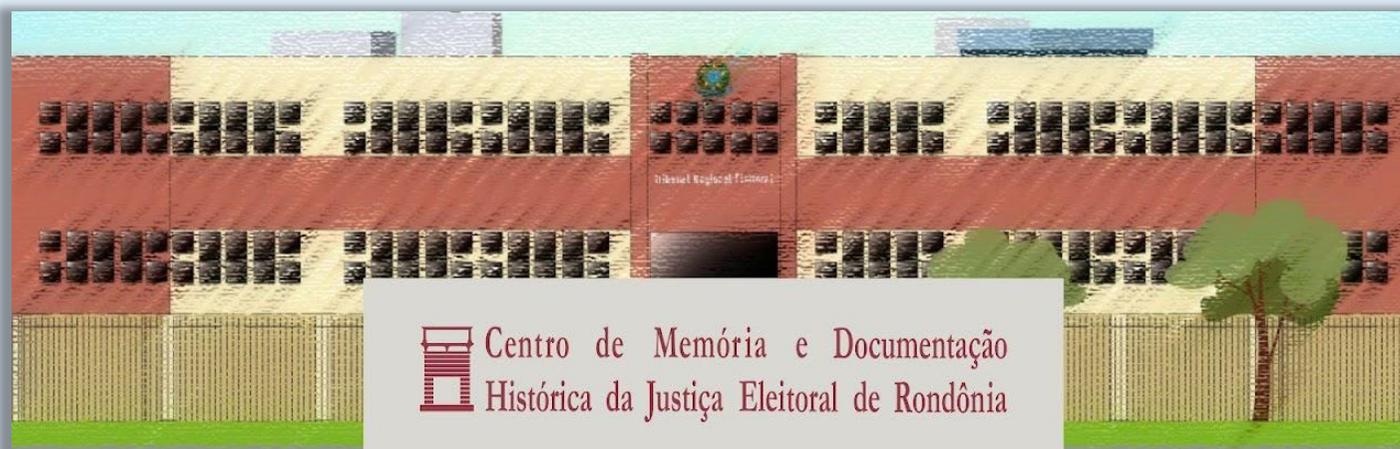
BOOK DE MEMBRO DA CORTE

Com enfoque na produção da narrativa acerca da história do Poder Judiciário e na busca da consolidação da imagem institucional, em consonância com a diretriz estabelecida no art. 3º, III, da Resolução CNJ n. 324/2020, foram editados os livros de memórias dos ex-membros da Corte Eleitoral, Juiz Federal Edson Bernardo Andrade Reis Neto, João Luiz Rolim Sampaio e Clênio Amorim Corrêa, os quais encerram os mandatos no decorrer do ano de 2022. As edições estão disponibilizadas na página do Portal da Memória:
<https://sites.google.com/view/tre-ro-memoria>.



CRIAÇÃO DO PORTAL DA MEMÓRIA NO SITE DO TRE-RO

Com o intuito de fomentar a divulgação do patrimônio histórico e documental do TRE-RO, foi criado o Portal da Memória como repositório acessível ao público e pesquisadores. No site estão disponíveis informações atinentes à história do TRE-RO, bem como as exposições e demais conteúdos de caráter permanente e histórico.



DA GESTÃO DOCUMENTAL

A gestão documental no TRE-RO é disciplinada pela Resolução n. 38, de 1º de setembro de 2016, e pela Instrução Normativa n. 05/2016 que contêm os instrumentos necessários para a adequada gestão documental, dentre eles, o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos. Tem sido feita pela CJD, com o apoio da Comissão Permanente de Avaliação Documental composta de equipe multidisciplinar, responsável pela orientação e realização do processo de análise, avaliação e destinação da documentação produzida e acumulada pela instituição.

O TRE-RO dispõe de unidade de arquivo central sediado em Porto Velho, responsável pela custódia de documentos de natureza permanente da Secretaria do Tribunal e das Zonas Eleitorais da Capital, além de arquivos locais nas Zonas Eleitorais do interior do Estado.



CONFORMIDADE LEGAL

Normativos:

- - Lei n. 8.159/91,
- Lei n. 11.419/2006,
- Lei n. 12.527/2011,
- Lei n.12.682/2012.
- Resolução Administrativa TSE n. 23.379/2012.
- Recomendação CNJ n. 37/2011,
- Resolução CNJ n. 324/2020,
- Resolução CNJ n. 408/2021 e
- Portaria CNJ n. 295/2020.

AÇÕES DE DESCARTE E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS

O processo de descarte de documentos iniciado em 2020, após um bom tempo de paralisação devido à pandemia da Covid-19, foi retomado, e, ao final deste exercício foram descartados cerca de 6.321 processos, totalizando cerca de 1.537kg, 149g de papéis fragmentados pela equipe do Arquivo Central, conforme informações acostadas no PSEI 0001039-09.2019.6.22.8000.

Os documentos objeto do descarte são triturados, impedindo-se que sejam identificadas as informações contidas nos documentos, em estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados, bem como às diretrizes de sustentabilidade e preservação ambiental, pois todo o material tem sido destinado à reciclagem.

Destaca-se também o serviço de higienização e descontaminação de arquivos, em cumprimento à recomendação determinada no Relatório de Auditoria de Gestão Documental, conforme consta no PSEI n. 0000633-85.2019.6.22.8000. Serviço realizado por empresa especializada que utiliza técnicas avançadas de higienização, tratamentos de conservação e restauro, tratamento anóxico com material importado e acondicionamento de material documental do acervo deste TRE atingidos pela cheia de 2014, anteriormente contaminado por fungos e bactérias. Registra-se que ao todo 87 caixas com arquivos históricos foram higienizados e descontaminados, garantindo-se desta forma a preservação dos mesmos.

Outra ação que merece destaque, foi a criação da Sala de Quarentena. Espaço físico recomendado para o manuseio seguro da documentação recebida e custodiada pelo Arquivo Central. Deste modo, a equipe responsável pela limpeza, manuseio e separação dos documentos e processos trabalha prevenindo a contaminação por fungos, ácaros, bactérias e outras impurezas.



Foto 1: Atividade de higienização do acervo do Arquivo Central



Foto : Higienização do acervo histórico do TRE-RO

DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO

ACESSO À JURISPRUDÊNCIA

O Sistema de Jurisprudência da Justiça Eleitoral – SJUR, versão 3, encontra-se implementado neste Regional desde o mês de junho de 2022. É o sistema pelo qual são gerenciados os bancos de dados de jurisprudência, súmulas e enunciados editados pelos Tribunais Eleitorais, e também de onde podem ser extraídas diversas informações com a finalidade de integrar revistas, periódicos e publicações congêneres.

Dentre as características técnicas do SJURv3 estão: a unicidade da base com o SJUR e o ITAR (sistema que gerencia o inteiro teor de acórdãos) no mesmo sistema; o armazenamento centralizado dos bancos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a gestão de banco de dados de jurisprudência e de súmulas, bem como a integração com SADP, PJe e R cand.

No ano de 2022, 538 acórdãos e 61 Resoluções editados pelo TRE/RO foram inseridos no Sistema de Jurisprudência da Justiça Eleitoral - SJURv3.

BIBLIOTECA FÍSICA E DIGITAL



A Biblioteca do Tribunal possui um acervo de 2.914 títulos, em diversas áreas do conhecimento, cujo acervo encontra-se disponível para consulta de usuários internos e externos.

Há também a disponibilização de livros eletrônicos por meio da plataforma biblioteca digital disponível aos magistrados, servidores, estagiários e colaboradores, consistente das contratações da Editora Saraiva, JUSBRASIL, Editora Gouvernet, Revista Zênite e Biblioteca Digital do TSE.

Vale ressaltar que objetivando o adequado gerenciamento do acervo bibliográfico realizou-se o desfazimento de livros antigos e em desuso, classificados como bens inservíveis, no total de 1.139 títulos.

EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÃO



Visando a sedimentação e difusão da jurisprudência, o TRE-RO publicou a seleção de julgados que compõem publicações como a Revista de Jurisprudência do TRE-RO e o Informativo BiblInforme.

A Revista, de periodicidade anual, compila os julgados paradigmas e relevantes exarados pela Corte, apresentando decisões sobre temas afetos ao processo eleitoral, sobretudo os relativos a abuso de poder econômico, político e dos meios de comunicação, condições de elegibilidade e inelegibilidade, uso de recurso públicos por partidos políticos e candidatos, captação ilícita de votos, dentre outros.

O Informativo BiblInforme contém, além de decisões judiciais relativas à matéria eleitoral, indicação de artigos e obras sobre os diversos ramos do direito, temas relacionados às relações de trabalho, saúde coletiva, bem-estar, além de dicas culturais, com indicação de links para acesso a obras consagradas da nossa literatura.

As publicações oficiais do Tribunal também foram editoradas no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), contemplando 324 edições ordinárias e 86 edições eleitorais.

Sob a responsabilidade CJD, supervisionada pela Secretaria Judiciária e Gestão da Informação, o serviço de legislação compilada disponibiliza um repositório sistematizado dos atos normativos internos, de modo a facilitar a consulta e o acesso à informação orgânica do TRE-RO.

Esse instrumento de pesquisa contém os atos normativos vigentes produzidos pelas unidades do TRE-RO. Os atos normativos encontram-se ordenados de acordo com o tipo e o ano de publicação. Apresenta-se a redação original da norma, marcada com as alterações promovidas em seu teor por atos posteriores.

Relativamente ao ano de 2022, foram adensados ao Serviço de legislação compilada diversos atos normativos, tanto os de caráter permanente como os de caráter transitório, em virtude de estes servirem para regulamentar ações a serem praticadas exclusivamente durante o período eleitoral, conforme segue:

Atos normativos	Quantidade
Resoluções	61
Portarias da Presidência	55
Portarias da CRE	07
Portarias conjuntas	06
Portarias da DG	35
Instruções normativas	09
Provimentos	09
Total	182

DIFUSÃO E ACESSO ÀS ATAS E ÁUDIOS DAS SESSÕES

Um dos serviços judiciais ofertados pelo Tribunal e fonte de informação relevante para os operadores do direito, servidores, pesquisadores e demais interessados encontra-se também disponível em formato digital. Tratam-se das atas das sessões plenárias. Em 2022 foram disponibilizadas no sítio eletrônico do Tribunal atas das sessões realizadas durante todo o período assim computadas:

Sessões ordinárias	94
Sessões extraordinárias	29
Sessões solenes	05
Sessões administrativas	02
Total	131

Outro serviço que amplia o acesso à informação refere-se à disponibilização do calendário das sessões, pautas de julgamento e dos vídeos e áudios das sessões, estes compartimentados por processos julgados, permitindo que partes, advogados e Ministério Público acessem diretamente o áudio do processo de interesse. O referidos serviços estão disponíveis na página do Tribunal no link: <https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/sesoes-de-julgamento/sesoes-de-julgamento-1>.

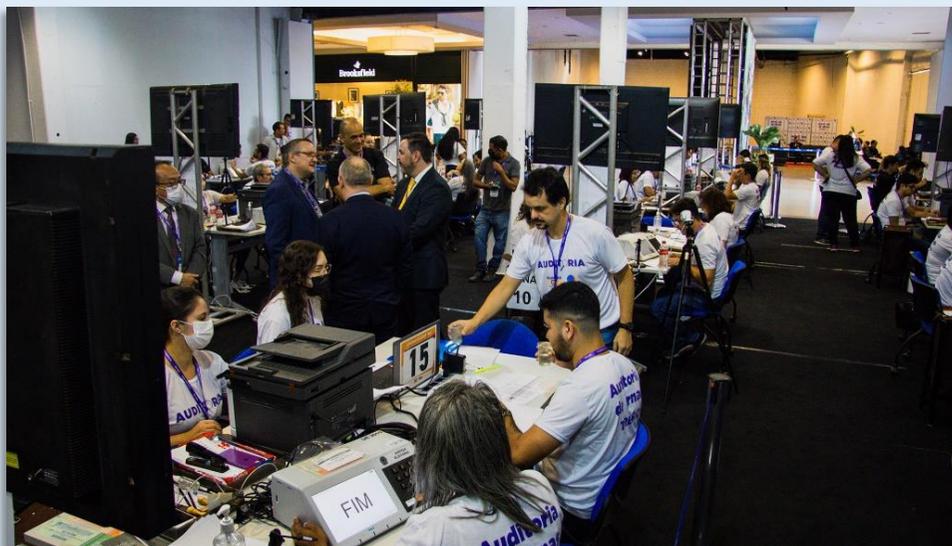
TESTE DE INTEGRIDADE E PROJETO PILOTO COM BIOMETRIA

A exemplo de outras eleições, durante as atividades de votação das Eleições 2022 ocorreu a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas. Tal procedimento de auditoria de votação eletrônica, conhecido como teste de integridade, tem por objetivo atestar o grau de confiança das urnas eletrônicas por meio da contabilização de votos em cédulas que serão digitados em urnas eletrônicas no dia da eleição.

O procedimento acontece por meio do Teste de Integridade, que simula uma votação normal e utiliza urnas eletrônicas sorteadas dentre as preparadas para utilização nos locais de votação.

As urnas eletrônicas que participaram do teste de integridade foram selecionadas aleatoriamente na véspera da eleição, 29 de outubro, a partir das 7 horas, na sede do TRE-RO, e são recolhidas dos cartórios eleitorais para serem utilizadas na auditoria.

O teste de integridade das urnas eletrônicas sorteadas ocorreu no Porto Velho Shopping no dia da eleição, 30 de outubro, das 7 às 16 horas, e foi aberto ao público em geral.



No dia da eleição também foi realizada outra forma de auditoria: o teste de autenticidade dos sistemas das urnas eletrônicas, que ocorre na seção eleitoral, antes da votação, sob a fiscalização dos mesários e fiscais de partidos políticos.

Esse processo tem por objetivo atestar a correção da contabilização de votos realizada na urna eletrônica.

Nas Eleições 2022, a Justiça Eleitoral realizou este projeto piloto, com a adição da identificação biométrica no teste de integridade.

No procedimento foram realizadas as mesmas rotinas do Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas, distinguindo-se, no entanto, pelo emprego de biometria de eleitores voluntários e foi realizado em local adjacente ao da votação, no caso o SESI – Escola, indicado pelo Presidente da Comissão de Auditoria de Urnas Eletrônicas, juiz João Luiz Rolim Sampaio, onde houve duas seções eleitorais participando do “Projeto Piloto com Biometria”.

O Teste de Integridade com Biometria é realizado no dia da eleição pela Justiça Eleitoral, com acompanhamento de auditoria externa.

TESTE DE INTEGRIDADE E PROJETO PILOTO COM BIOMETRIA



Cédulas impressas e pré-preenchidas foram digitadas nas urnas incluídas na testagem por representantes de partidos políticos, coligações e federações e entidades fiscalizadoras ou por terceiros que não fossem servidores da Justiça Eleitoral.

Ao todo, vinte urnas passaram pelo Teste de Integridade no estado, sendo dezoito urnas passaram pelo teste convencional e duas fizeram parte do projeto piloto.

Na véspera da eleição, por meio de cerimônia pública, que foi realizada na sede do TRE-RO, as dezoito urnas para auditoria de votação eletrônica destinadas ao teste de integridade, que ocorreu no Porto Velho Shopping, foram sorteadas pela Comissão e as duas urnas para Projeto Piloto com Biometria, foram escolhidas pelas entidades fiscalizadoras presentes no evento.

O Tribunal Regional de Rondônia (TRE-RO) foi um dos vinte Tribunais designados para a realização do “Projeto Piloto com Biometria”.



ACESSIBILIDADE

CONFORMIDADE LEGAL

A Gestão de Licitações e Contratos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia foi marcada pela transição da Lei Federal nº 8.666/93 para a nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133/21.

Para cada local de votação (escola) foram designados coordenadores de acessibilidade, responsáveis por atender as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Foi instalada a Central de Atendimento no prédio sede do TRE, atendendo todos o Estado, com sistemas online para atender pessoas com necessidade de tradução em libras no local de votação.

Notícias em: <https://www.tre-ro.jus.br/institucional/acessibilidade-1/acessibilidade>

ELEITORA IDOSA E COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO FOI LEVADA DE MACA PARA VOTAR

Pessoas com deficiência e com dificuldades de locomoção puderam solicitar transporte do TRE-RO por telefone pelos números 148 (ligação paga) e 08001480148 (ligação gratuita)





GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

A Gestão de Licitações e Contratos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia foi marcada pela transição da Lei Federal nº 8.666/93 para a nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133/21.

O marco dessa transição foi a aprovação, no mês de novembro, da IN 09/2022/TER-RO, que passou a regular o processo de contratação direta prevista no art. 72 da Nova Lei, trazendo em seus anexos as minutas padronizadas, desde o Documento de Formalização de Demanda até o Mapa de Gestão de Riscos, além de outros documentos, e a adoção da Dispensa Eletrônica, integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, atualmente disciplinada pela IN SEGES/ME n. 67/2021.

Quanto às demais contratações por licitação, estão vinculadas ao cumprimento das disposições da Lei Federal 8.666/93 e Lei Federal 10.520/2002 (Lei do Pregão).

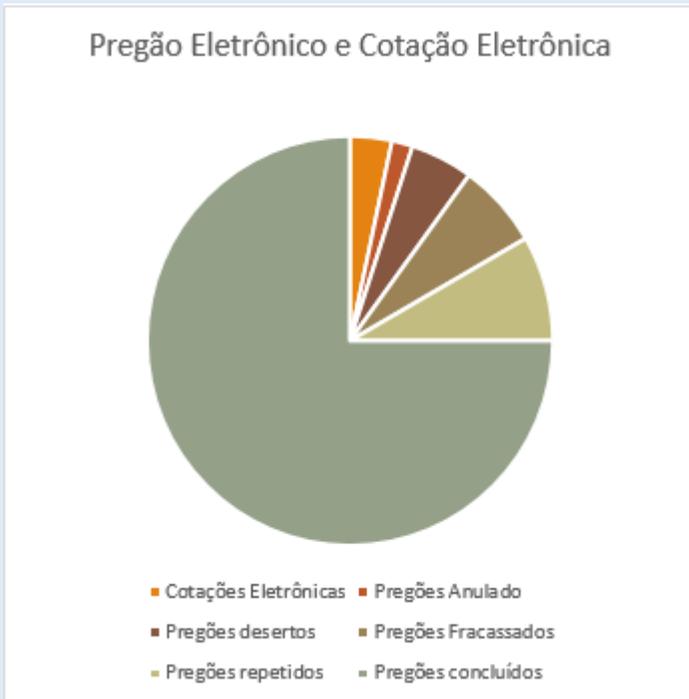
Os procedimentos de licitações e contratações são carreados em processos eletrônicos e em estrita observância a regulamentação interna pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, atualmente em fase de revisão de seu texto para adequação aos termos da nova lei de licitações Lei n. 14.133/2021 (NLLCA), com previsão de estar em aplicação em meados de março de 2023.

Os trabalhos estão sendo desenvolvidos por um grupo de trabalho especialmente criado para esse fim, pela Portaria 265/2022. Ao fim dos trabalhos e publicação da IN, as contratações de bens, serviços e obras, e alienações, do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, passarão a ser regidos pela Nova Lei de Licitações.

As empresas classificadas como microempresas e empresas de pequeno porte são beneficiadas pela Lei Complementar LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014 e regulamentada pelo Decreto Federal 8.538/2015.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Informações gerais referentes a licitações realizadas, contratos celebrados, finalidade, valores, modalidade de licitações e bens patrimoniais.



Convite	0
Concorrência	0
Tomada de Preços	0
Curso	0
Leilão	0
Pregão Eletrônico	47
Cotações Eletrônicas	02
Pregões Anulados	01
Pregões desertos	03
Pregões Fracassados	04
Pregões repetidos	05
Pregões concluídos	45

Pedidos de Esclarecimentos: 40

Destes, apenas 2 resultaram em ajustes e republicação dos editais respectivos.

Impugnações: 6
Destas, 3 foram julgadas procedentes e resultaram em ajustes e republicação dos editais respectivos.

Recursos: 6 licitações tiveram recurso
Destes, em apenas 1 houve juízo de retratação por equívoco da análise da unidade técnica.
Os demais foram julgados improcedentes

Licitações realizadas: 47

Licitações concluídas: 45

- Pregão 01 (Equipamentos de backup) revogado;

- Pregão 32 (SRP Aparelhos de ar-condicionado) suspenso de renumerado.

Licitações fracassadas: 4

- Pregão 03 (Helicóptero): Republicado e contratado posteriormente;

- Pregão 22 (Projetos);

- Pregão 33 (Manutenção elétrica);

- Pregão 36 (Tradução Libras): Republicado e contratado posteriormente.

Licitações anuladas: 1

- Pregão 21 (Medicina do trabalho). Certame anulado por vício insanável no TR. Publicado sob novo número, com correção.

Licitações repetidas: 5

- Pregão 31 (Resíduos Sólidos);

- Pregão 10 (Helicóptero);

- Pregão 27 (Projetos);

- Pregão 41 (Medicina do Trabalho);

- Pregão 43 (Intermediação de libras)

O baixo número de impugnações e recursos julgados procedentes revelam, a nosso ver, uma qualidade excelente de nossos editais, que são elaborados somente após passar por análise da SAC e da Assessoria Jurídica. Portanto, um trabalho conjunto que resulta em qualidade comprovada, que precisa de mantida e até aperfeiçoada por meio de treinamentos e capacitações em nível de aprofundamento.

Todavia, o elevado número de esclarecimentos pode indicar uma possível demanda de treinamento na elaboração de PB/TR a ser ofertado às unidades demandantes pelas unidades de análise.



Aplicação de Penalidades por descumprimento contratual.

Gestão das multas aplicadas em decorrência da inexecução contratual por parte da contratada, verificado durante as atividades de gestão e fiscalização. No gráfico a quantidade de penalidades aplicadas e registradas na plataforma de compras do governo federal para consulta aos demais órgão contratadores e para os fornecedores, encontrando-se na plataforma SICAF.

A aplicação da penalidade ocorre somente após o regular processo de apuração da responsabilidade, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Penalidades aplicadas em 2021:

Advertência: 0

Multa moratória: 02

Multa punitiva: 03

Proibição de licitar e contratar: 0

Suspensão temporária: 0

AQUISIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE MATERIAL CONSUMO

Aquisição orçamentária de material consumo com Registro no sistema patrimonial – ASIWEB – e conformidade orçamentária de movimentação de bens.

CONTA	VALOR (R\$)
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	321.754,37
Combustíveis e Lubrificantes para outras finalidades	340,00
Ferramentas	2.435,70
Gás Engarrafado	10.818,00
Gêneros de Alimentação	206.392,45
Material Bibliográfico não Imobilizável	14.800,50
Material de Copa e Cozinha	41.738,37
Material de Acondicionamento e Embalagem	120.609,33
Material de Expediente	129.777,69
Material de Limpeza e Prod. Higienização	266.431,47
Material de Processamento de Dados	290.163,23
Material de Proteção e Segurança	228.306,60
Material de Sinalização	36.520,06
Material de Uniformes, Tecidos e Aviamentos	1.235,33
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	223,83
Material Elétrico e Eletrônico	173.807,81
Material Farmacológico	106.138,22
Material para Áudio e Vídeo e Foto	7.942,18
Material para Divulgação	468.596,78
Material para Festividades e Homenagens	39.967,00
Material para Manutenção de Bens Imóveis	74.221,82
Material para Manutenção de Bens Móveis	26.204,68
Sementes, Mudas de Plantas, Insumos	145,50

CONTA	VALOR (R\$)
Material para Manutenção de Veículos	146.275,98
Material Hospitalar	8.942,03
Material Químico	204,00
TOTAL	2.723.992,93



Saída de materiais de consumo

Conta:	Valor
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	1.211,46
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	321.754,37
Combustíveis e Lubrificantes para outras final	340,00
Ferramentas	2.566,35
Gás Engarrafado	10.818,00
Generos de Alimentação	181.581,53
*Material de Consumo Estoque Interno para Distribuir	14.304,75
Material Bibliográfico não Imobilizável	14.800,50
Material de Acondicionamento e Embalagem	28.996,15
Material de Copa e Cozinha	40.792,88
Material de Expediente	144.320,91
Material de Limpeza e Prod. Higienização	289.115,55
Material de Processamento de Dados	192.885,04
Material de Proteção e Segurança	172.161,05
Material de Sinalização	27.318,58
Material Elétrico e Eletrônico	156.748,34
Material Farmacológico	106.138,22
Material para Áudio e Vídeo e Foto	39.888,89
Material para Divulgação	465.243,90
Material para Festividades e Homenagens	75.476,80
Material para Manutenção de Bens Imóveis	26.204,68
Material para Manutenção de Bens Móveis	146.275,98
Material para Manutenção de Veículos	10,16

Conta:	Valor
Material para Utilização em Gráfica	8942,03
Material Hospitalar	3.449,78
Material Químico	145,50
Sementes, mudas de plantas, insumos	1.235,33
Uniformes. Tecidos e aviamentos	75.476,80
TOTAL	2.512.693,73



Para as eleições gerais de 2022 os TREs realizaram as contratações de forma descentralizada, não havendo doação e repasse de materiais EPIs pelo TSE, apenas de recursos para que os Tribunais efetivassem suas contratações.



INVESTIMENTO EM BENS PERMANENTES – EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO:

Conta/Material	Valor -R\$
APARELHOS DE MEDIÇÃO	5.120,00
APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	6.385,92
APAR. EQUIP. MED. ODONT. LAB. HOSP.	17.040,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	391,75
MAQ. UTENSÍLIOS E EQUIP. DIVERSOS	51.743,28
EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	9.717.504,50
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	113.579,65
MAQ. INST. UTENSÍLIOS DE ESCRITORIO	113,91
MOBILIÁRIO EM GERAL	309.611,14
EQUIPAMENTOS P/ AUDIO VIDEO E FOTO	10.012,44
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10.500,00
SOFTWARES COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	562.850,00
Total	10.804.852,59

INVENSTIMENTO EM MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO:

Conta/Material	Valor -R\$
Material consumo	R\$ 2.723.992,93
Material permanente	R\$ 10.804.852,59
Material de consumo/combate à COVID	R\$ 46.015,00
Bens baixados	R\$ 547.888,69

Instrumentos contratuais e alterações contratuais registrados em 2022:

- Acordos de cooperação técnica: 06
- Apostilas: 12
- Atas de registro de preços - ARP: 94
- Cartas-contrato: 31
- Contratos: 45
- Convênios: 0
- Minutas: 15
- Notas de Empenho em substituição ao contrato (Art. 62 da Lei 8.666/93): 247
- Ordem de Execução de Serviços – OES (em substituição ao contrato): 0
- Termos aditivos: 49
- Termo de Adesão do TRE-RO ao Termo de

Cooperação Técnica do Tribunal de Justiça do Estado:

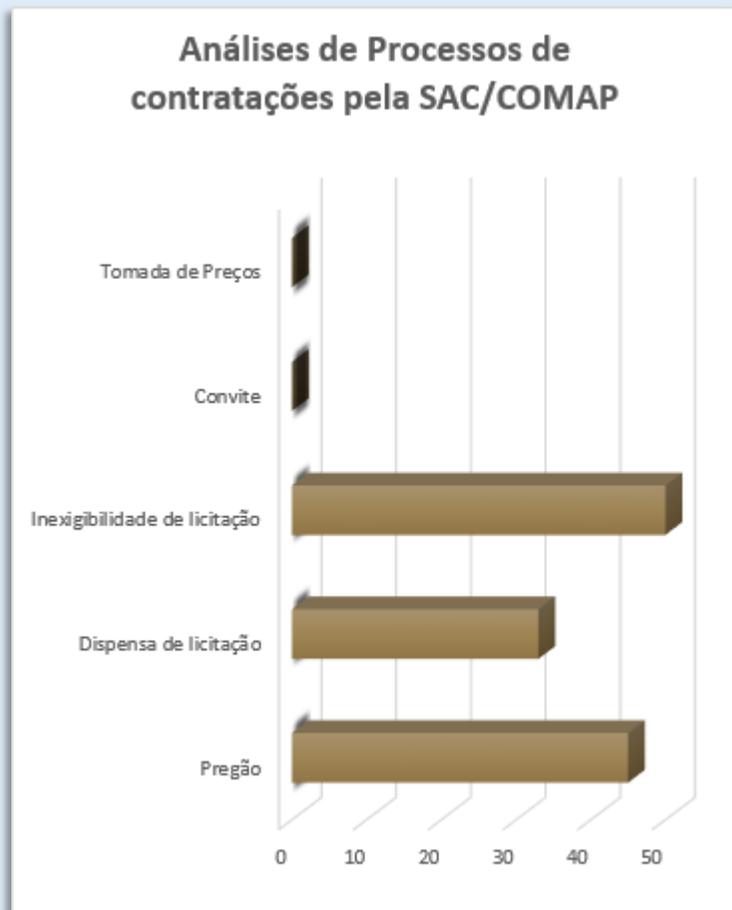
- Termos de rescisões contratuais: 05

A Seção de Contratos – SECONT registrou no Sistema de Comprasnet Contratos os instrumentos contratuais lavrados em 2022.

O Sistema é uma ferramenta do governo federal que automatiza os processos de gestão contratual e conecta servidores públicos responsáveis pela execução e fiscalização de contratos, tornando informações disponíveis a qualquer momento e melhorando as condições de gestão e relacionamento com fornecedores.

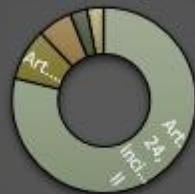
O inteiro teor das contratações realizadas pode ser acessado no Portal da Transparência deste Tribunal, endereço eletrônico <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes>.

TIPO DE CONTRATAÇÃO, FINALIDADE E VALOR CONTRATADO



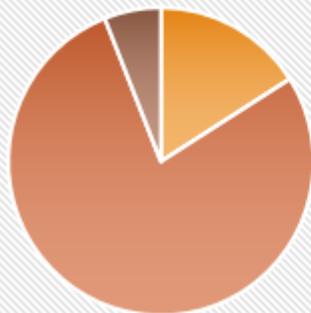
Análises de Processos de contratações pela COMAP	Quantidade
Pregão	45
Dispensa de licitação	33
Inexigibilidade de licitação	50
Convite	0
Tomada de Preços	0

Dispensa de Licitação - Art. 24 da Lei 8.666/93, inciso:



- Art. 24, inciso II
- Art. 24, inciso IV
- Art. 24, inciso V
- Art. 24, inciso X
- Art. 24, inciso XXII

Inexigibilidade de Licitação



- Art. 25, caput
- Art. 25, inciso II, c/c, inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93
- Art. 74, I, da lei nº 14.133/2022

Inexigibilidade de Licitação	Quantidade
Art. 25, caput	8
Art. 25, inciso II, c/c, inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93	39
Art. 74, I, da lei nº 14.133/2022	3

PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES DIRETAS – OBJETIVO

Contratação de serviços e aquisição de materiais de forma direta, com fulcro no art. 24 da Lei 8.666/93, ou sua aquisição direta em razão do valor, ou em decorrência de aquisição de itens desertos ou fracassado em processo licitatório, para casos que sua repetição pudesse trazer prejuízo ao desenvolvimento das atividades.

Dispensa de Licitação - Art. 24 da Lei 8.666/93, inciso:	Quantidade
Art. 24, inciso II	26
Art. 24, inciso IV	1
Art. 24, inciso V	2
Art. 24, inciso X	1
Art. 24, inciso XXII	3

Registra-se 50 contratações autorizadas por inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25 da Lei 8.666/93, composta em sua maioria por contratações de serviços de treinamento e capacitação dos servidores, e de soluções inovadoras, de ponta, nas áreas de conhecimento básico, gestão, estratégia, liderança, governança, auditoria, contabilidade e outras, ministradas por profissionais de empresas com notória especialização, mediante regular pesquisa de mercado entre as empresas do ramo.

CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS

A aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social, consideram a dimensão cultural da sustentabilidade e a eficiência econômica, com ganho de escala, realizada por organizações públicas de diferentes setores ou entre unidades de uma mesma organização pública, economia de escala, e o consumo sustentável no país.

Neste sentido, diversos órgãos manifestaram interesse em utilizar as ARPs licitadas por este Regional, resultado de processos licitatórios para a aquisição de materiais de boa qualidade e com valores equivalentes ao preço praticado no mercado.

PREGÃO SRP	OBJETO	Nº da IRP	Divulgada?	Adesão?	Partícipes
01/2022	Equipamentos de backup	19/2021	SIM	DESERTA	-
02/2022	Telefonia Serviço Móvel	-	NÃO	-	-
05/2022	Resíduos Sólidos	-	NÃO	-	MPF JF TCE-RO TJ-RO PRT14 TRT14
09/2022	Impressos Gráficos	04/2022	SIM	SIM	EXÉRCITO
14/2022	Gên. Alimentícios	05/2022	SIM	DESERTA	-
15/2022	Mat. Proc. Dados	-	NÃO	-	-
16/2022	Garrafas Squeeze	06/2022	SIM	DESERTA	-
17/2022	Água mineral 500ml	07/2022	SIM	DESERTA	-
18/2022	Mat. Limpeza	-	NÃO	-	-
19/2022	Apoio Administrativo	09/2022	SIM	DESERTA	-
22/2022	Projetos	10/2022	SIM	SIM	UNILAB-CE
23/2022	Manutenção e reforma	-	NÃO	-	-
24/2022	Mat. farmacológico	13/2022	SIM	DESERTA	-
26/2022	Mat. expediente	-	NÃO	-	-
27/2022	Projetos	10/2022	NÃO	-	UNILAB-CE
28/2022	Filmagem Urnas	-	NÃO	-	-
29/2022	Persianas	14/2022	SIM	SIM	HGU-PVH
31/2022	Resíduos Sólidos	-	NÃO	-	MPF JF TCE-RO TJ-RO PRT14 TRT14
34/2022	Ap. Ar Condicionado	-	NÃO	-	-
39/2022	Bens permanentes	-	NÃO	-	-
41/2022	Disco SSD	-	NÃO	-	-
45/2022	Rádios transceptores	-	NÃO	-	-

- 47 Licitações;
- 22 Licitações para registro de preços (46,80%);
- 13 Licitação SRP com IRP não divulgada (59,09%);
- 5 Licitações SRP com órgãos partícipes.
- 9 órgãos partícipes, sendo 6 deles sem IRP (participação conjunta prévia).

CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS PARA REGISTROS FOTOGRÁFICOS, DIVULGAÇÕES E PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS.

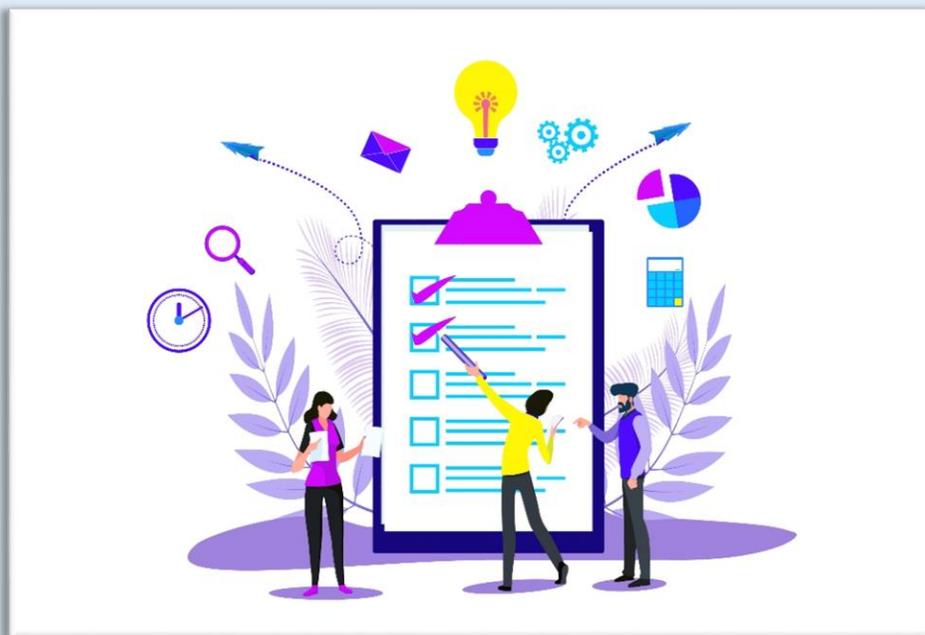
Os contratos de publicidade se referem à comunicação e divulgação de campanhas internas, capacitações, serviços, projetos e atividades de interesse geral dos magistrados, servidores, colaboradores e sociedade, resultando processos de contratações de serviços de impressos gráficos, de cartazes, cartilhas, folders e outros, bem como a contratação de empresa responsável pelos serviços de filmagens das ações e eventos do Tribunal, por meio de captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeo

0002863-32.2021.6.22.8000	Formação de registro de preços para a eventual prestação de SERVIÇOS GRÁFICOS, consistente na confecção de cartazes, folders, cartilhas, livros, placas de sinalização, banners, adesivos e outros impressos, para atender demanda ordinária e de Pleitos Eleitorais deste TRE.	R\$ 448.075,40
0002863-32.2021.6.22.8000	Contratação direta, com fulcro no art. 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93, destinado à contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇOS GRÁFICOS para atender demanda ordinária e de Pleitos Eleitorais deste TRE, decorrente do Pregão Eletrônico 09/2022, processo SEI 0002863-32.2021.6.22.8000.	R\$ 8.480,00
0001333-56.2022.6.22.8000	Contratação direta, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos não contemplados no Pregão Eletrônico n. 09/2022 (0002863-32.2021.6.22.8000).	R\$ 7.254,00
0000746-34.2022.6.22.8000	Espaço para publicidade no vidro traseiro de 50 ônibus da frota concessionária do serviço de transporte intermunicipal de Porto Velho (Busdoor) com confecção de adesivos personalizados.	R\$ 56.125,00
0002835-64.2021.6.22.8000	Prestação de serviços ininterruptos de filmagem, com captação sem cortes de imagens e sons, fornecimento do conteúdo gravado na íntegra, sem edição, para atendimento dos trabalhos da Comissão de auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso nas Eleições de 2022.	R\$ 119.992,00
0001039-38.2021.6.22.8000	Prestação continuada de serviços de filmagem, captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissões ao vivo, além de transmissões de painel em led, para atender demandas institucionais deste Regional Eleitoral.	R\$ 322.000,00
0003574-37.2021.6.22.8000	Contratação de empresa para o fornecimento de solução de comunicação multicanal através da Internet, baseado em computação em nuvem, com recursos de atendimento automatizado por robô (chatbot) e por atendente humano que propicia a comunicação dos nossos clientes (eleitores e sociedade em geral) através de interação por ferramentas de comunicação instantânea, redes sociais e interação pelo site institucional do TRE-RO na Internet, de modo integrado em uma única plataforma de atendimento.	R\$ 262.068,00

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

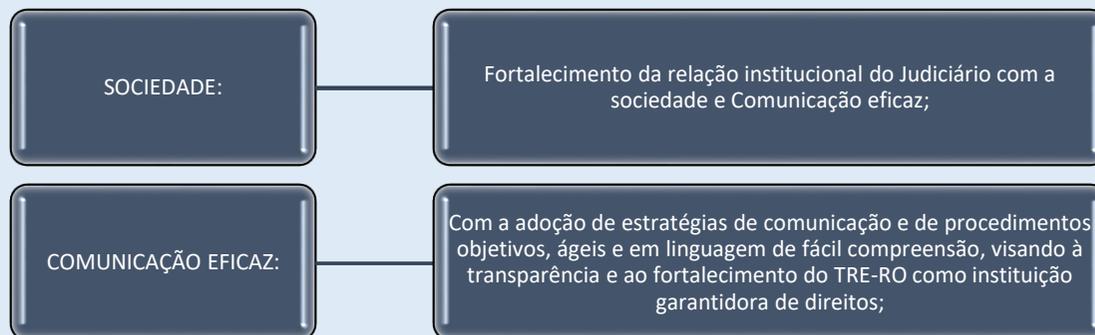
SUA ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVA

As contratações mais relevantes para o TRE-RO em 2022 destinaram-se à aquisição de bens e serviços empregados diretamente nas atividades de preparação e realização das eleições. Destacam-se também as contratações para manutenção dos prédios da justiça eleitoral e aquisição de bens e serviços de TI. As aquisições foram motivadas por necessidade de prover a infraestrutura para o funcionamento regular do corpo administrativo e realizar as eleições gerais.



Em relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, as contratações de serviço aquisições devem considerar as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, obtidos após a fase de Estudo técnico preliminar (ETP).

Além disso, o objeto dos Termos de Referência vai ao encontro das premissas do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 - MAPA ESTRATÉGICO DE CONTRATAÇÕES, para atender o CLIENTE com a garantia de desempenho dos produtos e serviços contratados.



Durante a análise preliminar dos processos de contratações há a verificação de compatibilidade com o Planejamento Anual das Contratações do órgão.

MATERIAL DE PREVENÇÃO DA COVID 19 – ADQUIRIDO PELA SEÇÃO DE ALMOXARIFADO EM 2022

Aquisição de material de combate à COVID para as Eleições 2022

ENTRADA DE MATERIAL - DESCRIÇÃO	VALOR
ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 70% EMB. COM 1000ML	R\$3.840,00
ALCOOL EM GEL 70% EMB. 500G	R\$12.195,00
MÁSCARA TRIPLA PCT COM 50 UND	R\$27.240,00
SACO PARA LIXO INFECTANTE	R\$2.740,00
Total	R\$ 46.015,00

SAÍDA DE MATERIAL - DESCRIÇÃO	VALOR
ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 70% EMB. COM 1000ML	R\$8.220,68
ALCOOL EM GEL 70% EMB. 500G	R\$110.889,87
MÁSCARA TRIPLA PCT COM 50 UND	R\$20.306,03
SACO PARA LIXO INFECTANTE	R\$2.406,67
Total	R\$ 141.823,25

DESFAZIMENTO DE ATIVOS – ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS – EMPRÉSTIMOS DE MATERIAIS

BENS DE PERMANENTES

PROCESSO SEI	Instituição / Associação	Requerimento / Ofício	Fundamento legal	Órgão público / Associação	Material solicitado	Recebeu doação	Data do recebimento	Autorização	Termo de Baixa
0001886-11.2019.6.22.8000	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e da Família da Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé	Ofício n. 207 / 2021 SEMDSF (770860)	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público municipal	Cortina de ar e condicionador de ar	Sim	10/02/2022	Despacho Nº 2385 / 2021 – PRES / DG / SAOFC / GABSAOFC	Termo de baixa nº 2022000001
0000668-74.2021.6.22.8000 0000282-44.2021.6.22.8000	Associação Acolhedora Confrontando Gigantes - AACG	658205	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Microcomputador portátil (notebook)	Sim	05/02/2021	Despacho Nº 1107 / 2021 – PRES / DG / GABDG	Termo de baixa nº 2022000002
0000811-29.2022.6.22.8000 0003368-23.2021.6.22.8000	Escola de Música Municipal Francisco Lázaro dos Santos "Laio"	Ofício nº 002 / 2021/CEMACE LAIO (752238)	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público municipal	Equipamento Informática	sim	25/04/2022	Despacho Nº 408 / 2022 – PRES / DG / GABDG	Nº Termo de Baixa 2022000010
0000811-29.2022.6.22.8000 0003496-43.2021.6.22.8000	Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia - CAERD	Ofício nº 289 / 2021/CAERD-DTO (0758859)	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público - Empresa Pública	mesas, cadeiras, arquivos, computadores	sim	26/04/2022	Despacho Nº 408 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Nº Termo de Baixa 2022000009
0000811-29.2022.6.22.8000 0000467-48.2022.6.22.8000	Polícia Militar - Batalhão de Operações Especiais- BOPE - RO	Ofício nº 11481 / 2022/PM-BOPE1 (790194)	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público estadual	Mesas, cadeiras, armários, balcões, quadro branco; CPUs, notebook, nobreak, estabilizadores.	Sim	25/04/2022	Despacho Nº 408 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Nº Termo de Baixa 2022000012

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

PROCESSO SEI	Instituição / Associação	Requerimento / Ofício	Fundamento legal	Órgão público / Associação	Material solicitado	Recebeu doação	Data do recebimento	Autorização	Termo de Baixa
0000811-29.2022.6.22.8000 0000526-36.2022.6.22.8000	Central Estadual de Transplantes de Rondônia (CET/RO) - SESAU	Ofício nº 3076 / 2022/SESAU-GCET (792462)	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público municipal	1 Computador (CPU, teclado e mouse)	sim	25/04/2022	Despacho Nº 408 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Nº Termo de Baixa 2022000008
0000811-29.2022.6.22.8000 0000992-30.2022.6.22.8000	Instituto Rosas Que Falam	Ofício Nº 001/ 2022 - IRQF (0811199)	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mesas para escritório com gaveta (bom estado de conservação); Cadeira Diretor; Cadeira secretária giratória, arquivo para documentos MDF; ar condicionado 12.000 BTUs; Bebedouro e geladeira.	sim	26/04/2022	Despacho Nº 408 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Nº Termo de Baixa 2022000005
0000811-29.2022.6.22.8000 0000998-37.2022.6.22.8000	Associação Beradeiro	Ofício Nº 008/ 2022 - Associação Beradeiro (0811282)	LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Doação de equipamentos e materiais.	Sim	26/04/2022	Despacho Nº 408 / 2022 - PRES / DG / GABDG (0814988)	Nº Termo de Baixa 2022000006 (819222)
0000811-29.2022.6.22.8000 0001003-59.2022.6.22.8000	Lar Espirita da Terceira Idade André Luiz - LEAL	Carta nº 04 / 2022 -LEAL (0811375)	Lei Nº 9.790 / 99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Armário, mesas, cadeiras, estantes, bebedouros, material ortopédico, equipamentos de informática usados.	Sim	27/04/2022	Despacho Nº 408 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Nº Termo de Baixa 2022000011

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

PROCESSO SEI	Instituição / Associação	Requerimento / Ofício	Fundamento legal	Órgão público / Associação	Material solicitado	Recebeu doação	Data do recebimento	Autorização	Termo de Baixa
0000811-29.2022.6.22.8000 0001025-20.2022.6.22.8000	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto velho - APAE/PVH	Ofício Nº 021/ 2022 - APAE - PVH (0812608)	Lei Nº 9.790 / 99	Assoc. / Organização Civil sem fins lucrativos	Móveis, eletrônicos ou matérias de descarte	Sim	27/04/2022	Despacho Nº 408 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Nº Termo de Baixa 2022000003
0000811-29.2022.6.22.8000 0001061-62.2022.6.22.8000	Penitenciária de Médio Porte - Pandinha/SEJUS	Ofício Nº 6806/ 2022/SEJUS/PMP (0814054)	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8º do Decreto 9.373/2018	Órgão público municipal	Cadeiras, poltrona, arquivos, armários, centrais de ar, ar de janela, bebed., frigobar, pia, comp., impr. e nobreaks	Sim	29/04/2022	Despacho Nº 408 / 2022 - PRES / DG / GABDG (0814988)	Nº Termo de Baixa 2022000013 (819231)
0000811-29.2022.6.22.8000 0001140-41.2022.6.22.8000	Organização Raiz Nativa – O.R.N	Ofício nº 016/O.R.N (0817483)	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8º do Decreto 9.373/2018	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Bens de mobília e equipamento de informática	sim	28/04/2022	Despacho Nº 408 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Nº Termo de Baixa 2022000004
0000811-29.2022.6.22.8000 0001171-61.2022.6.22.8000	Instituto Candelária de Porto Velho - Rondônia	Ofício nº 022 - ICPV/RO	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8º do Decreto 9.373/2018	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Equipamentos de informática e móveis usados	Sim	28/04/2022	Despacho Nº 408 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Nº Termo de Baixa 2022000007
0001387-22.2022.6.22.8000	Penitenciária Tiago Aguiar Afonso	Ofício nº 9515 / 2022/SEJUS-PEJTAA (0827435)	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8º do Decreto 9.373/2018	Órgão público estadual	Equipamento de Tecnologia da Informação 102kg	Sim	10/06/2022	Despacho Nº 675 / 2022 - PRES / DG / GABDG	**
0000387-21.2021.6.22.8000 0000029-22.2022.6.22.8000	Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho - SEMUSA	Ofício nº 1615 / 2022/GAB/SEMUSA	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8º do Decreto 9.373/2018	Órgão público municipal	Equipamento de Tecnologia da Informação	Sim	21/06/2022	Despacho Nº 653 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Nº Termo de Baixa 2022000014 e 2022000015

DESFAZIMENTO DE ATIVOS – ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS – MATERIAL DE CONSUMO

PROCESSO SEI	Instituição / Associação	Requerimento/ Ofício	Fundamento legal	Órgão público / Associação	Material solicitado	Recebeu doação	Autorização	Termo de Baixa
0000711-50.2022.6.22.8008	ESCOLA MUNICIPAL TARSILA DO AMARAL	INFORMAÇÃO Nº 28/2022 - CRE/GAB08ª ZE/8ª ZE	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público municipal	140 capas de processos confeccionadas em cartolina	Sim	Despacho Nº 436 / 2022 - PRES / DG / SAOFC / GABSAOFC	Termo De Responsabilidade Ambientalmente Adequada pelos Bens recebidos em Doação
0000711-50.2022.6.22.8008	ESCOLA MUNICIPAL 16 DE JUNHO	INFORMAÇÃO Nº 28/2022 - CRE/GAB08ª ZE/8ª ZE	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público municipal	140 capas de processos confeccionadas em cartolina	Sim	Despacho Nº 436 / 2022 - PRES / DG / SAOFC / GABSAOFC	Termo De Responsabilidade Ambientalmente Adequada pelos Bens recebidos em Doação
0000711-50.2022.6.22.8008	ESCOLA MUNICIPAL ANGELO ANGELIN	INFORMAÇÃO Nº 28/2022 - CRE/GAB08ª ZE/8ª ZE	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público municipal	140 capas de processos confeccionadas em cartolina	Sim	Despacho Nº 436 / 2022 - PRES / DG / SAOFC / GABSAOFC	Termo De Responsabilidade Ambientalmente Adequada pelos Bens recebidos em Doação
0000711-50.2022.6.22.8008	ESCOLA MUNICIPAL MARCOS DONADON	INFORMAÇÃO Nº 28/2022 - CRE/GAB08ª ZE/8ª ZE	Art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público municipal	140 capas de processos confeccionadas em cartolina	Sim	Despacho Nº 436 / 2022 - PRES / DG / SAOFC / GABSAOFC (0800981)	Termo De Responsabilidade Ambientalmente Adequada pelos Bens recebidos em Doação (0803525).
0000711-50.2022.6.22.8008	ESCOLA MUNICIPAL JULIETA VILELA VELOSO	INFORMAÇÃO Nº 28/2022 - CRE/GAB08ª ZE/8ª ZE	art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2019	Órgão Público Municipal	140 capas de processos confeccionadas em cartolina	Sim	Despacho Nº 436 / 2022 - PRES / DG / SAOFC / GABSAOFC	Termo De Responsabilidade Ambientalmente Adequada pelos Bens recebidos em Doação
0000409-45.2022.6.22.8000	INSTITUTO CANDELÁRIA DE PORTO VELHO - RONDÔNIA	Ofício nº 195- ICPV/RO	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	158 unidades de camisetas	Sim	Despacho Nº 110 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Termo De Responsabilidade Ambientalmente Adequada pelos Bens recebidos em Doação

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

PROCESSO SEI	Instituição / Associação	Requerimento/ Ofício	Fundamento legal	Órgão público / Associação	Material solicitado	Recebeu doação	Autorização	Termo de Baixa
0000409-45.2022.6.22.8000	Associação de Pais de Filhos Excepcionais de Porto Velho	Consulta sobre doação material de consumo - Chá de Erva Mate	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	48 Unidades de Chá Erva Mate de 250 g	Sim	Despacho Nº 332 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Termo de Baixa n. 2022000002
0000409-45.2022.6.22.8000	Rosas Que Falam	Consulta sobre doação material de consumo - Chá de Erva Mate	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	60 Unidades de Chá Erva Mate de 250 g	Sim	Despacho Nº 332 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Termo de Baixa n. 2022000001
0000409-45.2022.6.22.8000	Associação de Pais de Filhos Excepcionais de Porto Velho	SOLICITAÇÃO Nº 86/2022 - PRES / DG / SAOFC/COMAP	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	530 unidades de álcool em gel 70% - frasco de 400g	Sim	Despacho Nº 782 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Termo de Baixa n. 2022000006
0000409-45.2022.6.22.8000	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Candeias RO	SOLICITAÇÃO Nº 86/2022 - PRES / DG / SAOFC/COMAP	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	250 unidades de álcool em gel 70% - frasco de 400g	Sim	Despacho Nº 782 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Termo de Baixa n. 2022000005
0000409-45.2022.6.22.8000	Instituto Candelária de Porto Velho - RO	SOLICITAÇÃO Nº 86/2022 - PRES / DG / SAOFC/COMAP	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	250 unidades de álcool em gel 70% - frasco de 400g	Sim	Despacho Nº 782 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Termo de Baixa n. 2022000008
0000409-45.2022.6.22.8000	Lar Espírita da Terceira Idade André Luiz - LAR	SOLICITAÇÃO Nº 86/2022 - PRES / DG / SAOFC/COMAP	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	250 unidades de álcool em gel 70% - frasco de 400g	Sim	Despacho Nº 782 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Termo de Baixa n. 2022000009
0000409-45.2022.6.22.8000	Federação dos Portadores de Deficiência de Rondônia - FEDER	SOLICITAÇÃO Nº 86/2022 - PRES / DG / SAOFC/COMAP	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	250 unidades de álcool em gel 70% - frasco de 400g	Sim	Despacho Nº 782 / 2022 - PRES / DG / GABDG	Termo de Baixa n. 2022000007

DESFAZIMENTO DE ATIVOS – ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS – RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

PROCESSO	Instituição / Associação	EVENTO OFÍCIO	Fundamento legal	Órgão público / associação	Material solicitado	Recebeu doação	Autorização	Termo de Doação / Certidão
0003496-43.2021.6.22.8000	Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia - CAERD	Ofício n. 281/2021/CAERD-DTO (0756754)	art. 17, II, "a" da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público - Empresa Pública	800m² / 9 toneladas de telha 6 toneladas de estrutura metálica	Sim	DESPACHO Nº 1735 / 2021 - PRES/DG/GABDG (0771871)	Termo De Responsabilidade Ambientalmente Adequada pelos Bens Inservíveis recebidos em Doação (0782097); Certidão Nº 4/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (0783154), e Certidão Nº 27/2022 - COMISSÕES/CACABI (0806366)
0001155-10.2022.6.22.8000 0000860-70.2022.6.22.8000	Loja Maçônica Paz Universal Nº 18	Prancha Nº 18 - 2021/2023 (805824)	LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999. Decreto 9.373/2018	Organização CIVIL Privada sem fins lucrativos	Matérias de construção: telhas, vasos sanitários, portas e outros	sim	Despacho Nº 408 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0814988); Despacho Nº 558 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0829210).	Termo De Responsabilidade Ambientalmente Adequada pelos Bens Inservíveis recebidos em Doação (0819198); Certidão Nº 72/2022 - COMISSÕES/CACABI (0846367)

DESFAZIMENTO DE ATIVOS – ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS – BENS PERMANENTES DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DO INTERIOR

Zona Eleitoral	Processo	Entidade que manifestou interesse na doação	Fundamento	Natureza Jurídica: Órgão público / associação	Material solicitado	Despacho de Autorização	Motivo do não recebimento / Observação
1ª - Guajará-Mirim	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Casa do Ancião de Guajará-Mirim "Asilo São Vicente de Paula"	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
3ª - Ji-Paraná	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais – APAE - Ji-Paraná	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso

CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA MESÁRIOS E COLABORADORES - ELEIÇÕES 2022 (1º E 2º TURNO)

Zona Eleitoral	Processo	Entidade que manifestou interesse na doação	Fundamento	Natureza Jurídica: Órgão público / associação	Material solicitado	Despacho de Autorização	Motivo do não recebimento / Observação
3ª - Presidente Médici	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais – APAE - Presidente Médici/Rondônia	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
4ª - Vilhena	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Associação Amor de 4 Patas - Vilhena/Rondônia	Lei Nº 9.790/100	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
5ª - Costa Marques	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Hospital Regional de São Francisco do Guaporé	Art. 17, II, “a” da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público estadual	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
8ª - Colorado do Oeste	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Prefeitura do Município de Colorado do Oeste	Art. 17, II, “a” da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público municipal	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
09ª - Pimenta Bueno	0002160-40.2022.6.22.8009	Casa de Detenção da Comarca de Pimenta Bueno	Art. 17, II, “a” da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público estadual	Mobílias		Doação concluída com sucesso

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Zona Eleitoral	Processo	Entidade que manifestou interesse na doação	Fundamento	Natureza Jurídica: Órgão público / associação	Material solicitado	Despacho de Autorização	Motivo do não recebimento / Observação
10ª - Jaru	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Ws Associação Cultural, Social e Desportiva de Jaru	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
11ª - Cacoal	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Associação Beneficente São Camilo	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
15ª - Posto Nova Brasilândia	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	O patrimônio 9780 (armário), informado pela 15ª ZE como bem inservível (0845376), foi retirado da lista de doação (0847783), por motivos de que o bem se encontrava avariado fora consertado e, assim sendo, será mantido para utilização no Posto de Atendimento de Nova Brasilândia. (0871733)

Zona Eleitoral	Processo	Entidade que manifestou interesse na doação	Fundamento	Natureza Jurídica: Órgão público / associação	Material solicitado	Despacho de Autorização	Motivo do não recebimento / Observação
16ª - Cerejeiras	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais – APAE	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
17ª - Alta Floresta do Oeste	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Associação Alegria de Viver - AVV	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
17ª - Alta Floresta do Oeste	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Associação de Ensino Musical e Arte, Capacitação de Jovem Aprendiz e Assistência Social	Lei Nº 9.790/100	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
18ª - Alvorada do Oeste	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais – APAE	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
19ª - Santa Luzia D'Oeste	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Creche Municipal Tia Lili	Art. 17, II, “a” da Lei 8.666/93 e art. 8ª do Decreto 9.373/2018	Órgão público municipal	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
28ª - Ouro Preto do Oeste	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Associação Casa da Família Roseta - Ouro Preto do Oeste	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso

Zona Eleitoral	Processo	Entidade que manifestou interesse na doação	Fundamento	Natureza Jurídica: Órgão público / associação	Material solicitado	Despacho de Autorização	Motivo do não recebimento / Observação
29ª - Rolim de Moura	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Associação de Ensino Musical e Arte, Capacitação de Jovem Aprendiz e Assistência Social	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
32ª - Machadinho D'Oeste	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Associação Avivalista de Ação Social de Machadinho D'Oeste - RO " Missão Aviva"	Lei Nº 9.790/99	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso
35ª São Miguel do Guaporé	0000843-34.2022.6.22.8000 0001762-23.2022.6.22.8000	Organização Multietária Sócio Cultural de São Miguel do Guaporé	Lei Nº 9.790/100	Associação / Organização Civil sem fins lucrativos	Mobílias	Despacho Nº 764 / 2022 - PRES/DG/GABDG (0847139)	Doação concluída com sucesso

As informações relativas a Desfazimento de ativos e doações de bens podem se acessadas nos seguintes links:

https://www.tre-ro.ius.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/copy_of_contratacoes/doacao-de-bens-2022

<https://www.tre-ro.ius.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/alienacao-de-bens-desfazimento-de-ativos>

A Comissão de Avaliação, Classificação e Alienação de Bens Inservíveis (Portaria n. 101/2018), publicou o Edital n. 01/2021 para **desfazimento de bens inservíveis**, classificados como ocioso, recuperável, antieconômico e irrecuperável, em conformidade com o art. 17, inciso II, Alínea “a” da Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Federal nº 9.373/2018, e demais legislações pertinentes, conforme consta no Processo de Desfazimento n. 0000282-44.2021.6.22.8000, para manifestação de interesse dos órgãos da Administração Pública Federal, Estados e Municípios, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Associações ou Cooperativas em cumprimento ao Decreto 5.940/2006, c/c art. 8º do Decreto nº 9.373/2018 sobre o

EMPRÉSTIMOS DE MATERIAIS DE EXPOSIÇÃO E URNAS DE LONA

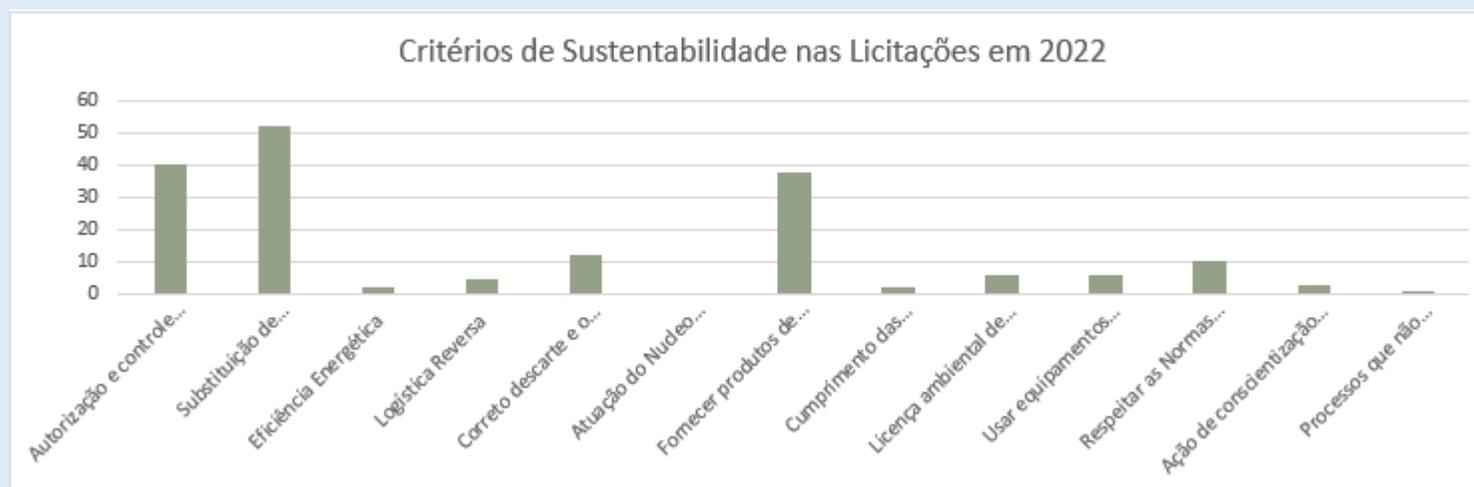
Processo SEI	Órgão Solicitante
0000161-79.2022.6.22.8000	<i>Inst. de Previdência e Assist. dos Serv. do Município de Porto Velho-RO IPAM</i>
0001662-68.2022.6.22.8000	<i>Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de Rondônia - SINNTEL</i>
0001669-60.2022.6.22.8000	<i>Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia - SINSEMPRO</i>
0002180-58.2022.6.22.8000	<i>Sindicato dos Empregados em Posto de Serviços de Combustível, Lubrificante e Derivado de Petróleo, Loja de Conveniências, Troca de Óleo, Lava Rápido e Lava Jato em Postos do Estado de Rondônia - SIMPOSPETRON</i>
0002421-32.2022.6.22.8000	<i>Comunidade Cristã El Shaddai</i>
0003112-46.2022.6.22.8000	<i>Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio – DUQUE DE CAXIAS</i>
0003151-43.2022.6.22.8000	<i>Sindicato dos Servidores da Previdência do Estado de Rondônia - SINSEPER</i>
0003470-11.2022.6.22.8000	<i>Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado de Rondônia - SINDSPREV</i>
0003551-57.2022.6.22.8000	<i>Associação dos Magistrados do Estado de Rondônia - AMERON</i>
0003586-17.2022.6.22.8000	<i>Conselho Municipal de Educação - CME</i>
0003257-05.2022.6.22.8000	<i>Associação Tiradentes Dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado de Rondônia – ASTIR</i>

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

Em cumprimento política de sustentabilidade instituída pela Resolução CNJ n. 400/2021, que os órgãos do Poder Judiciário devem adotar modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável, os Termos de Referencias e Projetos Básicos elaborados no TRE-RO, apresentam, na maioria, critérios de sustentabilidade para aquisição e contratação de serviços.

O objetivo é que as contratações apresentem ações economicamente viáveis, que exijam critérios de eficiência dos produtos, e que levem em consideração a real necessidade da compra/contratação dentre as propostas mais vantajosas para a administração.

Nesse sentido, adota-se nas contratações os critérios de sustentabilidade, como parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico, e que as empresas e fabricantes cumpram as normas da vigilância sanitária para que o fruto de suas produções não gere dano ao usuário e ao meio ambiente.



INDICADOR – GERENCIADO PELA COMAP: AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS REALIZADAS NO ANO DE 2022

QUANTIDADE DE PROCESSIONS COM INCLUSÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EXIGIDOS PARA AS CONTRATAÇÕES

Resolução CNJ 4000/2021, Lei 12.305/2010, Lei n. 8.723/93, Resolução CONAMA n. 16/1993, Portaria IBAMA n. 85/1996, referências e Projetos Básicos com inclusão de critério de sustentabilidade.

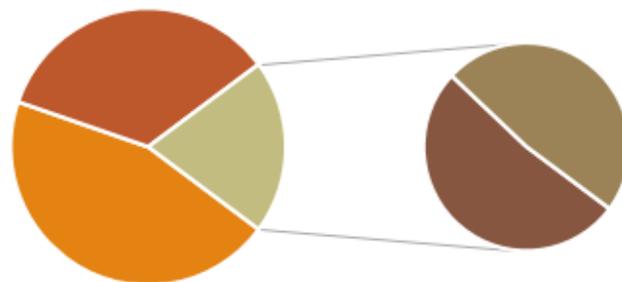
Autorização e controle dos órgãos reguladores (IBAMA, ANVISA, INMETRO)	40
Substituição de documentos físicos por documentos eletrônicos	52
Eficiência Energética	2
Logística Reversa	5
Correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos	12
Atuação do Nucleo Socioambiental	-
Fornecimento de produtos de baixo impacto ambiental	38
Cumprimento das normas de proteção ambiental relativas à poluição sonora e atmosférica	2
Licença ambiental de operação das atividades que integram os serviços	6
Uso de equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais	6
Respeito às Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos	10
Ação de conscientização por meio de capacitações e palestras a servidores em sustentabilidade	3
Processos que não adotaram	1

Percentual de exigência de inclusão de critério de sustentabilidade nas contratações.

Modalidade	Total realizado em 2022	Com critérios de sustentabilidade no TR/PB	Percentual
Pregão	43	43	100%
Dispensa	33	07	21%
Inexigibilidade	50	28	56%
Tomada de Preços	0	0	-
Convite	0	0	-

Fonte SEI 0000210-23.2022.6.22.8000 – 0784971 - Planilha processos analisados pela COMAP, evento 0977284

ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES 2022



- a. CONTRATAÇÕES PLANEJADAS - 2022
- b. CONTRATAÇÕES PLANEJADAS E REALIZADAS
- c. CONTRATAÇÕES PLANEJADAS E NÃO REALIZADAS
- d. CONTRATAÇÕES REALIZADAS E NÃO PLANEJADAS

a.	CONTRATAÇÕES PLANEJADAS - 2022	120
b.	CONTRATAÇÕES PLANEJADAS E REALIZADAS	92
c.	CONTRATAÇÕES PLANEJADAS E NÃO REALIZADAS	28
d.	CONTRATAÇÕES REALIZADAS E NÃO PLANEJADAS	26
e.	ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO, ÍNDICE DE ADERÊNCIA	77%

Concessão de Auxílio Alimentação para Mesários e Colaboradores - Eleições 2022 (1º e 2º turno)"

Zona	Processo de gestão, pagamento e prestação de contas	Município	Total Saque	Total devolvido	Total utilizado	Quantidade de pessoas atendidas
1ª	0002349-45.2022.6.22.8000	GUAJARÁ-MIRIM e NOVA MAMORÉ	R\$ 93.630,00	R\$ 11.950,00	R\$ 81.680,00	869
2ª	0002606-70.2022.6.22.8000	PORTO VELHO e ITAPUÃ DO OESTE	R\$ 167.920,00	R\$ 7.350,00	R\$ 160.570,00	1.793
3ª	0002607-55.2022.6.22.8000	PRESIDENTE MÉDICI	R\$ 34.830,00	R\$ 1.040,00	R\$ 33.790,00	343
4ª	0002608-40.2022.6.22.8000	VILHENA	R\$ 153.730,00	R\$ 24.840,00	R\$ 128.890,00	1.376
5ª	0002609-25.2022.6.22.8000	COSTA MARQUES e SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	R\$ 58.600,00	R\$ 3.910,00	R\$ 54.690,00	576
6ª	0002610-10.2022.6.22.8000	PORTO VELHO	R\$ 176.310,00	R\$ 7.480,00	R\$ 168.830,00	1.887
7ª	0002611-92.2022.6.22.8000	ARIQUEMES	R\$ 140.930,00	R\$ 11.770,00	R\$ 129.160,00	1.488
8ª	0002612-77.2022.6.22.8000	COLORADO DO OESTE, CABIXI e CHUPINGUAIA	R\$ 49.320,00	R\$ 4.450,00	R\$ 44.870,00	503

**CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS
CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES**

Zona	Processo de gestão, pagamento e prestação de contas	Município	Total Saque	Total devolvido	Total utilizado	Quantidade de pessoas atendidas
9ª	0002613- 62.2022.6.22.8000	PIMENTA BUENO e PRIMAVERA DE RONDÔNIA	R\$ 69.420,00	R\$ 20,00	R\$ 69.400,00	767
10ª e 27ª	0002614- 47.2022.6.22.8000	JARU, THEOBROMA e GOVERNADOR JORGE TEXEIRA	R\$ 117.580,00	R\$ 7.600,00	R\$ 117.580,00	1.312
11ª	0002615- 32.2022.6.22.8000	CACOAL e MINISTRO ANDREAZZA	R\$ 89.700,00	R\$ 13.000,00	R\$ 152.060,00	3.080
12ª	0002616- 17.2022.6.22.8000	ESPIGÃO DO OESTE	R\$ 46.940,00	R\$ 4.250,00	R\$ 42.690,00	474
13ª	0002617- 02.2022.6.22.8000	OURO PRETO DO OESTE e TEIXEIRÓPOLIS	R\$ 61.650,00	R\$ 2.710,00	R\$ 58.940,00	1.300
15ª	0002618- 84.2022.6.22.8000	NOVO HORIZONTE, CASTANHEIRAS, NOVA BRASILÂNDIA	R\$ 47.700,00	R\$ 2.390,00	R\$ 45.310,00	1.008
16ª	0002619- 69.2022.6.22.8000	CEREJEIRAS, CORUMBIARA e PIMENTEIRAS DO OESTE	R\$ 40.700,00	R\$ 1.310,00	R\$ 39.390,00	439
17ª	0001634- 49.2022.6.22.8017	ALTA FLORESTA D'OESTE - Alimentação para os indígenas.	R\$ 17.600,00	R\$ 62,62	R\$ 17.537,38	415
17ª	0002620- 54.2022.6.22.8000	ALTA FLORESTA D'OESTE	R\$ 55.260,00	R\$ 9.290,00	R\$ 45.970,00	517
18ª	0002621- 39.2022.6.22.8000	ALVORADA DO OESTE e URUPÁ	R\$ 36.540,00	R\$ 2.740,00	R\$ 33.800,00	715
19ª	0002622- 24.2022.6.22.8000	SANTA LUZIA D'OESTE	R\$ 54.480,00	R\$ 8.420,00	R\$ 46.060,00	509
20ª	0002623- 09.2022.6.22.8000	PORTO VELHO	R\$ 145.710,00	R\$ 20.850,00	R\$ 124.860,00	1.389
21ª	0002624- 91.2022.6.22.8000	PORTO VELHO e CANDEIAS DO JAMARI	R\$ 144.270,00	R\$ 24.200,00	R\$ 120.070,00	1.343
25ª	0002625- 76.2022.6.22.8000	ALTO PARAÍSO e MONTE NEGRO	R\$ 47.160,00	R\$ 8.340,00	R\$ 38.820,00	438

**CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS
CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES**

Zona	Processo de gestão, pagamento e prestação de contas	Município	Total Saque	Total devolvido	Total utilizado	Quantidade de pessoas atendidas
26 ^a	0002626- 61.2022.6.22.8000	CACAULÂNDIA, CUJUBIM e RIO CRESPO	R\$ 40.410,00	R\$ 5.880,00	R\$ 34.530,00	387
28 ^a	0002627- 46.2022.6.22.8000	MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO e VALE DO PARAÍSO	R\$ 46.500,00	R\$ 1.550,00	R\$ 44.950,00	499
29 ^a	0002628- 31.2022.6.22.8000	ROLIM DE MOURA	R\$ 72.250,00	R\$ 5.560,00	R\$ 66.690,00	749
30 ^a	0002629- 16.2022.6.22.8000	JI PARANÁ	R\$ 163.140,00	R\$ 12.250,00	R\$ 150.890,00	1.698
32 ^a	0002630- 98.2022.6.22.8000	MACHADINHO D'OESTE e VALE DO ANARI	R\$ 54.630,00	R\$ 560,00	R\$ 54.070,00	603
34 ^a	0002631- 83.2022.6.22.8000	BURITIS e CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	R\$ 57.060,00	R\$ 3.940,00	R\$ 53.120,00	603
35 ^a	0002632- 68.2022.6.22.8000	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ e SERINGUEIRAS	R\$ 61.110,00	R\$ 4.130,00	R\$ 56.980,00	617
JECRIME	0002633- 53.2022.6.22.8000	PORTO VELHO	R\$ 520,00	R\$ 0,00	R\$ 520,00	6
COSE	0002634- 38.2022.6.22.8000	PORTO VELHO	R\$ 110.000,00	R\$ 31.590,00	R\$ 78.410,00	746
AUDITO- RIA DE URNAS	0002635- 23.2022.6.22.8000	PORTO VELHO	R\$ 24.000,00	R\$ 2.530,00	R\$ 21.470,00	119
SUSTEN- TABI- LIDADE e ACESSIBI- LIDADE	0002636- 08.2022.6.22.8000	PORTO VELHO	R\$ 2.130,00	R\$ 140,00	R\$ 1.990,00	22
TOTAL			R\$ 2.481.730,00	R\$ 246.102,62	R\$ 2.318.587,38	28.590

INFRAESTRUTURA E OBRAS (COMSEG/SEMAP)

No exercício de 2022, a gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia prosseguiu com o planejamento de efetuar incrementos e melhoramentos nas estruturas físicas dos imóveis da Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia.

Nesse sentido, no interior do Estado foram autorizadas as ordens de serviços para executar serviços remanescentes referentes às manutenções corretivas e adequações prediais nos Fóruns Eleitorais de Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Costa Marques, Alta Floresta, Santa Luzia do Oeste e Presidente Médici.

Ainda no interior do Estado, foram autorizadas as ordens de serviços a fim de executar a ampliação e reforma do Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste, bem como executados serviços remanescentes referentes à reforma dos Fóruns Eleitorais de Cerejeiras, Rolim de Moura, e Pimenta Bueno, além das instalações dos nobreaks dos Fóruns Eleitorais de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná.

Convém ressaltar que as referidas ações visaram proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores e colaboradores dos referidos imóveis, bem como propiciar qualidade no atendimento ao cidadão.

Já na capital do Estado, foram liberadas ordens de serviços para executar serviços remanescentes referentes às manutenções corretivas e adequações prediais das seguintes unidades: Seção de Assistência Médica e Social (SAMES) e estacionamento do prédio Sede do TRE-RO com aplicação da pintura em epóxi. Além disso, houve a execução do fechamento de área para utilização do depósito da Seção de Almoxarifado (SEALM) e fechamento de área para utilização da Seção de Patrimônio (SEPAT) deste Egrégio Tribunal. Ressalta-se que foram reutilizadas telhas para o fechamento dos citados espaços.

Além disso, foram executados serviços diversos de civil e elétrica nos imóveis da Capital a exemplo: reparo nas calhas do Fórum Eleitoral, Anexo II e Anexo III, reforma da copa do edifício SEDE, substituição de luminárias e instalação de sensores de presença no edifício SEDE, dentre outras ações.

Por fim, foram executados serviços a fim de realizar melhorias no atendimento ao público, servidores e demais usuários para realização das ações presenciais durante o Pleito Eleitoral de 2022.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL.

O Tribunal Regional Eleitoral apresenta anualmente declaração de conformidade legal, estando alinhada com os termos do artigo 70 da Constituição Federal, da Lei 4320/64, Lei Complementar 101/2000, Lei 8.429/92 e demais instrumentos legais emanados pelo Tribunal Superior Eleitoral e Conselho Nacional de Justiça que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

No Prédio SEDE, foram realizadas e concluídas as atividades de revitalização e modernização das unidades da Seção de Assistência Médica e Social (SAMES), estacionamento do prédio com aplicação de pintura em epóxi, execução do fechamento de área para utilização da Seção de Almoxarifado (SEALM) e fechamento de área para utilização da Seção de Patrimônio (SEPAT) com adequações do sistema de iluminação, lógica e elétrica, além de serviço de pintura.

No âmbito das instalações do 2º grau e do 1º grau, tivemos as ações detalhadas nas tabelas a seguir:

Reformas e manutenções aplicadas às instalações do 2º grau no decorrer de 2022		
Localidade	Resumo dos Serviços	Status
Edifício SEDE	Reparo das calhas	Concluído em outubro
Edifício SEDE	Readequação da Copa	Concluído em setembro
Edifício SEDE	Reposicionamento, instalação e desativação de sensores de presença	Concluído em setembro
Edifício SEDE	Reparar revestimento da escadaria localizada na entrada do edifício	Concluído em dezembro
Edifício SEDE	Vedação interna das janelas do auditório	Concluído em outubro
Edifício SEDE	Manutenção do encanamento externo	Concluído em outubro
Edifício SEDE	Revisão das portas de vidro	Concluído em novembro
Edifício SEDE	Revisão de janelas	Concluído em novembro
Edifício SEDE	Fechamento de fissuras (internas e externas) dos encanamentos pluviais localizadas na fachada do prédio	Concluído em novembro
Anexo II	Reparo de calhas	Concluído em novembro
Anexo II	Reparo de fissuras	Concluído em outubro
Anexo II	Revisão das portas de vidro	Concluído em outubro
Anexo III	Reparo de calhas e rufos do telhado	Concluído em novembro
Fórum Eleitoral da Capital	Correção no vazamento da tubulação de drenagem de água pluvial da cobertura da edificação	Concluído em agosto
Fórum Eleitoral da Capital	Revisão dos pontos de iluminação localizados nos lances da escada	Concluído em outubro
Fórum Eleitoral da Capital	Manutenção da porta metálica de acesso à cobertura	Concluído em novembro

Reformas e manutenções aplicadas às instalações do 1º grau no decorrer de 2022		
Localidade	Resumo dos Serviços	Status
Fórum Eleitoral da Capital	Revisão da calha e rufo da cobertura	Concluído em outubro
Alvorada do Oeste /OS nº 5/2022 SEOP	Foram executados serviços de recuperação de calçada, revisão elétrica, revisão de cobertura, troca de torneira, pintura de parede, troca de portas, colocação de concertina e grade Morlan, placa de sinalização. (serviços de manutenção corretiva e preventiva)	Iniciado em 28 de abril de 2022 e concluído em 05 de outubro de 2022
Alta Floresta do Oeste/OS nº 5/2022 SEOP	Impermeabilização de laje, troca de luminárias, revisão de calha e rufo, troca de torneiras, drenagem do fundo do terreno, colocação de concertina e execução de calçada frontal (serviços de manutenção corretiva e preventiva)	Iniciado em 28 de abril de 2022 e concluído em 05 de outubro de 2022
Costa Marques /OS nº 5/2022 SEOP	Revisão de cobertura, revisão de pontos elétricos, colocação de refletores, revisão de pingadeiras, toldos, substituição de forro, plantio de grama. (serviços de manutenção corretiva e preventiva)	Iniciado em 28 de abril de 2022 e concluído em 05 de outubro de 2022
Presidente Médici /OS nº 5/2022 SEOP	Impermeabilização de laje com manta, revisão de cobertura, troca de placas de forro, corte e poda de árvore. (serviços de manutenção corretiva e preventiva)	Iniciado em 28 de abril de 2022 e concluído em 05 de outubro de 2022
Santa Luzia do Oeste /OS nº 5/2022 SEOP	Colocação de refletores de LED, revisão elétrica, execução de sistema de drenagem de água pluvial, troca de placas de forro. (serviços de manutenção corretiva e preventiva)	Iniciado em 28 de abril de 2022 e concluído em 05 de outubro de 2022
São Miguel do Guaporé /OS nº 5/2022 SEOP	Troca de cobertura em telha termo acústico, revisão de instalações elétrica, pintura geral, substituição de forro. (serviços de manutenção corretiva e preventiva)	Iniciado em 28 de abril de 2022 e concluído em 05 de outubro de 2022
Ariquemes /OS nº 3/2022 SEMAP	Execução de passeio, impermeabilização de laje, manutenção e revisão de quadro elétrico e lógica, revisão de cobertura, pintura geral e plantio de grama. (serviços de manutenção corretiva e preventiva)	Iniciado em 11 de abril e concluído em 12 de junho
Cacoal /OS nº 3/2022 SEMAP	Impermeabilização de Laje, revisão elétrica, revisão de cobertura, revisão elétrica, lógica, hidráulica, pinturas gerais, gradil nas janelas e plantio de grama. (serviços de manutenção corretiva e preventiva)	Iniciado em 11 de abril e concluído em 12 de junho
Colorado do Oeste /OS nº 3/2022 SEMAP	Revisão Elétrica e Lógica, colocação de refletores, substituição e revisão do telhado, pintura, fechamento de gradil e pequenos serviços. (serviços de manutenção corretiva e preventiva)	Iniciado em 11 de abril e concluído em 12 de junho
Jaru /OS nº 3/2022 SEMAP	Revisão elétrica, pintura geral da edificação, substituição de forro, plantio de grama, poda de árvore, outros serviços. (serviços de manutenção corretiva e preventiva)	Iniciado em 11 de abril e concluído em 12 de junho
Ji-Paraná /OS nº 3/2022 SEMAP	Revisão de cobertura, impermeabilização de laje, revisão elétrica, pintura geral, revisão de forro, substituição de portas, sinalização horizontal, outros serviços de pequeno vulto. (serviços de manutenção corretiva e preventiva)	Iniciado em 11 de abril e concluído em 12 de junho

Reformas e manutenções aplicadas às instalações do 1º grau no decorrer de 2022		
Localidade	Resumo dos Serviços	Status
Vilhena /OS nº 3/2022 SEMAP	Execução de passeio, impermeabilização de laje, revisão elétrica e lógica, pintura geral, colocação de concertina, plantio de grama, outros serviços. (serviços de manutenção corretiva e preventiva)	Iniciado em 11 de abril e concluído em 12 de junho
Pimenta Bueno /OS nº 4/2022 SEMAP	Obra de reforma e adequação da edificação	Iniciado em 09 de maio de 2022, concluído em 08 de dezembro de 2022
Rolim de Moura /OS nº 4/2022 SEOP	Obra de reforma e adequação da edificação	Iniciado em 08 de junho de 2022, em andamento
Espigão do Oeste /OS nº 1/2022 SEOP	Obra de ampliação e reforma da edificação	Iniciado em 08 de junho de 2022, em andamento
Ouro Preto do Oeste /OS nº 1/2022 SEMAP	Obra de reforma e adequação da edificação	Iniciado em 23 de fevereiro de 2022 e concluído em 16 de dezembro de 2022

PRINCIPAIS GASTOS DECORRENTES DE MANUTENÇÕES E INSTALAÇÕES REALIZADAS EM 2022

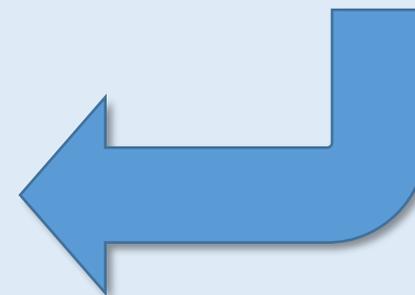
Os principais gastos com manutenções, reformas e ampliações nas instalações dos edifícios do TRE-RO em 2022 foram direcionados a ações de atendimento específicas e priorizadas pela Administração do Regional, cujo montante alcançou o valor de R\$ 3.955.811,36, conforme distribuição indicada na tabela abaixo:



LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Em 2022, foram mantidos os contratos de locação do Fórum Eleitoral de Espigão D'Oeste, iniciado em 2017, das locações de instalações para abrigar os Fóruns Eleitorais de Pimenta Bueno, Rolim de Moura e Ouro Preto D'Oeste, iniciados em 2021, para possibilitar ação de reforma e ampliação dos respectivos cartórios. As locações se estenderam pelo exercício de 2023 em decorrência de rescisão contratual com a empresa responsável pelas reformas, fato que motivou abertura de processo de apuração de responsabilidade e convocação de empresa remanescente para dar andamento nas ações iniciadas em 2021.

Por fim, ainda no exercício de 2022, foram realizadas as locações de equipamentos, tais como: tendas, grades de isolamento, banheiros químicos, climatizadores e grupo gerador a fim de atender o pleito eleitoral.

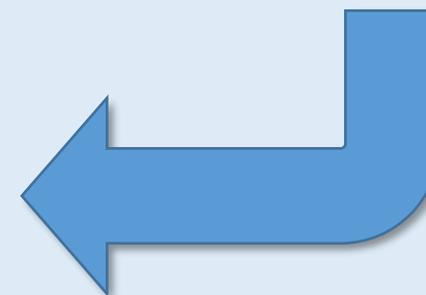


DETALHAMENTO DOS GASTOS COM CONTRATAÇÕES, POR FINALIDADE E ESPECIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO, PARA O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO DO TRE/RO EM 2022:

DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ANO DE 2022:

Como se observa no gráfico a seguir, a Seção de Administração Predial - SEAP geriu e executou o montante de R\$ 6.661.320,10 (seis milhões, trezentos e vinte mil e dez centavos).

Considerando que no exercício de 2022 houve pleito eleitoral, os gastos com funcionamento administrativo representaram os gastos da execução orçamentária ordinária e do orçamento de pleito eleitoral (pagamento) desta unidade em 2022



RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL - SEAP NO DECORRER DO ANO DE 2022:

1) Gestão e Fiscalização de 20 contratos administrativos, com destaque para os abaixo relacionados, pelo montante orçamentário envolvido:

- Serviços continuados de Apoio Administrativo, com terceirização de mão de obra, com contingente fixo de 53 pessoas distribuídas nas seguintes funções: Copeira, Auxiliar Administrativo, Almoxarife, Recepcionista, Supervisor, Aux. de Serviço Gerais, Jardineiro, Oficial de Manutenção Predial, Operador de Empilhadeira e Motorista.
- Serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial na capital, com terceirização de mão de obra, com um contingente de 16 pessoas, sendo 1 supervisor/encarregado e 15 serventes de limpeza;
- Serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial no interior do estado, com terceirização de mão de obra, para atender a todos os Fóruns Eleitorais (imóveis do TRE), com um contingente de 21 serventes de limpeza;
- Contrato de Fornecimento de energia elétrica de alta tensão para o prédio Sede, Anexo II e Fórum Eleitoral;
- Contrato de Fornecimento de energia elétrica para o Fórum Eleitoral de Ariquemes (específico para a subestação lá existente);
- Contrato de Fornecimento de energia elétrica de baixa tensão para os 19 Fóruns Eleitorais do interior, 2 postos de atendimento ao eleitor nos municípios de Nova Brasilândia e Presidente Médici e o Arquivo Central na capital;
- Contratos de fornecimento de água tratada e esgoto, atendendo a 21 imóveis, sendo 20 no interior do estado (Fóruns eleitorais e postos de atendimento) e 1 na capital (Prédio Sede e Anexos).
- Contrato de Apoio Administrativo à Eleição 2022, sendo 30 postos de trabalho, já incluso 1 supervisor.
- Quantidade de mão de obra terceirizada envolvida: **120 pessoas**

2) Estabelecimento e acompanhamento de novas rotinas de trabalho da equipe de limpeza terceirizada, com alterações e intensificações na frequência de limpeza e higienização dos ambientes, em virtude da pandemia da Covid-19.

FROTA DE VEÍCULOS DO TRE/RO

A utilização da frota de veículos pertencentes ao TRE/RO é disciplinada pela Resolução nº 83, de 10 de junho de 2009 do CNJ e Instrução Normativa nº 03/2012 do TRE/RO. Este Tribunal possui frota própria de veículos para atender às necessidades ordinárias de suas atividades, consistente na condução de magistrados e servidores, entrega de documentos aos diversos órgãos locais, entrega de materiais de consumo e permanente a todas as Zonas Eleitorais do Estado, distribuídas em 22 (vinte dois) municípios do interior do Estado para uso exclusivo no expediente jurisdicional do 1º Grau, além das atividades sazonais relativas ao Pleito Eleitoral. O atendimento das demandas extraordinárias decorrente das atividades das eleições das zonas eleitorais ocorre, preponderantemente, com requisição de veículos dos órgãos públicos, que são devolvidos ao final do período eleitoral.

No exercício de 2022 este Tribunal possuía 38 (trinta e oito) veículos na sua frota, sendo 26 caminhonetes, 8 automóveis pequenos, 01 SUV, 01 Van e 02 caminhões, sendo 20 veículos na capital e 18 no interior do Estado, conquanto houve um sinistro no município de Machadinho do Oeste, tendo havido perda total do mesmo

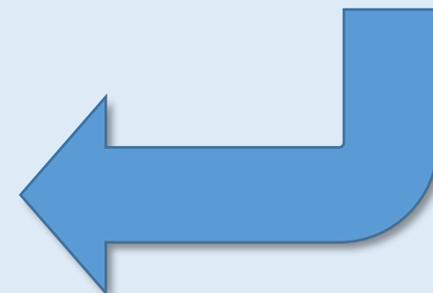
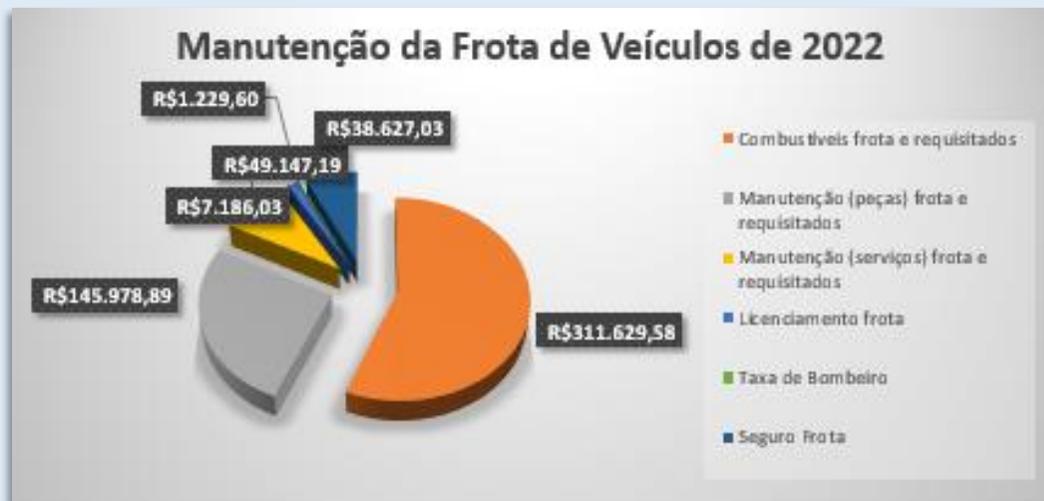
A idade média da frota é de 10 anos.

Todos os veículos são classificados como veículos de serviços, conforme art. 11 da Resolução nº 83 de 10 de junho de 2009 do CNJ.

No exercício de 2022, por se tratar de ano eleitoral, o dispêndio com manutenção da frota e requisições de veículos teve um aumento considerável em relação ao ano anterior.

O custo em 2022 com a terceirização de 02 motoristas de veículo pesado e 02 motoristas de veículos leves importou em R\$ 283.505,92.

O custo total de manutenção da frota alcançou o montante de R\$ 553.798,32, distribuído conforme abaixo:



AVALIAÇÃO DO SEU CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.

A Administração do TRE-RO priorizou suas intervenções entre o 1º e 2º graus de modo a bem utilizar a disponibilidade orçamentária recebida, com objetivo de reduzir ao máximo quaisquer possibilidades de perda orçamentária.

Os recursos direcionados para aplicação em Infraestrutura e Gestão Patrimonial tem sido acompanhado estreitamente pela alta administração, principalmente em decorrência da limitação imposta após a vigência da Emenda Constitucional 95/2016, que ainda veda a inauguração de obras, mas já flexibilizou a realização de ampliações nos exercícios de 2020/2021.

Anualmente, a elaboração da proposta orçamentária do TRE/RO tem sido motivo de extensas tratativas entre o Regional e o Tribunal Superior, no sentido de dar continuidade ao planejamento estratégico firmado pelo órgão plurianualmente.

Entendemos que a relação custo-benefício tem sido positiva em decorrência do esforço coletivo de minimizar gastos e contratações dispendiosas e/ou antieconômicas, de modo a viabilizar a otimização do orçamento vislumbrando atender as demandas ordinárias e extraordinárias em sua grande maioria.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Como principais resultados alcançados com a implementação das alocações orçamentárias e financeiras, os esforços foram direcionados às contratações de terceirização do serviço de manutenção predial, atendimento maciço das demandas do 1º grau, principalmente as de maior impacto no atendimento ao eleitor e também as demandas do 2º grau.

A. Melhoria na qualidade dos ambientes de expediente das zonas eleitorais (1ª grau)

Com aprimoramento das contratações de manutenção e reformas devidamente alinhado com os objetivos estratégicos do Regional e da gestão 2022/2023, além das contratações multidisciplinares de manutenção dos sistemas fundamentais (elétrica / ar condicionado / elevadores / edificações) são mantidos em condições de funcionamento por 99% do tempo necessário, havendo paradas somente nos casos em que a própria manutenção, de forma preventiva, atua nos sistemas e, em caso, de necessidade e urgência. Em 2022, foi executada ação de manutenção e reforma em 14 (quatorze) Fóruns Eleitorais do Interior, sendo que em Rolim de Moura a conclusão dar-se-á em 2023. E, em 2022, também foram executadas as ampliações dos Fóruns de Espigão D'Oeste e Ouro Preto D'Oeste.

B. MELHORIA NA QUALIDADE DOS AMBIENTES DE EXPEDIENTE NO ÂMBITO DAS INSTALAÇÕES DO 2º GRAU

Com a realização das manutenções realizadas em 2022, os imóveis localizados na Capital do Estado de Rondônia tiveram o prolongamento de sua vida útil, em função da utilização de materiais de natureza técnica mais moderna, bem como melhorar as características estéticas dos ambientes.

Além disso, as manutenções concretizadas no referido exercício proporcionaram um atendimento melhor aos eleitores, assim como oferecer melhores condições de trabalho aos servidores e colaboradores do TRE-RO.

C. REALIZAÇÃO DE AÇÕES PARA ATENDER O PLEITO ELEITORAL DE 2022

Em 2022, foram realizadas as eleições gerais, desse modo o TRE-RO teve que mobilizar seus esforços a fim de proporcionar condições necessárias em atender o eleitor, servidores e colaboradores deste Egrégio Tribunal. Para atingir seus objetivos o Tribunal efetuou a montagem de ambientes, serviços de pintura e instalação elétrica e lógica, bem como a instalação de 02 (duas) centrais de ar condicionado no ambiente da Comissão de Transportes para as eleições 2022, instalações elétricas nos ambientes que funcionaram o JECRIME, instalações elétricas necessárias para o funcionamento da Comissão de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas que ocorreu no Porto Velho Shopping, dentre outras ações.

GESTÃO DE CUSTOS

CONFORMIDADE LEGAL (art. 50, §3º da LC 101/2000, e Portaria STN 157/2011)

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2021, Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 17, e parágrafo único do mesmo art. 17.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.200 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à demanda legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar no atendimento dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

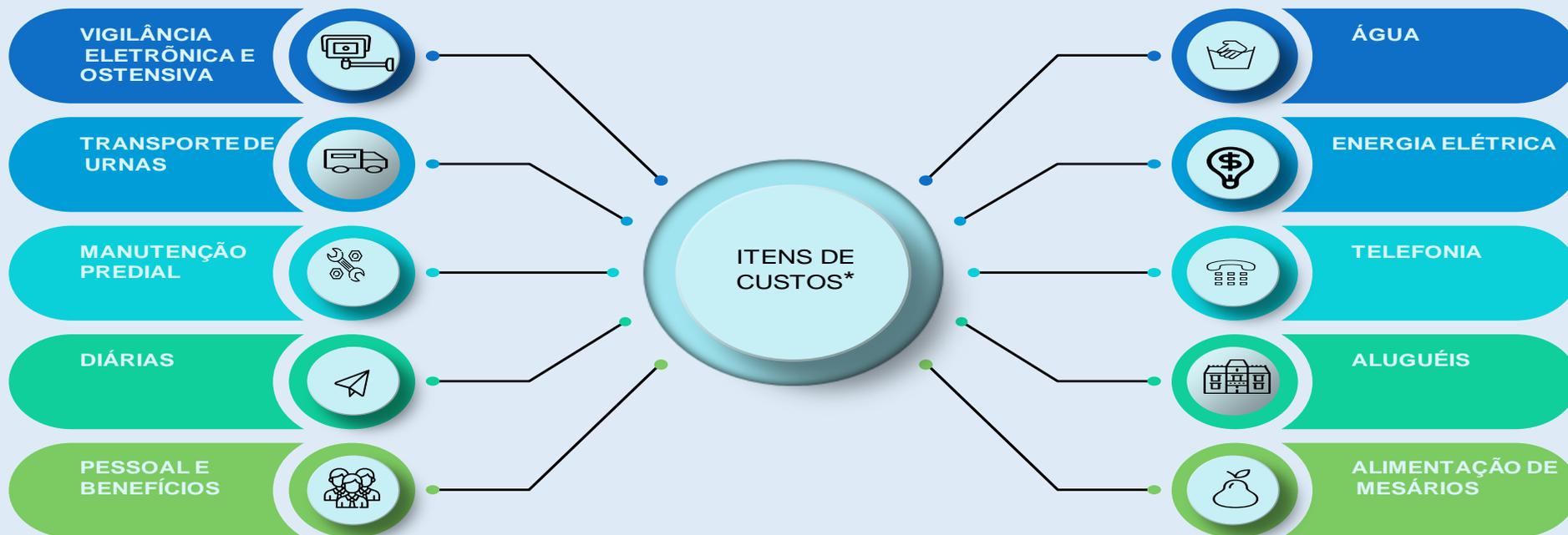
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

FLUXO DO PROCESSO OCORRE DA SEGUINTE MANEIRA:

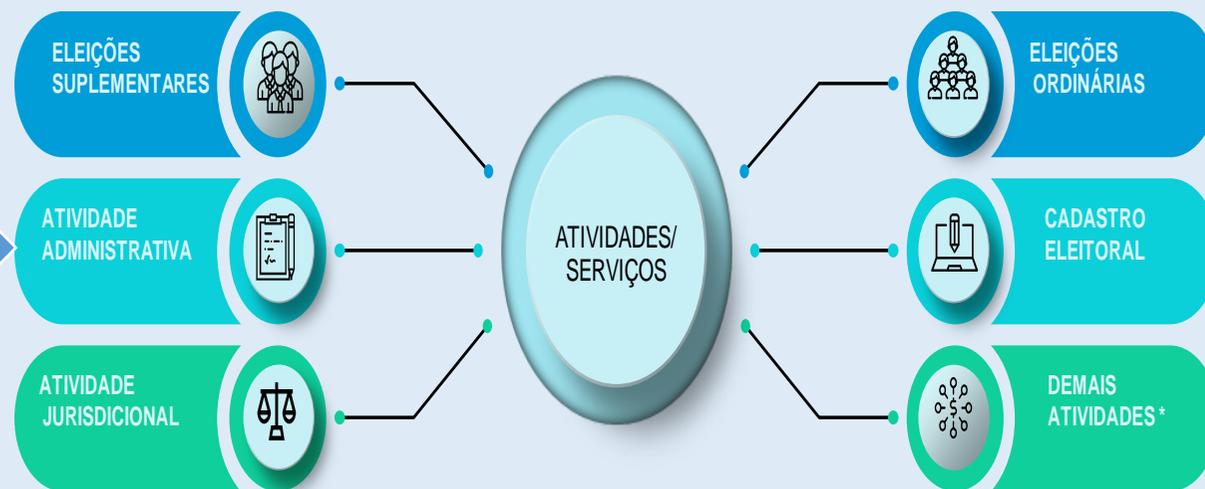


Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “**Itens de Custos**” e “**Atividades/Serviços**”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “**Com o quê?**”, e que apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



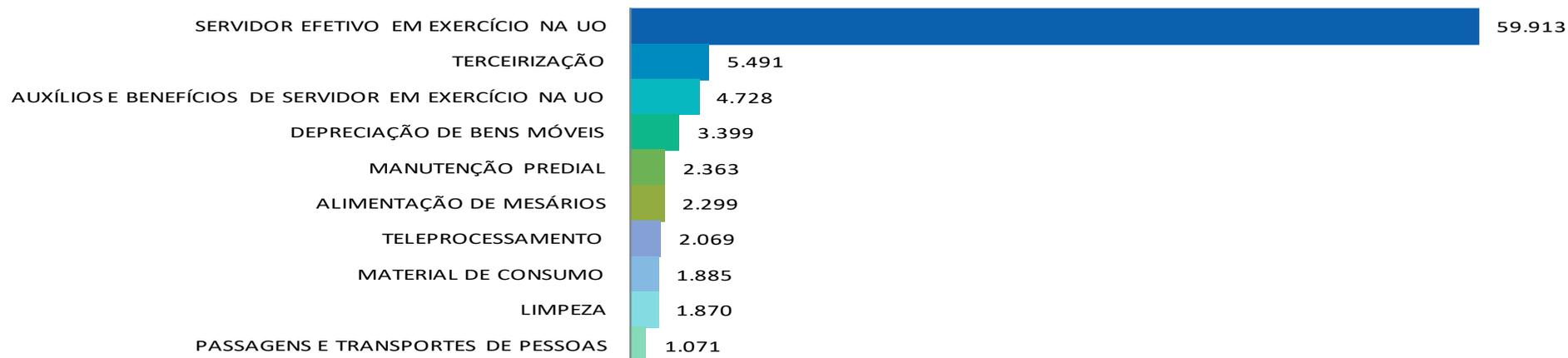
No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “**Para quê?**”, e que apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



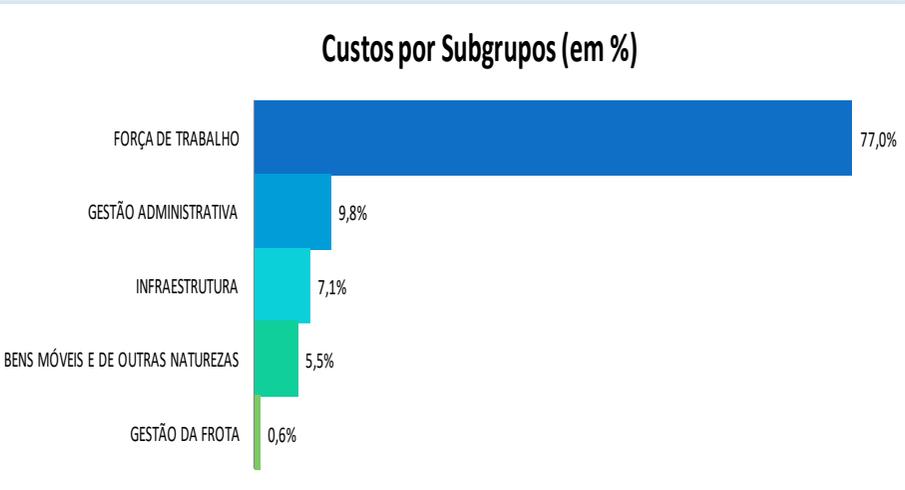
*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no exercício de 2022, que somam um total de R\$ 95.674.103,17, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

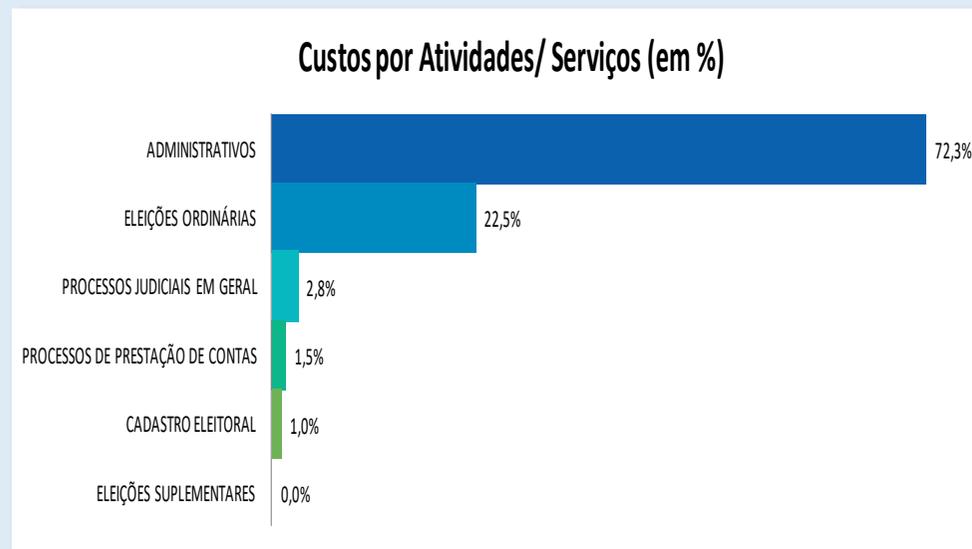
10 maiores itens de custos (em R\$ mil)



Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

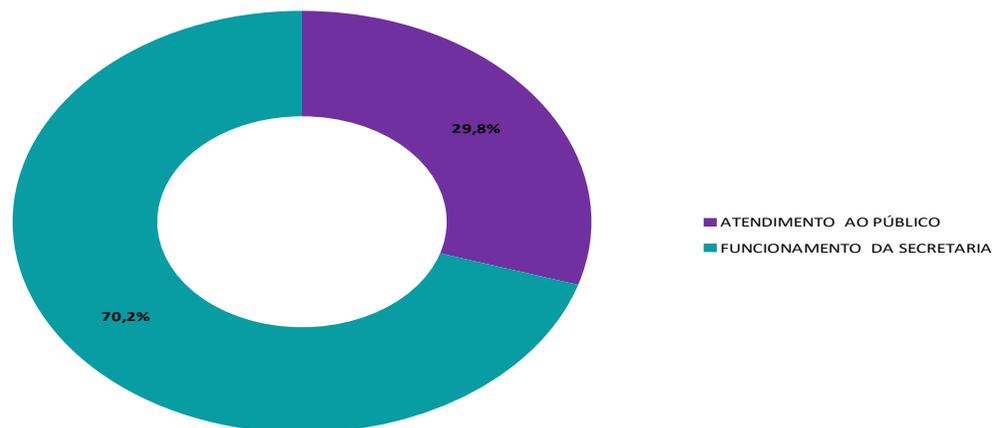


Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

Estimativa de custos por programa governamental, demonstrando em que medida eles se relacionam e contribuem para o alcance da missão institucional da UPC

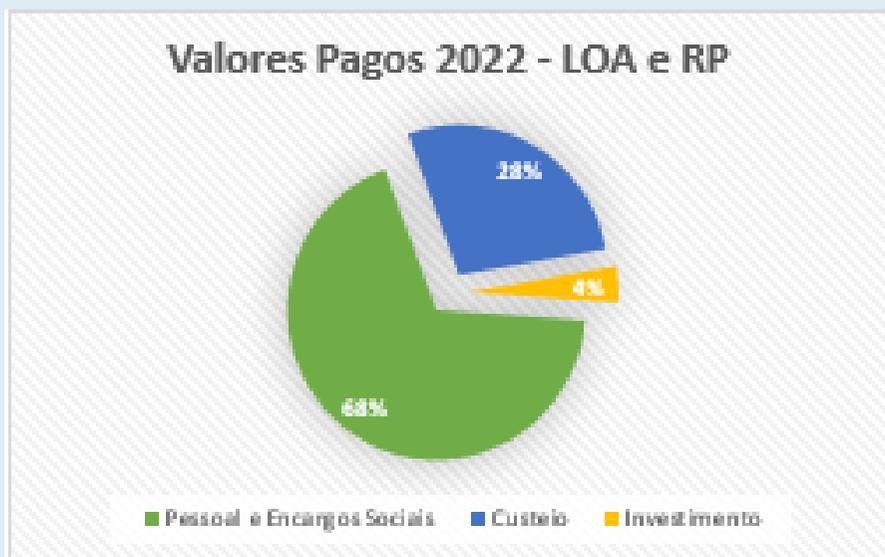
O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não é responsável direto pela implementação de programas governamentais finalísticos, motivo pelo qual a estimativa e alocação de custos no âmbito da Justiça Eleitoral em Rondônia não leva em conta essa característica.

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não é responsável direto pela implementação de programas governamentais finalísticos, motivo pelo qual a estimativa e alocação de custos no âmbito da Justiça Eleitoral em Rondônia não leva em conta essa característica.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Cuida-se de capítulo que trata da relação de políticas e programas de governo/ações orçamentárias, bem como de programas do Plano Plurianual, de outros planos nacionais, setoriais e transversais de governo nos quais atua, com seus respectivos objetivos e metas.

Perfil do gasto do Tribunal: evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função e/ou unidade orçamentária (empenhada, liquidada e paga); detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa; execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações:



Perfil do gasto: O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia é um órgão que, em razão de sua natureza jurisdicional, concentra seus gastos com mão de obra e manutenção de sua estrutura administrativa, tendo em vista a **prestação de serviços à sociedade**, com destaque para a **administração do processo eleitoral** nos 52 municípios que compõem o Estado de Rondônia.

Assim, a parte mais significativa dos seus gastos concentra-se em despesas com pessoal e encargos sociais, representando a mão de obra necessária ao fornecimento de seu principal produto. Outros custeios e investimentos apresentam-se de forma discreta em relação ao total do gasto, como se verifica no gráfico ao lado.

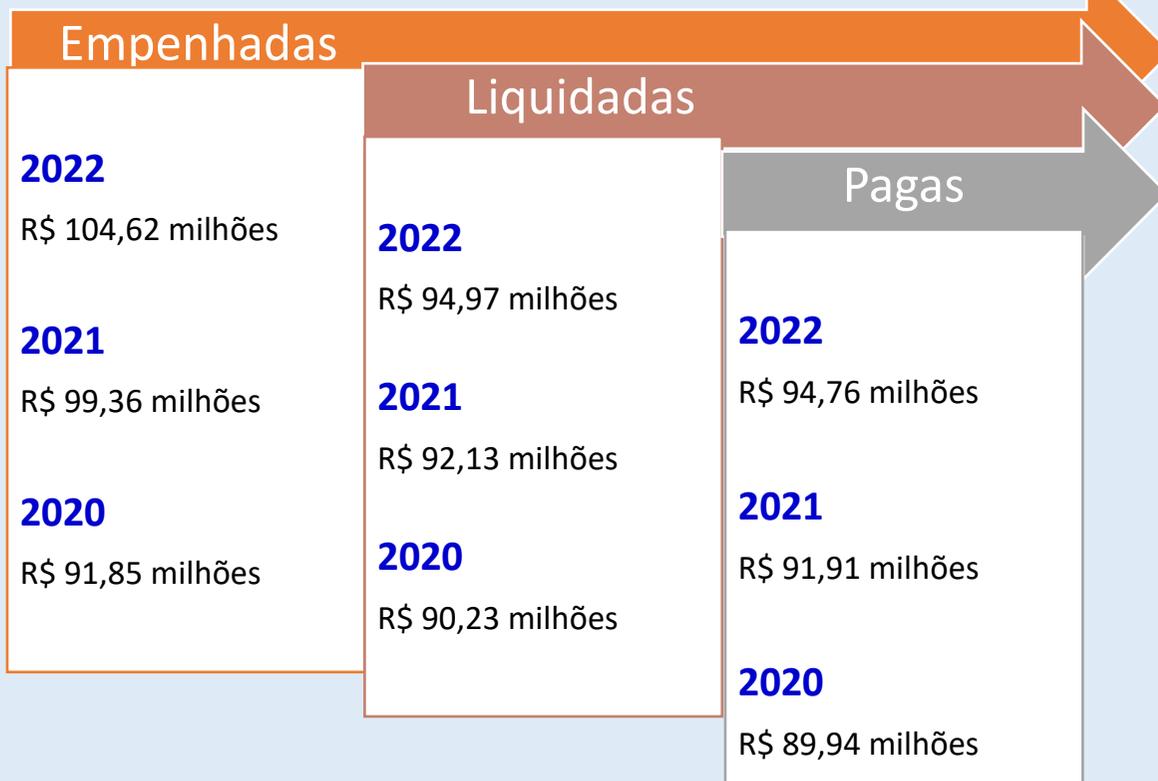
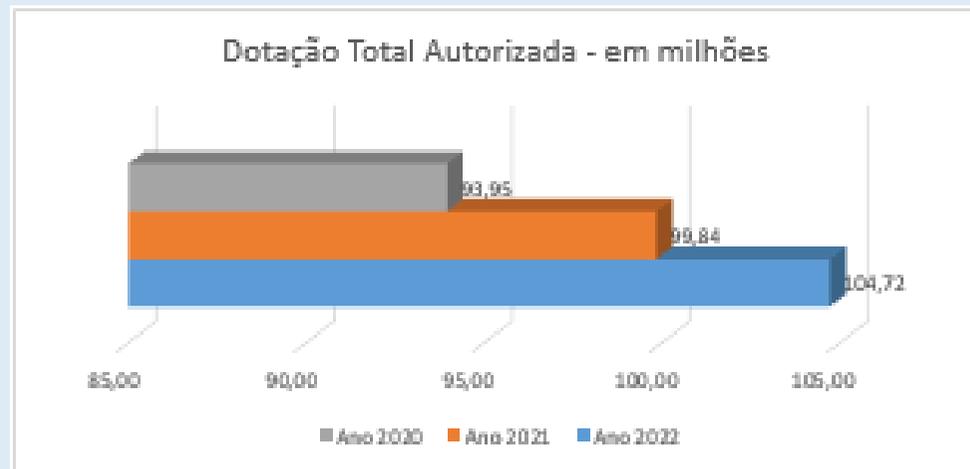
Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função e/ou unidade orçamentária (empenhada, liquidada e paga):

A **Lei Orçamentária Anual, Lei nº 14.303/2022**, dedicou ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia TRE-RO o montante de **R\$ 97,06 milhões** destinados a manutenção de sua estrutura administrativa e jurisdicional.

Após o cotejo entre cancelamentos e suplementações orçamentárias mediante redistribuição de dotações no âmbito da Justiça Eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral, com o fito de otimizar a execução orçamentária dos órgãos dessa Justiça Especializada, o TRE-RO finalizou 2022 com um montante **autorizado de R\$ 104,72 milhões**.

Desse total, **R\$ 104,62 milhões** foram **empenhados** e **R\$ 94,76 milhões** foram **pagos** no exercício 2022.

Evolução das disponibilidades orçamentárias da unidade orçamentária do TRE-RO nos três últimos exercícios, considerando-se apenas os créditos consignados diretamente a este Tribunal nas leis de orçamentos anuais.



O Tribunal apresenta uma média anual de 99,7% de despesas empenhadas, representando uma perda orçamentária média de apenas 0,3% nos últimos três exercícios.

Quanto as despesas liquidadas e pagas, verifica-se nos últimos três exercícios uma média de execução de 93% frente as despesas empenhadas.

Com isso, o índice de inscrição de despesas em restos a pagar apresenta uma média de 7% nesse período.

Esse desempenho é alavancado pela execução das despesas com pessoal, benefícios e encargos sociais (gastos com pessoal) cujo pagamento é, em regra, realizado integralmente no exercício.

Assim, costuma-se transferir para exercícios futuros a execução de despesas com outros custeios, como as faturas de serviços de dezembro; despesas de capital (obras), além de outras não adimplidas pelas empresas contratadas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES



No Plano Plurianual da União (PPA 2020-2023) é de responsabilidade do TRE-RO apenas a execução de ações em programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e de Operações Especiais.

A partir do PPA 2020-2023 a totalidade dos recursos executados por este Regional passou a concentrar-se no programa de trabalho nº 0033 - **Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**, englobando ações orçamentárias destinadas a gestão da atuação jurisdicional do Poder Judiciário Federal.

Execução por Ação Orçamentária e por Unidade Orçamentária (14122) - 2022					R\$ 1,00
Ação Orçamentária	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	
Aposentadorias e Pensões (0181)	10.163.812	10.145.040	10.135.040	10.135.040	
Contribuição da União ao Regime de Previdência (09HB)	9.242.887	9.242.887	8.742.953	8.742.953	
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores (2004)	3.366.036	3.352.643	3.347.643	3.347.643	
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa (20GP)	21.450.684	21.447.630	17.440.088	17.323,784	
Ativos Cíveis da União (20TP)	54.033.495	54.033.495	52.211.264	52.127.750	
Benefícios Obrigatórios aos Servidores (212B)	3.165.122	3.101.323	3.088.574	3.088.574	
Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura (219Z)	3.297.969	3.297.969	0,00	0,00	
Total	104.720.005	104.650.987	94.965.592	94.765.744	

As **despesas de caráter obrigatório** com pessoal, benefícios e encargos sociais totalizaram o montante de R\$ 79,90 milhões, representado pelas ações orçamentárias nº 0181, 09HB, 2004, 20TP e 212B, não havendo acréscimos significativos em relação aos dois últimos exercícios face a política de controle de gastos com pessoal implantada na Justiça Eleitoral em razão do Teto de Gastos.

No exercício 2022 a alocação de **despesas de caráter discricionário** deu-se na ação orçamentária 20GP - **Julgamento de Causas e Gestão Administrativa** na Justiça Eleitoral e na ação 219Z - **Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**, onde são consignados recursos destinados a manutenção da infraestrutura imobiliária e de tecnologia da informação, assim como os necessários a operação dos serviços administrativos, não havendo também variação significativa entre os montantes executados nos dois últimos exercícios nessa ação orçamentária devido a política de adequação das despesas ao Teto de Gastos da Emenda Constitucional nº 95.

PLEITOS ELEITORAIS

Os recursos destinados a realização de eleições são consignados anualmente pela lei de orçamento ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que descentraliza aos Tribunais Regionais os valores necessários para despesas em sua jurisdição, e estão assim representados:

Valores Recebidos para Manutenção de Urnas
Eletrônicas Em 2022

R\$ 126.899,52



ELEIÇÕES
2022
#seuvotofazopaís

Eleições Gerais de
2022

- Foram descentralizados pelo Tribunal Superior Eleitoral para a realização das Eleições Gerais de 2022 o montante de R\$ 12.947.262,37 sendo R\$ 7.717.212,74 referentes a custeios e R\$ 5.230.049,63 referentes a pessoal.

GESTÃO FINANCEIRA

Com a edição da **Emenda Constitucional nº 95** passou a vigorar o **Novo Regime Fiscal** para a Administração Pública Federal, com a imposição de um limite de gastos anual, que, no âmbito da Justiça Eleitoral, é distribuído aos Tribunais Regionais anualmente pelo TSE.

Em 2022 restou delimitado ao TRE-RO **um limite total de R\$ 94,52 milhões**, conforme Portaria TSE nº 1.195/2022, cuja execução segue demonstrada a seguir, onde verifica-se **rigoroso respeito ao teto de gastos** no exercício 2022.

Registra-se que nos valores pagos foram excluídas as despesas não passíveis de observância ao teto de gastos e incluídos os restos a pagar de exercícios anteriores pagos em 2022.

TRE-RO	Limite de Pagamentos	Valores Pagos
Despesas Obrigatórias (Pessoal e Benefícios)	72.048.693	69.974.321
Despesas Discricionárias (Custeios, Investimentos, Obras e Inversões Financeiras)	22.469.157	20.945.333
TOTAL	94.517.850	90.919.654

DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

(Inclui as dotações próprias e as dotações recebidas para custeio de eleições)

As despesas por grupo e elemento de despesa estão assim demonstradas:

Despesas Pagas por Grupo de Despesa (2022 x 2021)								
Grupo de Despesas	2022			2021			em R\$ 1,00	
	Pagas do Exercício	Restos a Pagar Pagos	Total	Pagas do Exercício	Restos a Pagar Pagos	Total	Varição RS	Varição %
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = c-f	(h) = g/f
Pessoal e Encargos Sociais	74.287.882	1.275.314	75.563.196	70.847.438	1.162.229	72.009.667	3.553.528	5%
Outras Despesas Correntes	28.344.606	2.394.399	30.739.005	20.519.644	1.315.955	21.835.599	8.903.406	41%
Investimentos	3.102.846	1.222.149	4.329.995	708.906	856.188	1.565.094	2.764.901	177%
Total	105.735.335	4.896.862	110.632.198	92.075.989	3.334.372	95.410.361	15.221.836	16%

Pessoal e Encargos Sociais – aloca as despesas com remuneração de servidores, promotores e juizes eleitorais, bem como dos encargos sociais aos respectivos regimes de previdência.

Outras Despesas Correntes – aloca despesas com manutenção da infraestrutura administrativa, bem como as necessárias à operação dos serviços administrativos e de tecnologia da informação.

Investimentos – grupo de despesas onde são registrados os gastos com aquisição de bens móveis, equipamentos, instalações e softwares, dentre outros bens de capital.



Despesas Pagas 2022 por Elemento de Despesa					
Pessoal e Encargos Sociais	Valor Pago	Outras Despesas Correntes	Valor Pago	Investimentos	Valor Pago
11 - Vencimentos e vantagens fixas	50.769.182	39 - Outros serviços terceiros PJ	9.170.099	52 – Equipamentos e mat. permanentes	2.735.987
13 - Obrigações patronais	8.811.083	37 – Locação de mão de obra	6.651.456	51 - Obras e instalações	1.222.759
01 - Aposentadorias RPPS	8.764.114	40 - Serviços de TIC – PJ	4.686.698	40 - Serviços de TIC – PJ	371.250
Demais Elementos	7.218.817	Demais Elementos	10.230.752	Demais Elementos	0
Total	75.563.196	Total	30.739.005	Total	4.329.996

Pessoal e Encargos Sociais: Incremento de 5% em razão de progressões funcionais e serviço extraordinário nas Eleições 2022.

Outros custeios: A variação positiva de 41% decorre do incremento de gastos discricionários necessários a realização das Eleições 2022.

Investimentos: Variação positiva de 177% em razão da implementação da política de segurança da informação e cibernética a partir de 2022.

DESEMPENHO ATUAL EM COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO ESPERADO/ORÇADO

A proposta orçamentária para o exercício 2022 foi finalizada com a previsão de execução de um montante de R\$ 97,06 milhões.

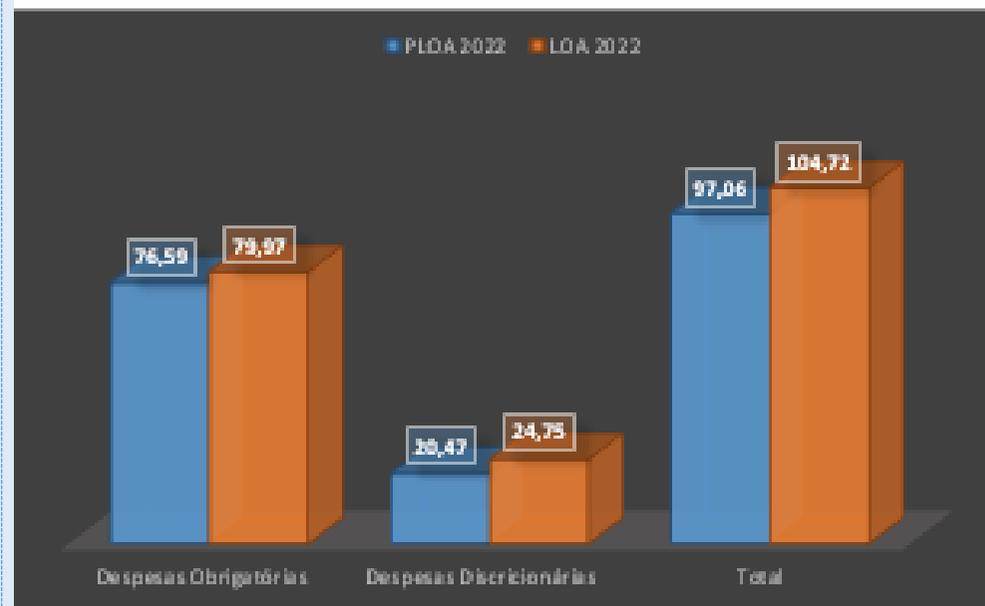
Cuidava-se de valor inferior ao necessário para custeio das despesas inicialmente previstas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Contudo, em razão do cenário de restrição fiscal a previsão de despesas teve de ser ajustada ao limite orçamentário informado pelo TSE com base em valores advindos da Secretaria de Orçamento Federal que estima os valores do orçamento vindouro com base em critério legais.

Entretanto, no decorrer do exercício 2022 houve a oportunidade de suplementação orçamentária tanto nas despesas discricionárias quando nas obrigatórias por razões já expostas no item supra.

Trata-se de tendência observada nos últimos exercícios, apesar dos esforços envidados para restrição de gastos no âmbito deste TRE-RO.

Despesa Orçada x Despesa Autorizada 2022 (R\$ milhões)



EXPLICAÇÕES SOBRE VARIAÇÕES DO RESULTADO, COM UMA REFLEXÃO JUSTA E COMPREENSÍVEL SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO, CONSISTENTE COM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SUBJACENTES



O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia encerrou o exercício 2022 com um resultado patrimonial positivo de R\$ 22,89 milhões, representado pelo déficit observado no cotejo das variações patrimoniais positivas e negativas durante o exercício, evidenciadas no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.

Esse resultado é representado principalmente pelo impacto nas variações patrimoniais aumentativas em decorrência do acréscimo por incorporação e reavalição de ativos em atendimento a diretrizes de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

DEMAIS TÓPICOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

As penalidades pecuniárias aplicadas pela Justiça Eleitoral são revertidas diretamente ao Fundo Partidário ou ao Tesouro Nacional quando do seu recolhimento, não havendo, portanto, possibilidade de gestão dos valores arrecadados, pelos Tribunais Eleitorais.

GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não é responsável legal pela gestão direta de fundos ou programas.

INFORMAÇÕES SOBRE INDENIZAÇÕES A CLIENTES NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL

Não houve registros de indenizações administrativas ou judiciais pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no exercício 2022.

RENÚNCIA DE RECEITAS

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não teve autorização para arrecadação de receitas no exercício 2022, não havendo, com isso, possibilidade de adoção de medidas que importem em renúncia de receitas.

INFORMAÇÕES SOBRE DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

Durante o exercício 2022 o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não administrou depósitos de terceiros de natureza judicial ou extrajudicial.

GESTÃO DE PRECATÓRIOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não promoveu gestão de precatórios no exercício 2022.



Ações, projetos e iniciativas

Elaboração de mapeamento, simplificação de fluxos, atualizações de formulários SEI dos processos de requisição, cedência e composição de força de trabalho;

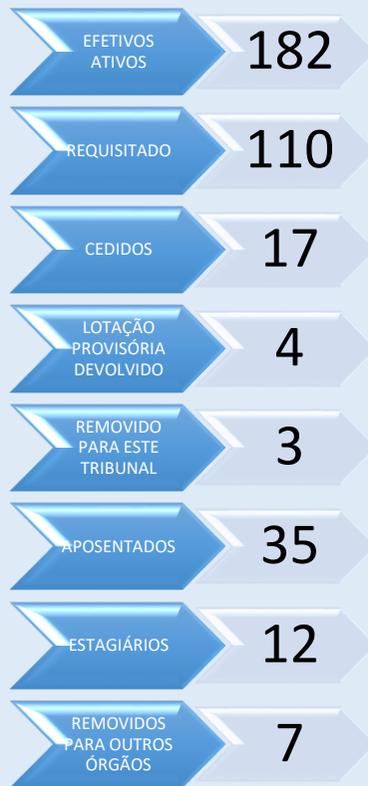
Criação de planilha no Portal de Transparência incluindo todos os dados demandados pelo TSE, TCU e CNJ a respeito de servidores requisitados, cedidos, composição da força de trabalho e sem vínculo, tornando a prestação de informações mais célere e estimulando o autoatendimento dos clientes internos;

Treinamento da nova equipe da COPES que passou por significativas mudanças da força de trabalho ao atendimento de excelência aos clientes internos e externos, bem como liderança;

Treinamento da equipe em ferramentas gerencias de mapeamento de processos;

Elaboração dos organogramas de reestruturação do TRE-RO; e

Avaliação da força de trabalho: distribuição por áreas e/ou subunidades ou unidades vinculadas.



QUANTITATIVOS DE VAGAS (FUNÇÕES) - CAPITAL				
CÓDIGO	NOME	TOTAL	OCUPADOS	VAGOS
CJ-1	ASSESSOR I	21	20	1
CJ-2	COORDENADOR	11	11	0
CJ-2	ASSESSOR II	2	2	0
CJ-3	AUDITOR-CHEFE	1	1	0
CJ-3	ASSESSOR-CHEFE	1	1	0
CJ-3	SECRETÁRIO	5	5	0
CJ-4	DIRETOR-GERAL	1	1	0
FC-1	ASSISTENTE I	18	13	5
FC-2	ASSISTENTE II	9	7	2
FC-3	ASSISTENTE III	23	16	7
FC-5	ASSISTENTE V	9	9	0
FC-5	OFICIAL DE GABINETE	2	2	0
FC-6	CHEFE DE NÚCLEO	1	1	0
FC-6	CHEFE DE GABINETE	1	0	1
FC-6	ASSISTENTE VI	8	8	0
FC-6	CHEFE DE SEÇÃO	39	39	0
FC-6	CHEFE DE CARTÓRIO	4	4	0
TOTAL DE COMISSIONAMENTOS:		156		
TOTAL OCUPADA:			140	
TOTAL VAGOS				16

QUANTITATIVOS DE VAGAS (FUNÇÕES) - CAPITAL				
CÓDIGO	NOME	TOTAL	OCUPADOS	VAGOS
FC-1	ASSISTENTE I	27	26	1
FC-6	CHEFE DE CARTÓRIO	25	25	0
TOTAL DE COMISSIONAMENTOS:		52		
TOTAL OCUPADA:			51	
TOTAL VAGOS				1

RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2022

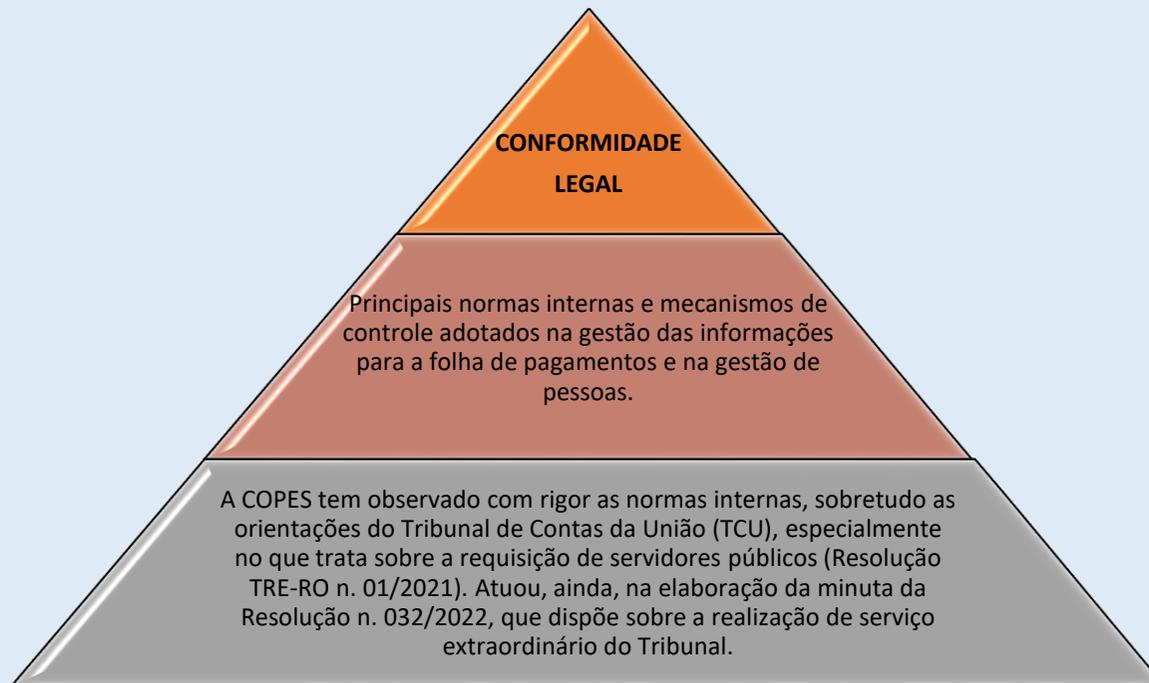
- - Revisão de fluxos e simplificação dos processos de requisição, cedência e composição de força de trabalho;
- - Criação de planilha no Portal de Transparência incluindo todos os dados demandados pelo TSE, TCU e CNJ;
- - Treinamento da nova equipe da COPES que passou por significativas mudanças da força de trabalho;
- - Minuta de Regimento Interno do Corpo Administrativo elaborada; e
- - Organogramas elaborados e adotados como parâmetro nas normas elaboradas.

DIFICULDADES ENFRENTADAS EM 2022

- Fornecimento de grande quantidade de informações ao processo de Inspeção da Corregedoria-Geral Eleitoral (CGE) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com reduzido período de resposta, com significativo impacto sobre servidores requisitados, cedidos, composição de força de trabalho e sem vínculo;
- - Sistema SGRH necessita de aperfeiçoamento, pois não está em harmonia com as informações requeridas pelo TSE, CNJ e TCU no Portal de Transparência, demandando sucessivos levantamentos manuais;
- - Dificuldade de localização de força de trabalho viável e disponível para requisição no interior do Estado;
- - Processo Eleitoral 2022 demandou forte disponibilização da força de trabalho da unidade, para Comissões e Grupos de Trabalho;
- - Redução da força de trabalho que laborou parte do ano com apenas quatro servidores, nem mesmo sendo possível a reposição por seleção interna para FC na unidade; e
- - Dificuldade de realização da Modulação dos efeitos jurídicos decorrentes do Acórdão STF RE n. 638115-CE que versa sobre Quintos, em razão da cumulação de relatórios concomitantes e reduzida força de trabalho.

DESAFIOS PARA 2023

- - Aperfeiçoamento de sistemas digitais de pessoal que sejam sincronizáveis e intuitivos e que conversem com as normas e órgãos de controle interno e externo, permitindo a rápida e segura prestação de informações fidedignas e focadas no autoatendimento dos clientes internos e externos;
- - Reposição da força de trabalho, tendo em vista que a restrição de nomeações impactou esta Coordenadoria que passou grande parte do ano com somente quatro servidores;
- - Simplificação do processo de registros de servidores em geral no SGRH; e
- - Mitigar a troca de servidores na unidade, que atualmente está bem treinada e produzindo os resultados esperados.



Ações, projetos e iniciativas

Além das atividades ordinárias das unidades da COTEP, foram desenvolvidas: Implementação da 3ª etapa do eSocial, com o início do envio dos eventos de folha de pagamento.

Resultados alcançados em 2022

Conseguimos cumprir todas as etapas de envio dos eventos do eSocial à medida da liberação dos recursos pelo TSE

Dificuldades enfrentadas em 2022

Apesar de termos conseguido enviar os eventos para o eSocial, foram acusados muito erros e diversos eventos foram rejeitados; e

A reestruturação da unidade com a extinção da SEDIP e a incorporação da SEBAP.

Desafios para 2023

O principal desafio para 2023 é o saneamento dos eventos rejeitados pelo eSocial à medida que os erros da aplicação do TSE forem sendo corrigidos, bem como a migração da DIRF para o eSocial prevista para esse ano; e

A revisão de processos e papéis de trabalho das unidades visando propiciar melhores instrumentos para o trabalho da equipe.

Conformidade Legal. As normas aplicadas na gestão da folha de pagamentos são em quase sua totalidade a legislação federal e normativos do TSE, CNJ e TCU. Como regramento interno temos:

Resolução n. 015/2021	Dispõe sobre a incidência de correção monetária e de juros de mora na atualização de passivos de origem remuneratória;
Instrução Normativa n. 03/2009	alterada pela Instrução Normativa n. 01/2021 - Regulamenta as consignações em folha de pagamento;
Resolução n. 03/2015	Regulamenta o Programa de Assistência Médica e Social (PAMS);
Instrução Normativa n. 02/2010	Regulamenta as indenizações de transporte rodoviário;
Resolução n. 08/2007	Dispõe sobre a concessão de diárias em deslocamentos a distritos e localidades pertencentes à jurisdição das zonas eleitorais.
Resolução n. 044/2014	Regulamenta a concessão de ajuda de custo a servidores, e
Portaria Conjunta GP/CRE nº 001/2007	Estabelece diretrizes para a concessão de diárias aos magistrados eleitorais e aos servidores dos cartórios das Zonas Eleitorais.

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

	2020	2021	2022
APOSENTADORIAS E REFORMAS	8.278.508,54	8.830.384,91	9.817.404,01
PENSÃO CIVIL	1.185.011,40	1.361.359,32	1.463.263,51
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	50.886.404,17	52.348.489,94	51.615.384,55
DESPESA TOTAL	60.349.924,11	62.540.234,17	62.896.052,07

COEDE - COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

AÇÕES, PROJETOS E INICIATIVAS

- - O exercício de 2022 foi o primeiro efetivamente voltado para o cumprimento das ações descritas no Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026. Sendo assim a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) buscou adicionar às ações corriqueiras da unidade outras ações voltadas para a obtenção dos resultados ali previstos. Com isso, foram apresentadas minutas de normativos para a revisão do Programa de Estágio Supervisionado, implementação da Avaliação de Desempenho para todos os servidores e contratação de serviço de Psicologia Organizacional para aperfeiçoamento da Segurança Psicológica dos servidores e magistrados. Tais processos não obtiveram êxito até o momento e serão revisados, se necessário, para o cumprimento dos Objetivos Estratégicos propostos, bem como para a melhoria do Índice de Governança determinado pelo TCU.

RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2022

- - Das ações efetivamente implementadas, temos no contexto mais amplo a contratação de um sistema a ser implementado em 2023, cujo foco está em automatizar os processos de RH para aperfeiçoamento da Gestão por Competências, Gestão do Desempenho, Dimensionamento da Força de Trabalho e pesquisas referentes à Qualidade de Vida no Trabalho;
- - Foram desenvolvidas, também, ações para o melhor entendimento acerca dos temas Assédio Moral e Sexual, Diversidade nas Organizações e cuidados com a saúde, como serão descritos nas ações desenvolvidas pelas Seções; e
- - Foram promovidas 51 ações de capacitação e desenvolvimento, com um total de 1239 inscrições para um público de 216 servidores capacitados, entre servidores ativos, requisitados e cedidos, formando uma média de 5,74, capacitações por servidor.

As ações foram desenvolvidas por meio de palestras, seminários, jornadas e congressos, conforme as demandas obrigatórias impostas por normativos internos e dos órgãos superiores, e foram distribuídas em temas atuais e pertinentes, importantes para o atingimento das metas do Poder Judiciário.

DIFICULDADES ENFRENTADAS EM 2022

- Como desafios e limitações encontradas pela COEDE, podemos destacar o fracasso na contratação do serviço de Psicologia Organizacional, que atrasou a implementação do Programa de Segurança Psicológica, bem como a impossibilidade de prover o serviço de intérpretes remotos em Libras em tempo de atender a população durante o pleito eleitoral.
- Outro desafio importante enfrentado pela Coordenadoria é a redução do quadro de pessoal, especialmente da SAMES, que prejudicou sobremaneira a implementação de ações mais eficazes para o cumprimento dos objetivos estratégicos.

Estratégia de valorização por desempenho e levantamento de necessidades de treinamento; estratégias para alavancar o desempenho e a eficiência, sistemas/ferramentas de apoio, trabalho remoto, valorização do ambiente e das condições de trabalho, etc.

É aguardado a aprovação das novas Resoluções sobre Avaliação de Desempenho e Estágio para promoverem a maior parte das mudanças a serem realizadas na Gestão de Pessoas a partir de 2023, levando este Regional a atingir as metas previstas no Planejamento Estratégico.

Com a economia brasileira inflacionada no momento pós-pandemia, gerou dificuldades para o atendimento da antecipação das contratações de cursos e eventos, para o cumprimento máximo do orçamento de capacitações, ainda dentro do primeiro semestre, para as demandas de todas as unidades. Todavia dentre as ações de capacitação e desenvolvimento, podemos destacar a Semana de Diversidade, a Semana de combate ao assédio moral e sexual, e ainda o Programa de Desenvolvimento de Líderes. Foram ofertadas 1239 vagas em cursos e treinamentos, e 216 servidores capacitados.

As ações de saúde em 2022 tomaram grande atenção da SGP e do Tribunal para manter as campanhas de saúde e adequar as atividades laborais aos protocolos de segurança da saúde diante da pandemia da Covid-19. A Seção de Assistência Médica e Social, SAMES, com seu quadro de servidores reduzido enfrentou dificuldades no exercício de 2022 pelo aumento de demanda devido à Pandemia de COVID-19 registrada desde o ano 2020. A unidade desenvolveu, desenvolveu ainda com excelência um grande número de ações de conscientização e prevenção, atendimentos médicos, contratações e outras atividades.

Destacamos as campanhas de prevenção a riscos de saúde como a Palestra sobre “Ganho de peso na menopausa”, evento presencial com um público de mais de 40 pessoas, a “Campanha de combate à gripe”, onde 540 pessoas foram vacinadas e, ainda, a contratação de plano odontológico, com 226 pessoas atendidas e o credenciamento de 66 psicólogos.

PRINCIPAIS DESAFIOS, AÇÕES E PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

Não tivemos metas estabelecidas. Além, dos desafios já descritos pelas unidades, temos para a 2023 o grande desafio da implementação do e-Social, que exige a completude dos levantamentos de Perfil Profissiográfico e os demais voltados à saúde e à segurança do trabalho, que começaram a ser alimentados rotineiramente a partir do mês de janeiro. Para o cumprimento dessa atividade foi contratado o serviço de saúde do trabalhador, que está em plena execução

SUSTENTABILIDADE

- No intuito do cumprimento da Agenda 2030 da ONU que traçam os ODS para o meio ambiente, o TRE/RO desenvolveu ações que buscaram focar a conscientização das questões ambientais no Século XXI para assunção de comportamentos de integração do ser humano com a natureza em respeito recíproco, foram realizadas as seguintes ações:

COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

I Feira de Sustentabilidade - Por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, foi realizada a I Feira de Sustentabilidade do TRE-RO. A Feira foi realizada nos dias 06 e 07 de junho de 2023, no Espaço Cultural instalado nas dependências do prédio sede do TRE.



O Evento tem como o objetivo conscientizar a todos sobre a importância da preservação do meio ambiente, bem como do uso sustentável dos recursos naturais e renováveis, com a reflexão “Eu e a Terra somos um”.

Em interação com a comunidade, os servidores e colaboradores puderam visitar a exposição de produtos confeccionados com materiais reaproveitados feitos por artesão locais e distribuição de mudas de plantas amazônicas.



Fórum Online de Boas Práticas, Oficina de Compras Públicas Sustentáveis, Webinar de consumo consciente de energia elétrica e campanha de coleta de resíduos para descarte sustentável foram outras ações no mês de junho em alusão ao Dia do Meio Ambiente.

Notícias podem acessadas nos links:

<https://www.tre-ro.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Maio/tre-ro-realizara-evento-em-comemoracao-ao-dia-mundial-do-meio-ambiente>

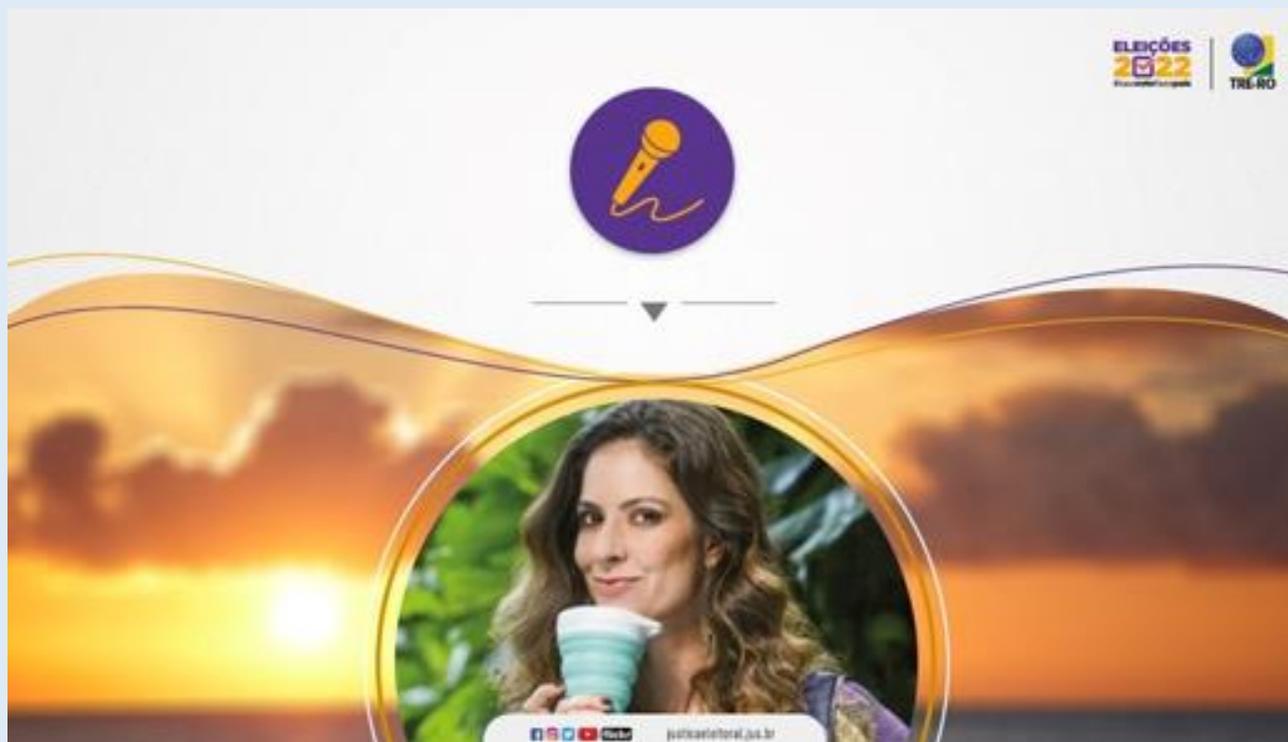
https://www.youtube.com/watch?v=iq_SQVZICLg

<https://www.rondoniadinamica.com/noticias/2022/06/tre-ro-realizara-a-i-feira-de-sustentabilidade-no-dia-6-de-junho-133240.shtml>

Houve distribuição de sacolas tipo ecobag feitas com baners descartados e de porta celulares feitos com capa de processos físicos não mais usados.

PALESTRA: O PODER DO INDIVÍDUO PARA A TRANSFORMAÇÃO

No dia 30 de junho, em continuidade às comemorações do mês do meio ambiente contaram com palestra virtual da ambientalista Fernanda Cortez, com o tema “O poder do indivíduo para a transformação”, transmitido ao vivo no canal do TRE-RO no Youtube no período das 15h às 16h30m.



PALESTRAS E CURSOS

Foram feitas palestras e cursos tratando da importância da coleta seletiva dentro e fora do Tribunal, propondo que ocorra também nas casas das trabalhadoras (es) da Justiça Eleitoral de Rondônia.



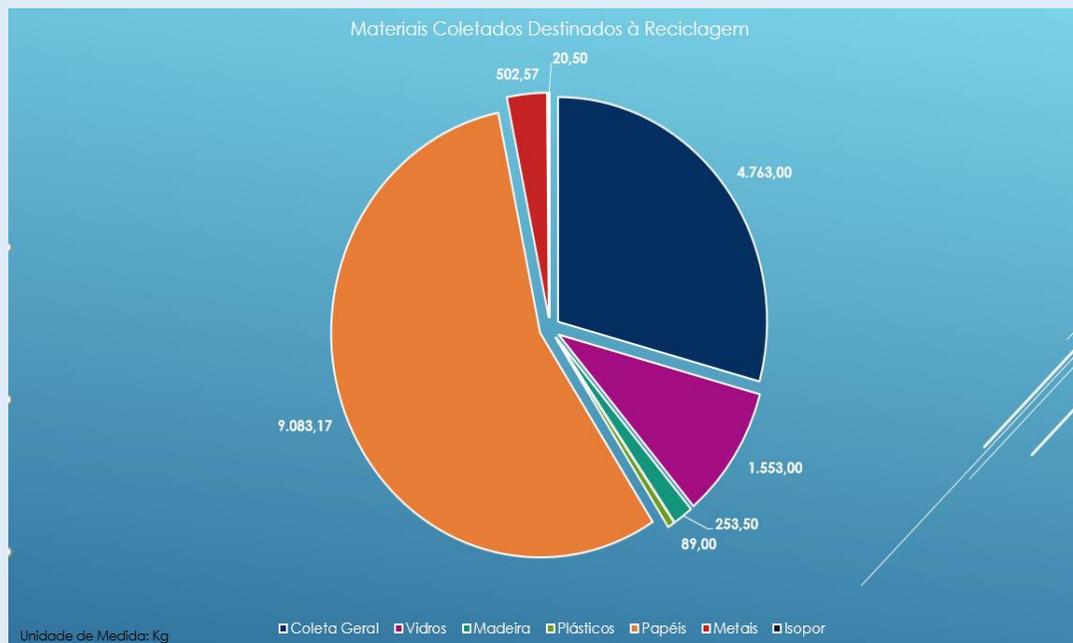
COLETA SELETIVA

Em 08 de agosto, a Coleta Seletiva foi iniciada em recipientes instalados nas copas das dependências da Justiça Eleitoral em Porto Velho. A coleta compreendeu a separação de materiais orgânicos compostáveis, recicláveis, rejeitos e restos de comida.



Os orgânicos estão sendo compostados no TRE, os recicláveis entregues à cooperativas de catadores e os restos de comida entregues diariamente para alimentação de cachorros e galinhas.

Foram coletados e encaminhados para o processo de reciclagem, no ano de 2022, o total de 16.264,74 kg (16 toneladas) de materiais variados.



OFICINAS DE COMPOSTAGEM

Foram realizadas oficinas de compostagem como prática de educação ambiental, ministradas pelo engenheiro florestal, Álvaro Moraes do Amaral. Durante as atividades foram realizadas práticas para despertar o interesse para as questões do meio ambiente trazendo conscientização sobre o aumento crescente da produção de resíduos sólidos e o ensino da prática de compostagem.

Acesso em:

<https://www.tre-ro.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Junho/tre-ro-realiza-oficina-de-compostagem-como-pratica-de-educacao-ambiental>





AÇÃO ELEIÇÕES LIMPAS _ CAMPANHA "PROPAGANDA SIM, POLUIÇÃO AMBIENTAL NÃO"

Recomendou-se aos partidos e candidatos a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, na seguinte ordem de prioridade: não geração de material, redução na produção de impressos, reutilização do que já foi produzido, reciclagem, tratamento de resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.



Acesso em:

<https://www.tre-ro.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Agosto/tre-ro-promove-a-reuniao-eleicoes-limpas-2022-165144>

<https://www.youtube.com/watch?v=XGO1pZwk-pE>

https://www.tre-ro.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-ro.jus.br/comunicacao/noticias/arquivos/provimento-no-8-2022-cre-gabcre/@@download/file/DJe_Provimento_08.pdf



COMEMORAÇÕES DO DIA DA ÁRVORE

Em 21 e 22 de setembro, em comemoração ao Dia da Árvore (21 de setembro), foi realizada Feira de Artesanato Sustentável com exposição de utensílios e móveis feitos com madeira de demolição.

A campanha Adote o Futuro, em parceria com os órgãos que compõe a Ecoliga de Rondônia - rede de cooperação entre os órgãos públicos para o desenvolvimento sustentável - com o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) distribuiu 450 mudas de árvores.

Notícias nos links:

<https://www.tre-ro.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/tre-ro-realiza-feira-de-artesanato-sustentavel>

<https://www.tre-ro.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/tre-ro-realiza-nos-dias-21-e-22-de-setembro-feira-de-artesanato-e-campanha-adote-o-futuro-distribuindo-mudas-em-comemoracao-ao-dia-da-arvore>

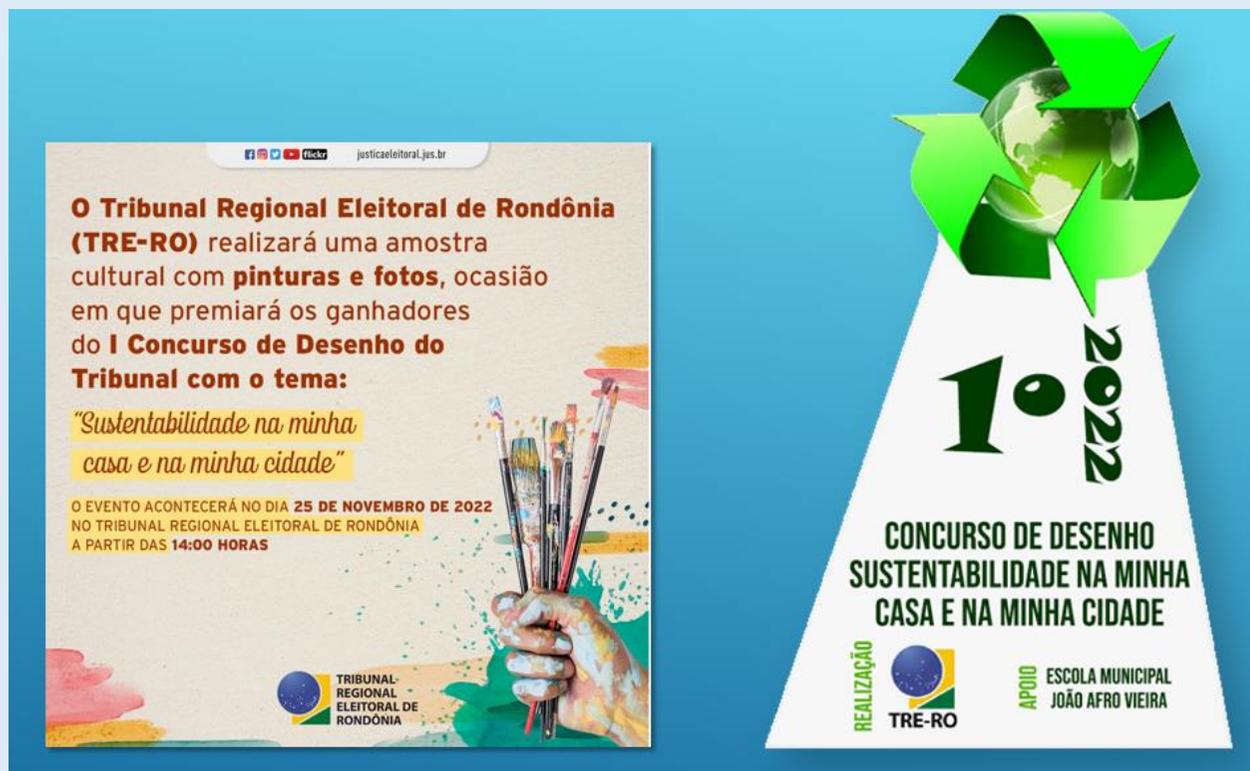
<https://www.rondoniadinamica.com/noticias/2022/09/tribunal-regional-eleitoral-de-rondonia-realiza-feira-de-artesanato-sustentavel,142433.shtml>

1º CONCURSO DE DESENHO “SUSTENTABILIDADE NA MINHA CASA E NA MINHA CIDADE”

Em 21 e 22 de setembro, em comemoração ao Dia da Árvore (21 de setembro), foi realizada Feira de Artesanato Sustentável com exposição de utensílios e móveis feitos com madeira de demolição.

A ação realizada na Escola Municipal João Afro Vieira, na Vila Princesa, bairro onde se localiza o depósito de lixo da cidade de Porto Velho, envolveu as(os) alunas(os) e pais na conscientização sobre a importância da separação dos resíduos e como isso beneficia aquela comunidade.

No dia 25 de novembro, mesma ocasião, houve Mostra Cultural com exposições de obras artísticas do pintor regional Stive Bustamante Muñoz e dos servidores Frank Cesar Busatto e Joeser Alvares da Silva





Desenho selecionado em primeiro lugar. Aluno: Silas Silva de Souza (9 anos)



Premiação e entrega de certificados a todas(os) alunas(os) participantes do concurso

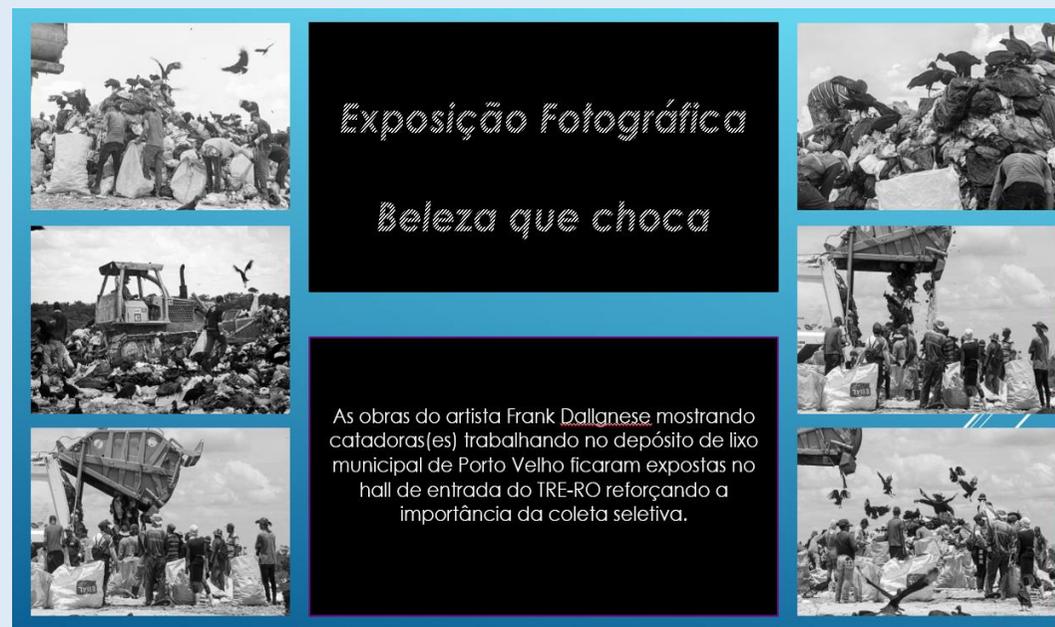
Os participantes premiados foram Silas Silva de Souza (1º lugar), Rosiney Moreira de Brito (2º lugar) e Israel Silva de Souza (3º lugar).

Exposição de artes realizada simultaneamente à premiação:



Obras artísticas do pintor regional Stive Bustamante Muñoz

Acesso em: <https://www.tre-ro.ius.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/tre-ro-realiza-mostra-cultural>





Também por ocasião da premiação, foi instalado no hall de entrada do edifício sede do TRE-RO, o Painel de Comprometimento agraciado com uma caneca, ou uma squeeze, cada pessoa que se comprometeu por escrito com ações de sustentabilidade:



PROGRAMA ECOAGENDA _ VISITA AO BATALHÃO AMBIENTAL DA POLÍCIA MILITAR

Servidores, colaboradores e estagiários do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) visitaram, em 1º de dezembro, a sede do Batalhão Ambiental da Polícia Militar no município de Candeias do Jamari, com o objetivo de estimular a consciência ambiental.



Os visitantes assistiram palestras sobre a legislação ambiental e a atuação da Polícia Militar em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia (IDARON) no combate aos ilícitos ambientais.



A equipe do TRE-RO também participou de um bate papo sobre a implementação de políticas ambientais, conheceram os ambientes temáticos educacionais e tiveram aula sobre as espécies nativas de plantas da Amazônia e o processo de recuperação ambiental. Acesso em: <https://www.tre-ro.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/equipe-do-tre-ro-visitou-o-batalhao-ambiental-da-policia-militar>

SORTEIO DE COMPOSTEIRAS

Realizado sorteio de duas composteiras, entre os servidores, confeccionadas artesanalmente com materiais reciclados como forma de estimular a compostagem dos resíduos orgânicos

**ÁRVORE DE NATAL**

No período natalino 2022, a árvore de natal foi feita de copos descartáveis, vasilhas de marmite e papéis que seriam descartados.

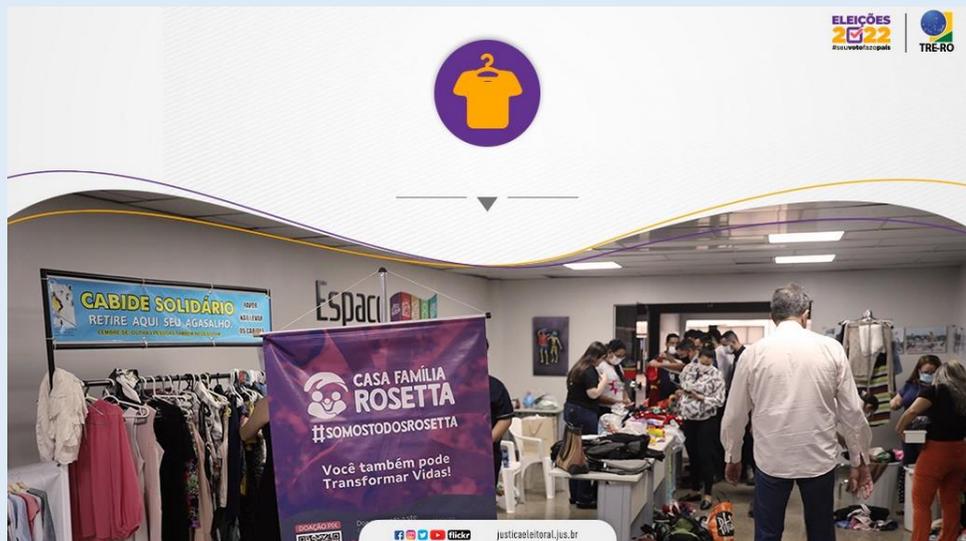
Os materiais foram coletados dentre os materiais usados no dia a dia dos servidores e colaboradores do Tribunal



I BAZAR BENEFICENTE

No intuito da conscientização de que consumo desenfreado gera impactos negativos no meio ambiente, foi realizado o I Bazar Beneficente para venda de itens doados por servidores e colaboradores.

Os valores foram destinados à instituição Casa Família Rosetta, especializada em atendimento de pessoas em situação de rua e dependentes químicos.

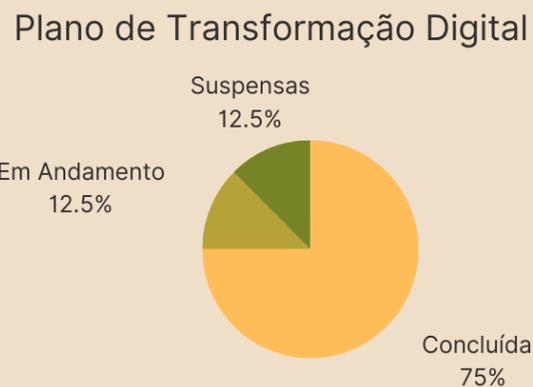
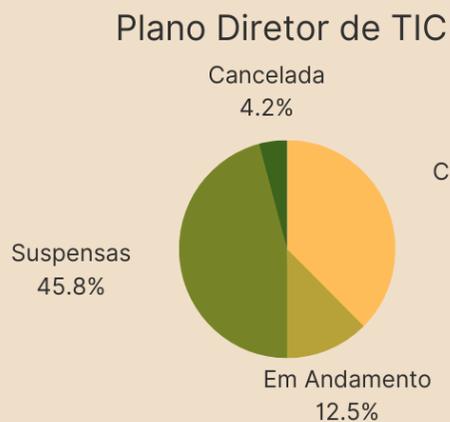


Acesso em: <https://www.tre-ro.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/tre-ro-realiza-o-1o-bazar-beneficente>

Tecnologia da Informação e Comunicação



✓ PLANOS DE TIC (CUMPRIMENTO DAS INICIATIVAS)

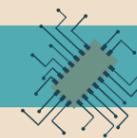


✓ OBJETIVOS ENVOLVIDOS

- Satisfação dos usuários
- Transformação digital
- Infraestrutura e soluções corporativas
- Segurança da informação
- Aprimoramento de contratações



Tecnologia da Informação e Comunicação



✓ MÉTRICAS ESTRATÉGICAS

Indicador	Meta	Alcance
Índice e automação de Processos	Definir linha de base	89%
Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC	74%	86,2% 
Índice de satisfação dos usuários	72%	91%
Índice de adesão a pesquisas de satisfação padronizadas	100%	100% 
Índice de contratações de TIC realizadas	55%	60% 
Índice de execução do Plano Diretor de TIC	Definir linha de base	37,5%

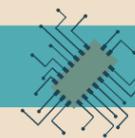
Tecnologia da Informação e Comunicação



✓ MÉTRICAS ESTRATÉGICAS

Indicador	Meta	Alcance
Índice de automação de Processos	Definir linha de base	89%
Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC	74%	86,2% 
Índice de serviços disponibilizados em nuvem	90%	94% 
Índice de execução do plano de transformação digital	70%	70% 
Índice de adesão à resolução de contratações de TIC	100%	100% 
Índice de iniciativas publicadas no repositório nacional	100%	100% 

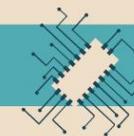
Tecnologia da Informação e Comunicação



✓ MÉTRICAS ESTRATÉGICAS

Indicador	Meta	Alcance
Índice de processos aderentes à Metodologia de Desenvolvimento de Soluções	60%	52%
Índice de serviços críticos com gestão de riscos	100%	100% 
Índice de aderência das soluções ao Modelo Nacional de Interoperabilidade	80%	77,8%
Índice de serviços digitais	80%	92% 
Índice de execução do plano de capacitação de TIC	70%	8%

Tecnologia da Informação e Comunicação



PRINCIPAIS ENTREGAS

Solução de Inteligência de Negócio

Solução de Chatbot

Formalização da Governança e Gestão
Negocial de Soluções

Eleições 100% eletrônicas, sem ocorrência
de votação em cédulas

Apoio a Eleições Comunitárias

Melhoria do desempenho de links de
comunicação com as Zonas

Solução de Auditoria de Acesso ao Serviço de
Diretórios



AÇÕES DESENVOLVIDAS

Meses	Notícias (Portal)	Notícias (Intranet)
Janeiro	8	8
Fevereiro	12	7
Março	11	2
Abril	17	3
Maio	24	6
Junho	14	13
Julho	18	17
Agosto	20	21
Setembro	35	30
Outubro	18	18
Novembro	13	10
Dezembro	30	23

As ações da Assessoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia foram focadas na preparação das Eleições 2022, com fornecimento de informações de interesse público e institucional.

Foram elaborados textos jornalísticos e notícias, realizadas entrevistas e encaminhados releases à imprensa (emissoras de TV, rádio e sites).

As atividades da comunicação estão inseridas no objetivo estratégico referente à comunicação eficaz, com o aperfeiçoamento da comunicação externa e interna e o aprimoramento da comunicação com as outras instituições, visando à transparência e ao fortalecimento do Tribunal como instituição garantidora de direitos.

Vídeos Institucionais

A unidade coordenou a direção, roteirização, produção e edição de trinta e três vídeos institucionais ao atendimento ao eleitor, memória eleitoral, eleições limpas e cobertura do pleito.

Criação de Artes Gráficas e Digitais

A ASCOM elaborou o quantitativo de mil novecentos e oitenta e cinco artes gráficas e digitais utilizadas para divulgar as campanhas e os projetos Justiça Eleitoral de Rondônia.

Centro de Divulgação das Eleições (CDE)

No primeiro e segundo turno das Eleições 2022, mais de cinquenta profissionais da imprensa se cadastraram para trabalhar no Centro de Divulgação das Eleições, na sede do TRE-RO, e ajudaram no monitoramento e combate à desinformação

Relatório de engajamento das redes sociais do TRE-RO

Segue abaixo link com relatório de engajamentos das redes sociais do Tribunal:

https://drive.google.com/file/d/1tn5gmRXwu1ocmluhxb8Qulxt7-jALnw_/view?usp=share_link

DESAFIOS FUTUROS

Dentre os desafios necessários para continuidade de implementação das políticas de gestão dos documentos digitais, para o próximo exercício elegeram-se como prioridades:

- a continuidade na implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), em atendimento à Resolução CNJ n. 324/2020;
- a capacitação da equipe de gestão documental e servidores da Seção de Arquivo e Jurisprudência acerca da gestão arquivística digital;
- substituição do SEI 3.0 pela versão 4.0, aliada à revisão da regulamentação de uso do SEI.

Principais desafios e ações futuras

- O TRE-RO possui dentre suas unidades a segregação da competência regimental de acompanhar e zelar pela infraestrutura e integridade física da infraestrutura deste egrégio Tribunal. Dessa forma, a Unidade técnica responsável pelo acompanhamento das estruturas físicas tem mantido alerta operacional no sentido de acompanhar situações que possam gerar algum tipo de mobilização relevante, como a saída temporária do edifício em decorrência das cheias periódicas do Rio Madeira, ocasião em que a Administração já possui processo PSEI: 0000608-72.2019.6.22.8000 para acompanhamento permanente desta situação.
- Outro desafio é a conclusão, até meados de 2023, das atividades remanescentes previstas nos Fóruns Eleitorais de Espigão do Oeste, Cerejeiras e Rolim de Moura a fim melhorar a capacidade funcional dos citados imóveis e proporcionar melhores condições de trabalho, atendimento ao público e aproveitamentos dos espaços dos respectivos Fóruns Eleitorais.
- Por fim, o principal desafio deste Egrégio Tribunal será a construção da nova sede, sendo que em 2022 iniciou-se a elaboração do projeto básico de contratação de empresa responsável pela construção. Ressalta-se que a obra tem previsão de começar no primeiro semestre de 2023.

→ **DESAFIOS**

- ✚ Aprimorar a qualidade das informações de custos de modo a permitir seu incremento no processo de tomada de decisão
- ✚ Com o novo Regime Fiscal imposto pela Emenda Constitucional 95/2016, o maior desafio da Administração continua ser adequar suas despesas aos limites de pagamentos (Teto de Gastos), sem comprometer a qualidade dos serviços prestados;
- ✚ Manter em bom funcionamento as instalações do Tribunal e seus Cartórios Eleitorais frente ao cenário de incertezas econômicas e fiscais que se mantém em virtude dos efeitos da Pademia de COVID-19 e do cenário internacional.

→ **AÇÕES DA COFC**

- ✚ Implementação de melhorias no processo de apuração de custos e disseminação da importância dessas informações no âmbito dos gestores de despesas
- ✚ Otimização da execução orçamentária através de acompanhamento e avaliação contínua da execução, com remanejamento de eventuais sobras a despesas que garantam a melhoria da infraestrutura do Tribunal;
- ✚ Garantir dotações orçamentárias destinadas à melhoria contínua da infraestrutura imobiliária e de tecnologia da informação e comunicação através das fases de alterações orçamentárias promovidas no âmbito da Justiça Eleitoral.

DESAFIOS PARA 2023.

- - Para 2023 prevemos a implantação do sistema contratado junto à empresa CINGO, pelo qual buscamos ativar as ações previstas no modelo RH Ontime, desenvolvido em 2020. Essa ação visa automatizar os processos de gestão de pessoas, aperfeiçoando a qualidade das entregas, criando melhores controles sobre as ações de desenvolvimento de pessoal, bem como lançando percepções mais adequadas sobre a qualidade da distribuição da força de trabalho;
- - Outro desafio a ser enfrentado é o aperfeiçoamento do ambiente virtual de aprendizagem, o qual encontra-se estagnado. Nesse ambiente serão criadas ações de capacitação voltadas para a ambientação de servidores, de forma a aperfeiçoar as rotinas de trabalho; e
- - Na área de saúde, trabalharemos na criação da Política de Segurança Psicológica no Trabalho e nas ações voltadas para a melhoria dos ambientes de trabalho, das relações interpessoais, da promoção da qualidade de vida no trabalho (QVT), bem como da melhoria da comunicação interna, gerando recursos para a melhoria da produtividade e redução do absenteísmo.

04

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia, do exercício de 2022, onde encontra-se um resumo da situação financeira da UPC (saldos das principais contas e/ou grupos de contas, resultados, receitas e despesas) e da evolução no exercício de referência e em comparação com o último exercício, bem como os principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da UPC no exercício.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR GERAL: EXPRESSANDO A RESPONSABILIDADE DO CONTADOR, AS NORMAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS E A ASSEGURAÇÃO RAZOÁVEL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia é realizada pela Seção de Contabilidade Analítica, que desempenha o papel de Setorial Contábil de unidade gestora perante o Sistema de Contabilidade Federal instituído pela Lei nº 10.180/2001, sob a responsabilidade de profissional de contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia e sob supervisão da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

O processo de verificação da conformidade contábil no TRE-RO baseia-se nas instruções do Manual SIAFI e demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, visando assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes do Sistema de Administração Financeira SIAFI, onde são registrados os atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União.

Cuida-se de acompanhamento diário dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, com suporte na conformidade de registro de gestão, nos auditores contábeis do SIAFI e outras técnicas de acompanhamento próprias desta Setorial, com especial atenção aos registros contábeis no SIAFI e integração dos saldos destes, bem como, dos sistemas de controle de materiais de consumo e de registro de movimentação de bens móveis, promovendo-se tempestivamente os ajustes devidos de modo a atestar mensalmente a ausência de inconsistências ou desequilíbrios nas demonstrações contábeis.

Assim, declaramos que as informações constantes das demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxo de, regidos pela Lei nº 4.320/1964, Decreto nº 93.872/1986, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público (NBCT TSP) e às orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição, relativos ao exercício de 2022, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com ressalva para inconsistências no Resultado Patrimonial, nos termos informados nas notas explicativas do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.



Josafá Kuriyama
Contador Responsável
CRC/RO nº 7.727/O

Ricardo Moura Silva
Coordenador de Orçamento, Finanças e
Contabilidade
CRC/RO nº 7.376/O

BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO PRINCIPAL

		Em R\$	
ATIVO	NE	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE		8.089.896,36	8.132.724,15
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	5.632.697,99	5.343.177,08
Créditos a Curto Prazo		49.194,46	54.581,48
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	49.194,46	54.581,48
Estoques	3	1.934.249,13	1.678.481,88
VPD s Pagas Antecipadamente	4	473.754,78	1.056.483,71
ATIVO NÃO CIRCULANTE		91.541.354,70	65.660.888,05
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-
Imobilizado	5	86.986.827,82	60.824.213,06
Bens Móveis	6	17.401.605,23	10.928.622,34
Bens Móveis		33.859.887,53	24.162.291,35
(-) Depreciação/Amortização Acum. de Bens Móveis		-16.458.282,30	-13.233.669,01
Bens Imóveis	7	69.585.222,59	49.895.590,72
Bens Imóveis		69.592.260,67	51.374.693,50
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis		-7.038,08	-1.479.102,78
Intangível	8	4.554.526,88	4.836.674,99
Softwares		7.027.146,74	6.464.296,74
(-)Amortização Acumulada de Softwares		-2.472.619,86	-1.627.621,75
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		99.631.251,06	73.793.612,20

Fonte: SIAFI 2022

		Em R\$	
PASSIVO	NE	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE		11.053.825,88	8.310.356,96
Obrigações Trabalh., Previd. a Pagar a Curto Prazo	9	9.550.488,17	6.999.895,62
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	10	1.217.524,49	1.063.720,50
Demais Obrigações a Curto Prazo	11	285.813,22	246.740,84
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		11.053.825,88	8.310.356,96
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	2022	2021
Demais Reservas (Reserva de Reavaliação)	12	2.950.744,56	-
Resultados Acumulados		85.626.680,62	65.483.255,24
Resultado do Exercício		22.895.604,65	22.702.077,39
Resultados de Exercícios Anteriores		65.483.255,24	38.715.595,24
Ajustes de Exercícios Anteriores	13	-2.752.179,27	4.065.582,61
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		88.577.425,18	65.483.255,24
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		99.631.251,06	73.793.612,20

Fonte: SIAFI 2022

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES						Em R\$
ATIVO	2022	2021	PASSIVO	NE	2022	2021
ATIVOS	99.631.251,06	73.793.612,20	PASSIVOS		23.336.970,32	16.779.090,58
ATIVO FINANCEIRO	5.632.697,99	5.343.177,08	PASSIVO FINANCEIRO		18.583.410,01	13.358.434,76
ATIVO PERMANENTE	93.998.553,07	68.450.435,12	PASSIVO PERMANENTE		4.753.560,31	3.420.655,82
			SALDO PATRIMONIAL	14	76.294.280,74	57.014.521,62

Fonte: SIAFI 2022

Quadro das Contas de Compensação (controle)

QUADRO DE COMPENSAÇÕES						Em R\$
ATIVO	2022	2021	PASSIVO	NE	2022	2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		33.750.895,17	19.353.323,09
Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Atos Potenciais Passivos		33.750.895,17	19.353.323,09
	0,00	0,00	Obrigações Contratuais		33.750.895,17	19.353.323,09
TOTAL			TOTAL	15	33.750.895,17	19.353.323,09

Fonte: SIAFI

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		Em R\$
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários		-12.884.148,55
Recursos Vinculados		-66.563,47
Seguridade Social (Exceto Previdência)		45.736,32
Previdência Social (RPPS)		0,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog		-112.299,79
TOTAL		-12.950.712,02

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

		Em R\$	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
		137.663.037,12	120.640.513,37
Variáveis Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Mora		18.733,19	1.783,16
Transferências e Delegações Recebidas		111.065.156,15	95.913.633,84
Transferências Intragovernamentais		110.922.067,63	95.747.898,34
Outras Transferências e Delegações Recebidas		143.088,52	165.735,50
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos			
Reavaliação de Ativos		24.307.692,51	23.836.674,16
Ganhos com Incorporação de Ativos		16.475.346,72	23.760.578,34
Ganhos com Desincorporação de Passivos		7.791.558,29	76.067,82
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		40.787,50	28,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.271.455,27	888.422,21

Fonte: SIAFI 2022



		Em R\$	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
		114.767.432,47	97.938.435,98
Pessoal e Encargos			
Pessoal e Encargos		21 67.711.526,78	64.497.314,67
Remuneração a Pessoal		54.652.057,61	51.208.182,86
Encargos Patronais		9.066.526,63	9.449.181,46
Benefícios a Pessoal		3.056.035,14	3.144.515,13
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos			
		936.907,40	695.435,22
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		22 10.150.548,38	9.263.981,00
Aposentadorias e Reformas		8.883.931,99	7.894.218,19
Pensões		1.251.141,40	1.360.406,75
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		15.474,99	9.356,06
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		23 1.921.370,89	22.317.975,48
Uso de Material de Consumo		2.413.771,95	581.961,03
Serviços		25.853.698,26	18.636.553,34
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.653.900,68	3.099.461,11
Variáveis Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Juros e Encargos de Mora		651,11	-
Descontos Financeiros Concedidos		0,06	-
Descontos Financeiros Concedidos		651,05	-
Transferências e Delegações Concedidas			
Transferências e Delegações Concedidas		24 2.220.060,80	1.518.533,69
Transferências Intragovernamentais		2.096.575,39	889.494,29
Outras Transferências e Delegações Concedidas		123.485,41	629.039,40
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			
		2.691.400,68	273.983,97
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	30.151,33
Perdas Involuntárias		-	-
Desincorporação de Ativos		2.691.400,68	243.832,64
Tributárias			
Tributárias		26 53.528,11	40.077,61
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		22.311,92	18.160,49
Contribuições		31.216,19	21.917,12
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		27 18.345,72	26.569,56
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		18.345,72	26.569,56

Fonte: SIAFI 2022

		Em R\$	
Variáveis Patrimoniais Quantitativas	NE	2022	2021
Variáveis Patrimoniais Aumentativas		137.663.037,12	120.640.513,37
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas		114.767.432,47	97.938.435,98
Resultado Patrimonial do Período	28	22.895.604,65	22.702.077,39

Fonte: SIAFI 2022

Balanco Orçamentário

Em R\$

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES					
RECEITAS DE CAPITAL					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
SUBTOTAL DE RECEITAS					
DEFICIT				117.568.249,59	117.568.249,59
TOTAL	29			117.568.249,59	117.568.249,59
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			7.657.708,00		-7.657.708,00
Créditos Cancelados			7.657.708,00		

Em R\$

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		92.674.318,00	97.947.359,00	110.795.671,29	102.860.776,02	102.632.488,94	-12.848.312,29
Pessoal e Encargos Sociais		71.552.077,00	73.440.194,00	78.651.471,93	74.373.311,68	74.287.882,21	-5.211.277,93
Outras Despesas Correntes		21.122.241,00	24.507.165,00	32.144.199,36	28.487.464,34	28.344.606,73	-7.637.034,36
DESPESAS DE CAPITAL		4.387.979,00	6.772.646,00	6.772.578,30	3.102.846,61	3.102.846,61	67,70
Investimentos		4.387.979,00	6.772.646,00	6.772.578,30	3.102.846,61	3.102.846,61	67,70
SUBTOTAL DAS DESPESAS		97.062.297,00	104.720.005,00	117.568.249,59	105.963.622,63	105.735.335,55	-12.848.244,59
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		97.062.297,00	104.720.005,00	117.568.249,59	105.963.622,63	105.735.335,55	-12.848.244,59
TOTAL	30	97.062.297,00	104.720.005,00	117.568.249,59	105.963.622,63	105.735.335,55	-12.848.244,59

Fonte: SIAFI 2022

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em R\$

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados							
Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		1.218.962,80	5.044.042,64	4.592.414,27	3.361.141,21	1.670.591,17	1.231.273,06
Pessoal e Encargos Sociais		1.211.634,00	1.171.992,74	2.262.309,01	1.053.675,01	121.317,73	1.208.634,00
Outras Despesas Correntes		7.328,80	3.872.049,90	2.330.105,26	2.307.466,20	1.549.273,44	22.639,06
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	2.205.728,18	1.245.686,21	1.227.149,01	0,00	978.579,17
Investimentos		0,00	2.205.728,18	1.245.686,21	1.227.149,01	0,00	978.579,17
TOTAL	31	1.218.962,80	7.249.770,82	5.838.100,48	4.588.290,22	1.670.591,17	2.209.852,23

Fonte: SIAFI 2022

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Em R\$

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados						
Despesas Orçamentárias		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		3.604.341,30	349.359,84	308.572,34	40.787,50	3.604.341,30
Pessoal e Encargos Sociais		3.604.341,30	221.639,34	221.639,34	-	3.604.341,30
Outras Despesas Correntes		-	127.720,50	86.933,00	40.787,50	-
DESPESAS DE CAPITAL		936.000,00	-	-	-	936.000,00
Investimentos		936.000,00	0,00	0,00	-	936.000,00
TOTAL	32	4.540.341,30	349.359,84	308.572,34	40.787,50	4.540.341,30

Fonte: SIAFI 2022

Balanço Financeiro

INGRESSOS				Em R\$		DISPÊNDIOS				Em R\$	
	NE	2022	2021		NE	2022	2021		NE	2022	2021
Receitas Orçamentárias				Despesas Orçamentárias	34	117.568.249,59	99.547.399,58				
Ordinárias				Ordinárias		106.456.091,04	87.035.868,59				
Vinculadas				Vinculadas		11.112.158,55	12.511.530,99				
(-) Deduções da Receita Orçamentária				Seguridade Social (Exceto Previdência)		-	1.793.685,00				
Transferências Financeiras Recebidas		110.852.688,33	95.739.749,18	Previdência Social (RPPS)		9.225.154,55	8.569.229,99				
Resultantes da Execução Orçamentária		109.812.793,29	94.877.860,00	Outros Rec. Vinc. Fundos, Órgãos e Programas		1.887.004,00	2.148.616,00				
Sub-repasse Recebido	33	109.812.793,29	94.877.860,00	Transferências Financeiras Concedidas		2.096.575,39	889.494,29				
Independentes da Execução Orçamentária		1.039.895,04	861.889,18	Resultantes da Execução Orçamentária		-	0,24				
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	33	1.039.243,99	861.889,18	Sub-repasse Devolvido		-	0,24				
Movimentação de Saldos Patrimoniais		651,05	-	Independentes da Execução Orçamentária		2.096.575,39	889.494,05				
Recebimentos Extra orçamentários		14.086.006,61	8.508.522,65	Movimento de Saldos Patrimoniais	34	2.096.575,39	889.494,05				
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		228.287,08	221.639,34	Pagamentos Extraorçamentários		4.984.349,05	3.473.841,80				
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		11.604.626,96	7.249.770,82	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	34	308.572,34	1.020.299,83				
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		87.486,49	139.441,28	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	34	4.588.290,22	2.314.072,69				
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.165.606,08	897.671,21	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		87.486,49	139.441,28				
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	28,00				
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	28,00	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-	28,00				
Arrecadação de Outra Unidade	33	2.095.924,34	889.494,05	Saldo do Exercício Seguinte	37	5.632.697,99	5.343.177,08				
Demais Recebimentos		69.681,74	8.149,16	Caixa e Equivalentes de Caixa		5.632.697,99	5.343.177,08				
Saldo do Exercício Anterior		5.343.177,08	5.005.640,92	TOTAL		130.281.872,02	109.253.912,75				
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.343.177,08	5.005.640,92								
TOTAL		130.281.872,02	109.253.912,75								

Fonte: SIAFI 2022

Fonte: SIAFI 2022

Resultado Financeiro

Caixa 2022

-

Caixa 2021

=

Superávit

5.632.697,99

-

5.343.177,08

=

289.520,91

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

		Em R\$	
		2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NE	4.619.516,53	1.902.630,39
INGRESSOS		113.105.780,90	96.776.861,67
Outros Ingressos das Operações	35	113.105.780,90	96.776.861,67
Ingressos Extra orçamentários		87.486,49	139.441,28
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	28,00
Transferências Financeiras Recebidas		110.852.688,33	95.739.749,18
Arrecadação de Outra Unidade		2.095.924,34	889.494,05
Demais Recebimentos		69.681,74	8.149,16
DESEMBOLSOS	36	-108.486.264,37	-94.874.231,28
Pessoal e Demais Despesas		-97.485.217,31	-84.612.045,21
Judiciário		-87.347.277,01	-75.367.875,97
Previdência Social		-10.137.940,30	-9.239.951,87
Encargos Especiais		0,00	-4.189,37
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		0,00	-28,00
Transferências Concedidas		-8.816.985,18	-9.233.250,50
Intragovernamentais		-8.816.985,18	-9.233.250,50
Outros Desembolsos das Operações		-2.184.061,88	-1.028.935,57
Dispêndios Extra orçamentários		-87.486,49	-139.441,28
Transferências Financeiras Concedidas		-2.096.575,39	-889.494,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	36	-4.329.995,62	-1.565.094,23
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-4.329.995,62	-1.565.094,23
Aquisição de Ativo Não Circulante		-3.958.745,62	-1.565.094,23
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-371.250,00	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	37	289.520,91	337.536,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		5.343.177,08	5.005.640,92
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		5.632.697,99	5.343.177,08

Fonte: SIAFI 2022

Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Conta composta pela rubrica Limite de saque com vinculação de pagamento, onde são demonstrados os recursos recebidos de acordo com o orçamento aprovado e o seu saldo no final do exercício distribuídos da seguinte forma:

Fonte de Recursos/Vinculação de pagamento	DEZ/2022	DEZ/2021	Em R\$	
			AH(%)	AV(%)
100/310 - Pagamento Pessoal	95.788,85	240.772,17	- 60,22	1,70
100/400 - Custeio/Investimento - Resul.Prim = 2	2.850.463,42	3.080.230,35	- 7,46	50,61
100/412 - Pag. de Cartão de Credito -Resul.Prim = 2	131.371,72	49.932,98	163,10	2,33
100/499 - Pag. de Despesa Obrigatória - Resul.Prim = 1	201.844,02	1.844,02	10.845,87	3,58
100/510 - Folha - Custeio Obrigatório - Resul.Prim = 1	78.666,56	250.998,11	- 68,66	1,40
127/400 - Custeio/Investimento - Resul.Prim = 2	1.145.519,22	666.956,32	71,75	20,34
127/412 - Pag. de Cartão de Credito -Resul.Prim = 2	215,33	-	-	0,00
150/400 - Custeio/Investimento - RESUL.PRIM = 2	70.210,00	70.210,00	-	1,25
151/499 - Pag. de Despesa Obrigatória - Resul. PRIM=1	45.736,32	46.233,13	- 1,07	0,81
188/400 - Custeio/Investimento - Resul.Prim = 2	936.000,00	936.000,00	-	16,62
188/499 - Pag. de Despesa Obrigatória - Resul.Prim = 1	1.593,54	-	-	0,03
100/400 - Custeio/Investimento - Resul.Prim = 2	336,00	-	-	0,01
100/400 - Custeio/Investimento - Resul.Prim = 2	74.953,01	-	-	1,33
TOTAL	5.632.697,99	5.343.177,08	5,42	100,00

Fonte: SIAFI 2022

NOTA 2 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO/DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações.

NOTA 2 - Créditos a Curto Prazo/Demais Créditos e Valores a Curto Prazo				
	m R\$			
Créditos a Curto Prazo	DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)	AV(%)
Salários e Ordenados – Pagamento antecipado	46.991,98	52.578,66	-10,63	95,52
Crédito a Receber Decorrentes de Infrações	2.202,48	2.002,82	9,97	4,48
TOTAL	49.194,46	54.581,48	-9,87	100,00

Fonte: SIAFI 2022

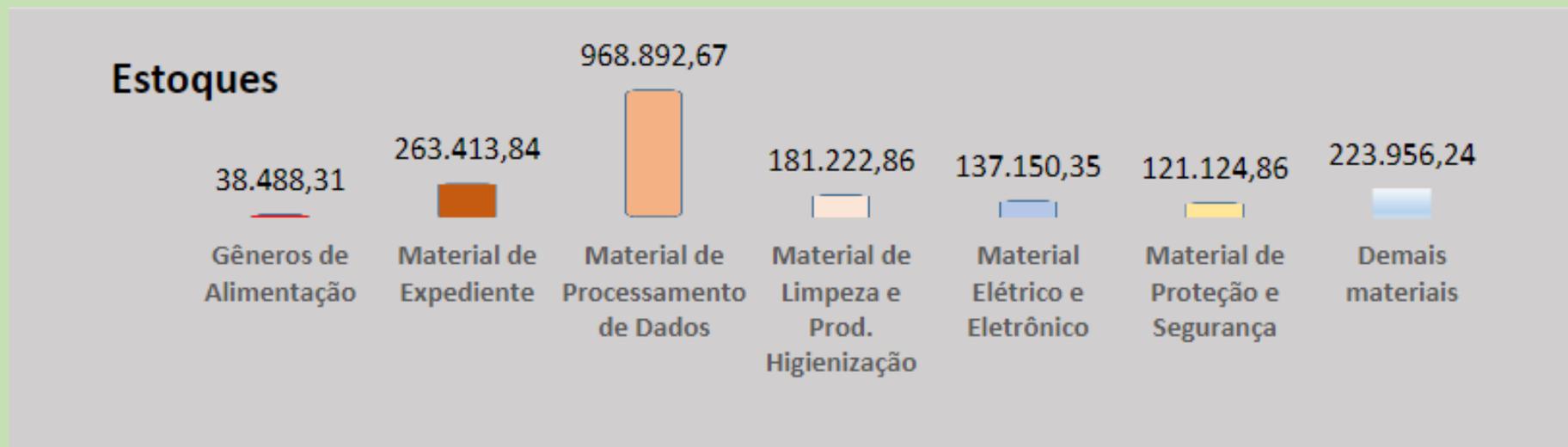
NOTA 3 – ESTOQUES

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Em 31/12/2022 o TRE/RO apresentou um saldo de R\$ 1.934.249,13 assim distribuídos:

	Em R\$			
Estoques	DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)	AV(%)
Gêneros de Alimentação	38.488,31	13.677,39	181,40	1,99
Material Químico	1.259,24	4.505,02	- 72,05	0,07
Material de Expediente	263.413,84	277.093,06	- 4,94	13,62
Material de Processamento de Dados	968.892,67	871.614,48	11,16	50,09
Material de Acondic. E Embalagem	120.021,02	28.407,84	322,49	6,21
Material de Copa e Cozinha	47.888,06	46.942,57	2,01	2,48
Material de Limpeza e Prod. Higienização	181.222,86	160.302,89	13,05	9,37
Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	13.558,69	14.813,67	- 8,47	0,70
Material Elétrico e Eletrônico	137.150,35	120.090,88	14,21	7,09
Material de Proteção e Segurança	121.124,86	64.979,31	86,41	6,26
Material para Áudio, Vídeo e Foto	12.003,55	43.950,26	- 72,69	0,62
Material de Utilização em Gráfica	1.259,00	1.269,16	- 0,80	0,07
Ferramentas	1.082,65	1.213,30	- 10,77	0,06
Material de sinalização	9.201,48	-	-	0,48
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	13.687,99	14.675,62	- 6,73	0,71
Material para Divulgação	3.994,56	641,68	522,52	0,21
Material de Consumo Estoque Interno para Distribuir	-	14.304,75	- 100,00	-
TOTAL	1.934.249,13	1.678.481,88	15,24	100,00

Fonte: SIAFI 2022



Nos exercícios 2021 e 2022 os estoques do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia estiveram registrados na conta de Almojarifado que compreende o valor dos materiais destinados ao consumo interno da unidade.

Do valor total de R\$ 1.934.249,13, em 2022, (50,09%) referem-se a Materiais de Consumo de Material de Processamento de Dados.

Em 2022, houve um aumento de 15,24% no saldo do Estoque em comparação a 2021, em decorrência, principalmente, das seguintes situações:

Gêneros de Alimentação: café, açúcar, água mineral, dentre outros, que foram utilizados nas eleições.

Material de acondicionamento e embalagem: envelopes plásticos para embalagem de urna eletrônica, embalagem plástica para atender as seções eleitorais, caixa de papelão personalizada, para utilização nas eleições.

Material de expediente: envelopes, canetas, bobinas para urnas eletrônicas, etiquetas para identificação das mídias de carga, votação e resultado (cartelas), cédula eleitoral e outros.

Material para higienização: água sanitária, álcool 1LT, detergente, papel toalha, saco para lixo e outros.

Material de Proteção e Segurança: lacres para urnas enviados pelo TSE, cabinas de proteção e segurança utilização nas eleições.

Material para processamento de dados: Recebimento do TSE de Mídias de aplicação e resultado para uso na nova Urna Eletrônica Modelo 2020, HD externo portátil, teclado, mouse pad, unidade de imagem/fotocondutor para impressora, toner para impressora.

NOTA 4 – VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo.

VPDs Pagas Antecipadamente	Em R\$			
	DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)	AV(%)
Prêmios de Seguro a Apropriar	22.652,57	22.776,78	-0,55	4,78
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	85.425,46	127.936,22	-33,23	18,03
Alugueis Pagos a Apropriar	365.676,75	905.770,71	-59,63	77,19
TOTAL	473.754,78	1.056.483,71	-55,16	100

Fonte: SIAFI 2022

NOTA 5 – IMOBILIZADO

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Imobilizado está dividido pelos bens móveis e os imóveis, bem como suas respectivas depreciações, que são utilizados na prestação de serviços e possuem a composição conforme evidenciado na tabela abaixo.

Em 31 de dezembro 2022, o TRE-RO apresentou o saldo de R\$ 86.986.827,82 relacionados a imobilizado, um incremento de 43,01% em relação ao ano de 2021, conforme detalhado a seguir.

Imobilizado - composição	Em R\$			
	DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)	AV(%)
Bens Móveis	17.401.605,23	10.928.622,34	59,23	20,00
(+) Bens Móveis	33.859.887,53	24.162.291,35	40,14	38,93
(-) Depreciação Acumulada	16.458.282,30	13.233.669,01	24,37	18,92
Bens Imóveis	69.585.222,59	49.895.590,72	39,46	80,00
Bens Imóveis	69.592.260,67	51.374.693,50	35,46	80,00
(-) Depreciação Acumulada	7.038,08	1.479.102,78	-99,52	0,01
TOTAL	86.986.827,82	60.824.213,06	43,01	100

Fonte: SIAFI 2022

Bens Móveis

(-) Depreciação Acumulada	16.458.282,30
(+) Bens Móveis	33.859.887,53
Total Bens Móveis	17.401.605,23

Bens Imóveis

(-) Depreciação Acumulada	7.038,08
(+) Bens Imóveis	69.592.260,67
Total Bens Imóveis	69.585.222,59

NOTA 6 – BENS MÓVEIS

Compreende os bens móveis que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Os bens móveis do Tribunal em 31 de dezembro de 2022 totalizavam R\$ 17.401.605,23 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Bens Móveis - detalhado	Em R\$				
	Descrição	DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)	AV(%)
Aparelho de Medição e Orientação		40.533,29	35.413,29	14,46	0,12
Aparelho e Equip. de Comunicação		297.889,49	297.564,42	0,11	0,88
Equipam/Utensílios Med. Odonto, Lab e Hosp.		124.114,52	108.159,52	14,75	0,37
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro		124.473,21	124.473,21	0,00	0,37
Máquinas e Equipamentos Industriais		1.692,40	1.692,40	0,00	0,00
Máquinas e Equipamentos Energéticos		647.958,06	651.966,31	-0,61	1,91
Máquinas e Equipamentos Gráficos		290,00	3.512,50	-91,74	0,00
Máq. Ferramentas e Utensílios de Oficina		54.320,70	54.490,70	-0,31	0,16
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis		74.329,84	74.329,84	0,00	0,22
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos		21.848,25	21.848,25	0,00	0,06
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos		217.170,91	461.071,22	-52,90	0,64
Equip. de Tecnologia da Informação e Com.TIC/Proc. de Dados		22.278.730,21	12.876.722,84	73,02	65,80
Aparelhos e Utensílios Domésticos		770.817,53	314.185,67	145,34	2,28
Máquinas e Utensílios de Escritório		110.728,35	111.378,44	-0,58	0,33
Mobiliário em Geral		4.418.894,55	4.362.286,50	1,30	13,05
Coleções e Materiais Bibliográficos		215.073,25	215.073,25	0,00	0,64
Equipamento para Audio, Vídeo e Foto		465.727,16	460.316,72	1,18	1,38
Obras de Arte e Peças para Exposição		12.155,02	12.155,02	0,00	0,04
Veículos Diversos/Geral		98.762,38	99.170,97	-0,41	0,29
Veículos de Tração Mecânica		3.566.081,07	3.566.081,07	0,00	10,53
Peças não Incorporáveis a Imóveis		318.297,34	310.399,21	2,54	0,94
Valor Bruto		33.859.887,53	24.162.291,35	40,14	100
(-)Depreciação Acumulada		-16.458.282,30	-13.233.669,01	24,37	-48,61
TOTAL		17.401.605,23	10.928.622,34	59,23	51,39

Fonte: SIAFI 2022

Os bens móveis do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia são controlados analiticamente através do sistema ASI-web sob gestão da Seção de Patrimônio, que controla a movimentação entre as diversas unidades do TRE-RO, onde ainda são realizados os registros de depreciação e reavaliação.

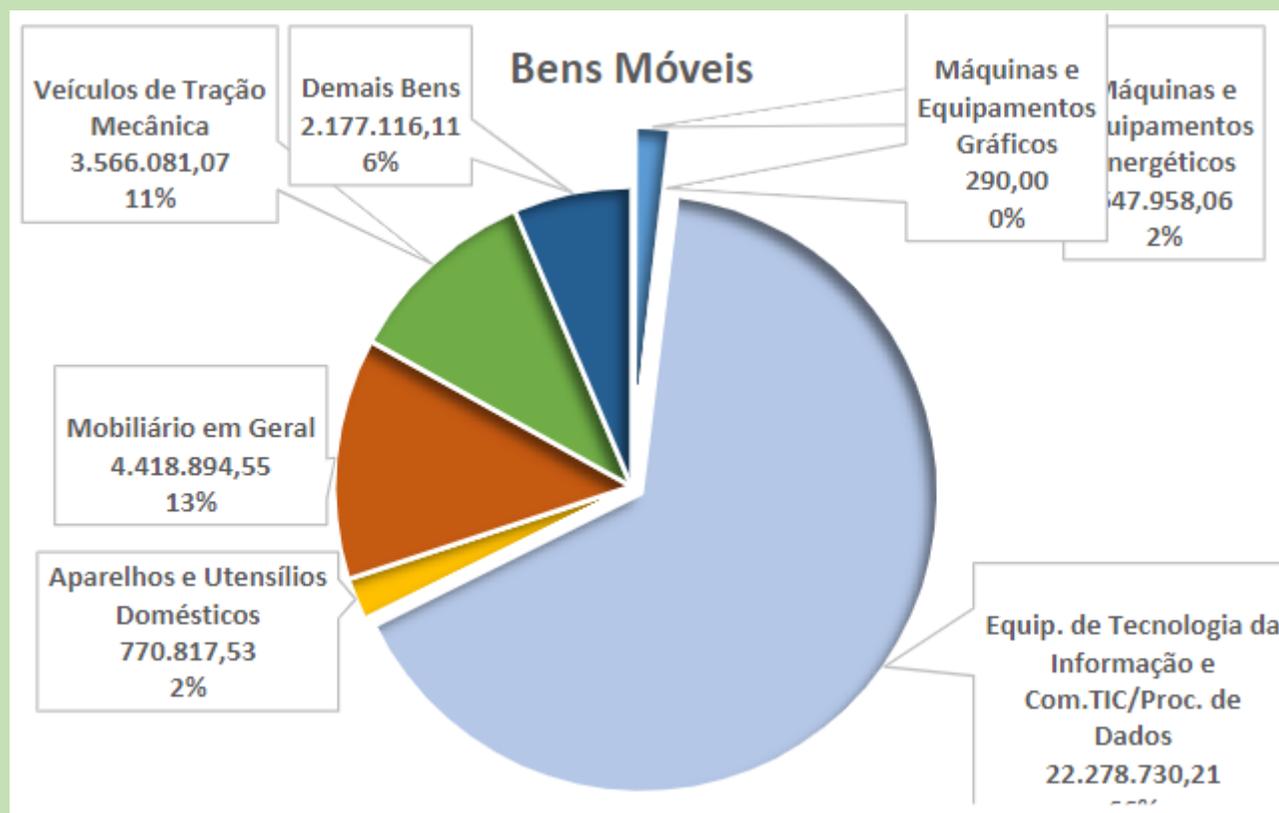
Em razão da característica de órgão prestador de serviços à sociedade aliada aos investimentos necessários para manutenção da votação eletrônica, justifica-se a composição de 65,80% de bens de tecnologia da informação, comunicação de dados ou bens de informática e que tem como principal função dar suporte às atividades relacionadas às eleições.

As variações ocorridas entre os exercícios de 2022 e 2021 decorrem dos seguintes eventos:

- a) Equip. de Tecnologia da Informação e Com.TIC/Proc. de Dados – variação de (73,02%):
 - a.1) recebimento de 1.050 urnas modelo 2020 adquirido pelo TSE no valor R\$ 4.320.435,00;
 - a.2) recebimento de 60 urnas modelo 2015 oriunda de outro TRE no valor R\$ 133.099,20;
 - a.3) recebimento de 682 urnas modelo 2020 enviado pelo TSE no valor R\$ 2806.225,40;
 - a.4) recebimento de 100 unidades de urnas modelo 2020 enviado pelo TSE no valor R\$ 411.470,00
 - a.5) aquisição de 100 notebooks no valor R\$ 412.854,75;
 - a.6) aquisição de 25 microcomputadores desktop no valor R\$ 350.000,00
 - a.7) aquisição de 02 unidades controladora de disco de armazenamento de dados no valor R\$ 1.160.000,00.
- b) Máquinas e Equipamentos Gráficos – variação de (-91,74%): doação de bens ao Instituto Candelária no valor de R\$ 3.222,50 devidamente autorizado pela administração.
- c) Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos – variação de (-52,90%): doação efetuadas a Prefeitura São Francisco Guapore, Caerd, Polícita Militar, Instituto Rosas que Falam, Associação Boiadeiro, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, devidamente autorizado pela administração.
- d) Aparelhos e Utensílios Domésticos – variação (145,34%); ocorreram registro de reclassificação de bens móveis condicionadores de ar, após o setor de patrimônio efetuar os ajustes no sistema ASI.
- e) Mobiliário em Geral – variação (1,30%): aquisição de armários e mesas R\$ 135.832,44, mesa com tampo rebatível R\$ 93.629,80, cadeiras R\$ 69.500,00, sofás de 02 e 03 lugares R\$ 6.000,00 e 01 e 02 lugares R\$ 4.648,90

Bens móveis - conciliação do valor contábil início e no final do período								Em R\$	
Descrição	DEZ/2021	Adições	Baixas	Transferência entre UGs	Ajuste	DEZ/2022	AH%	AV%	
Máquinas e Equipamentos Energéticos	651.966,31	391,75	-4.400,00			647.958,06	-0,61	1,91	
Máquinas e Equipamentos Gráficos	3.512,50		-3.222,50			290,00	-91,74	0,00	
Equip. de Tecnologia da Informação e Com.TIC/Proc. de Dados	12.876.722,84	2.048.575,10	-317.797,33	7.671.229,60		22.278.730,21	73,02	65,80	
Aparelhos e Utensílios Domésticos	314.185,67	509.081,78	-52.449,92			770.817,53	145,34	2,28	
Mobiliário em Geral	4.362.286,50	324.559,14	-267.951,09			4.418.894,55	1,30	13,05	
Veículos de Tração Mecânica	3.566.081,07					3.566.081,07	0,00	10,53	
Demais Bens	2.387.536,46	102.107,83	-312.528,18			2.177.116,11	-8,81	6,43	
TOTAL	24.162.291,35					33.859.887,53	40,14	100,00	
(-)Depreciação	-13.233.669,01					-16.458.282,30	24,37	-48,61	
TOTAL - Bens móveis	10.928.622,34	2.984.715,60	-958.349,02	7.671.229,60	0,00	17.401.605,23	59,23		

Fonte: SIAFI 2022



Quadro demonstrativo da depreciação acumulada dos Bens Móveis retratando o exercício de 2022, por conta contábil, bem como a Vida Útil e Taxa Residual (%) e Grau de Depreciação dos Bens no mês de dezembro:

Imobilizado - Bens Móveis						Em R\$	
Descrição	Vida Útil (anos)	Taxa Residual	Valor Bruto(a)	Depreciação Acumulada(b)	Valor Líquido	%Depreciação c=(b/a)*100	
Aparelho de Medição e Orientação	15	10%	40.533,29	16.301,30	24.231,99	40,22	
Aparelho e Equip. de Comunicação	10	20%	297.889,49	195.362,03	102.527,46	65,58	
Equipam/Utensílios Med. Odonto, Lab e Hosp.	15	20%	124.114,52	52.955,39	71.159,13	42,67	
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%	124.473,21	58.728,11	65.745,10	47,18	
Máquinas e Equipamentos Industriais	20	10%	1.692,40	332,84	1.359,56	19,67	
Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%	647.958,06	306.378,46	341.579,60	47,28	
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%	290,00	0,00	290,00	0,00	
Máq. Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%	54.320,70	32.631,32	21.689,38	60,07	
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	5	10%	74.329,84	65.860,20	8.469,64	88,61	
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%	21.848,25	12.547,75	9.300,50	57,43	
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%	217.170,91	94.235,35	122.935,56	43,39	
Equip. de Tecnologia da Informação e Com.TIC/Proc. de Dados	5	10%	22.278.730,21	10.639.084,01	11.639.646,20	47,75	
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	770.817,53	372.221,17	398.596,36	48,29	
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%	110.728,35	47.787,30	62.941,05	43,16	
Mobiliário em Geral	10	10%	4.418.894,55	2.246.917,77	2.171.976,78	50,85	
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	10%	215.073,25	121.333,30	93.739,95	56,41	
Equipamento para Audio, Video e Foto	10	10%	465.727,16	186.007,87	279.719,29	39,94	
Obras de Arte e Peças para Exposição	-	-	12.155,02	5.759,92	6.395,10	47,39	
Veículos Diversos/Geral	15	10%	98.762,38	34.496,71	64.265,67	34,93	
Veículos de Tração Mecânica	15	10%	3.566.081,07	1.829.977,84	1.736.103,23	51,32	
Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10%	318.297,34	139.363,66	178.933,68	43,78	
TOTAL			33.859.887,53	16.458.282,30	17.401.605,23		

Fonte: SIAFI 2022

Importante destacar que alguns bens não estão mais sofrendo depreciação como se verifica nos itens Máquinas e Equipamentos Gráficos que possui grau de depreciação 0%(zero) e Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis tem o grau de 89% este já atingiu seu valor Residual estando com sua depreciação exaurida. Um importante indicador é o grau % de depreciação de cada item como se vê no quadro. O cálculo da depreciação é realizado automaticamente pelo sistema de patrimônio ASI-WEB.

DEPRECIACÃO ACUMULADA DOS BENS MÓVEIS

A seguir, quadro demonstrativo da depreciação acumulada dos Bens Móveis retratando os exercícios de 2022 e 2021, por conta contábil.

Depreciação Acumulada dos Bens Móveis		Em R\$	
Conta	2022	2021	
Aparelho de Medição e Orientação	16.301,30	14.293,48	
Aparelho e Equip. de Comunicação	195.362,03	186.187,26	
Equipam/Utensílios Med. Odonto, Lab e Hosp.	52.955,39	48.449,88	
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	58.728,10	55.026,53	
Máquinas e Equipamentos Industriais	332,84	261,08	
Máquinas e Equipamentos Energéticos	306.378,46	248.665,83	
Máquinas e Equipamentos Gráficos	0,00	2.610,23	
Máq. Ferramentas e Utensílios de Oficina	32.631,32	27.905,54	
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	65.860,20	65.860,20	
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	12.547,75	10.626,69	
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	94.235,35	264.682,01	
Equip. de Tecnologia da Informação e Com.TIC/Proc. de Dados	10.639.084,01	8.051.992,04	
Aparelhos e Utensílios Domésticos	372.221,17	147.244,33	
Máquinas e Utensílios de Escritório	47.787,30	38.543,45	
Mobiliário em Geral	2.246.917,77	2.046.168,24	
Coleções e Materiais Bibliográficos	121.333,30	107.395,99	
Equipamento para Audio, Video e Foto	186.007,87	152.670,99	
Obras de Arte e Peças para Exposição	5.759,92	4.479,76	
Veículos Diversos/Geral	34.496,71	28.782,11	
Veículos de Tração Mecânica	1.829.977,84	1.615.693,66	
Peças não Incorporáveis a Imóveis	139.363,66	116.129,71	
TOTAL	16.458.282,29	13.233.669,01	

Fonte: SIAFI 2022

NOTA 7 – BENS IMÓVEIS

Os bens imóveis do TRE-RO são classificados como de uso especial uma vez que são destinados ao serviço da Administração Pública.

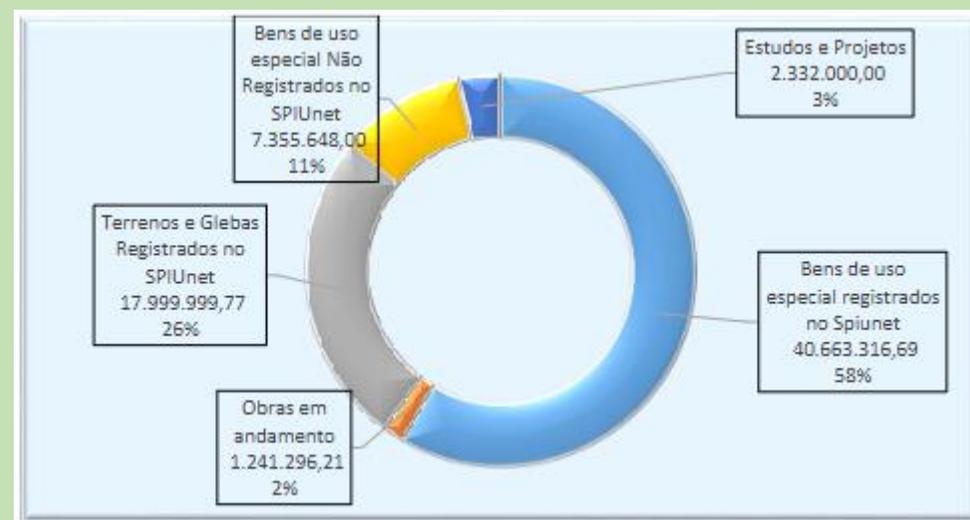
A composição contábil total dos imóveis do Tribunal apresenta-se da seguinte forma:

Descrição	Em R\$			
	DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)	AV(%)
Bens de uso especial registrados no Spiunet	40.663.316,69	27.726.536,52	46,66	58,43
Obras em andamento	1.241.296,21	-	-	1,78
Terrenos e Glebas Registrados no SPIUnet	17.999.999,77	14.461.433,22	24,47	25,86
Bens de uso especial Não Registrados no SPIUnet	7.355.648,00	5.790.272,84	27,03	10,57
Estudos e Projetos	2.332.000,00	2.332.000,00	-	3,35
Instalações	-	1.064.450,92	-100,00	-
Valor Bruto	69.592.260,67	51.374.693,50	35,46	100,00
(-) Depreciação Acumulada	-7.038,08	-1.479.102,78	-99,52	-0,01
TOTAL	69.585.222,59	49.895.590,72	39,46	99,99

Fonte: SIAFI 2022

Os bens imóveis do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia são controlados analiticamente através do Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet sob Gestão da Assessoria de Engenharia do Tribunal, onde ainda são realizados os registros de depreciação e reavaliação.

De acordo com a tabela acima, os Bens de uso especial registrados no SPIUnet correspondem a 58,43% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial, no montante de R\$ 40.663.316,69 em 31/12/2022 a valores brutos.



O quadro ao lado demonstra a evolução da depreciação acumulada de bens imóveis fazendo a comparação entre os exercícios de 2021 e 2022, bem como, são valores registrados nos imóveis no SIAFI e SPIUnet:

Imóvel	DEZ/2022	DEZ/2021
Saldo Anterior	1.479.102,78	1.457.817,03
Porto Velho	5.221,39	9.047,31
Estacionamento Veículos Oficiais - Anexo III	492,24	0,00
Ariquemes	904,68	5.501,39
Cacoal	593,63	3.845,15
Vilhena	202,51	355,20
Jaru	243,29	522,13
Ouro Preto do Oeste	202,77	444,04
Espigão do Oeste	33,73	96,93
Espigão do Oeste	0,00	440,68
Cerejeiras	246,59	545,18
Rolim de Moura	224,67	487,74
Ajuste na Depreciação Acumulada(junho22)	-1.480.430,20	0,00
Total	7.038,08	1.479.102,78

Fonte: SIAFI 2022

O valor da depreciação dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet, utilizando-se para tanto o método da Parábola de Kuentzle e art. 7º da Portaria Conjunta STN/SPU no 703, de 10/12/2014, registrado no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

O lançamento mensal da depreciação de bens imóveis é feito pela UG 170999 - Coordenação Geral de Contabilidade - CCONT/STN. A apuração da depreciação dos bens imóveis é de responsabilidade da mencionada Secretaria, com base nos valores constantes do Sistema SPIUNET. Os bens imóveis da União são gerenciados pela Secretaria de Patrimônio da União, por meio do SPIUNET (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União). Conforme estabelecido na Portaria Conjunta nº 703, de 10/12/2014. Os critérios para mensuração, atualização e reavaliação dos bens imóveis são descritos na citada Portaria.

Cabe informar que no mês de junho/2022 ocorreu ajuste na depreciação acumulada R\$ 1.480.430,20 dos bens imóveis cadastros no Spiunet, conforme conciliação entre planilha encaminhada pela SPU e lançada no SIAFI pela Coordenação Geral de Contabilidade/STN.

Bens de uso especial registrados no SPIUnet - Reavaliação de Ativos, Terrenos/Glebas, Bens de Uso Especial não registrado no Spiunet, Estudos e Projetos, Instalações e Obras em andamento

Imóvel	DEZ/2021	Última Reavaliação	Valorização	Ajuste/Mudança Classificação	Em R\$		
					DEZ/2022	AH%	AV%
Edifícios							
Porto Velho	22.023.654,94	15/02/2022	3.808.764,47		25.832.419,41	17,29	63,53
Estacionamento Veículos Oficiais - Anexo III	-	14/02/2022	4.501.319,37		4.501.319,37	-	11,07
Ariquemes	1.356.614,91	17/02/2022	2.170.570,61		3.527.185,52	160,00	8,67
Cacoal	1.056.894,25	21/02/2022	781.590,55		1.838.484,80	73,95	4,52
Vilhena	565.535,48	15/03/2022	602.478,93		1.168.014,41	106,53	2,87
Jaru	681.678,24	23/02/2022	330.895,98		1.012.574,22	48,54	2,49
Ouro Preto do Oeste	710.274,20	24/02/2022	169.421,64		879.695,84	23,85	2,16
Espigão do Oeste	93.371,59	23/02/2022	173.412,05		266.783,64	185,72	0,66
Cerejeiras	664.384,29	22/02/2022	190.701,58		855.085,87	28,70	2,10
Rolim de Moura	574.128,62	15/03/2022	207.624,99		781.753,61	36,16	1,92
Total - Edifícios	27.726.536,52		12.936.780,17		40.663.316,69	46,66	100,00
Porto Velho - Terreno Nova Sede	14.302.025,22	15/02/2022	3.697.974,55		17.999.999,77	25,86	100,00
Imóvel Setor de Transportes - Anexo III	159.408,00	14/02/2022	4.341.911,37	4.501.319,37	- -	100,00	-
Total - Terreno/Glebas	14.461.433,22		8.039.885,92		17.999.999,77		
Bens de uso especial não Reg. Spiunet	5.790.272,84		1.565.375,16		7.355.648,00 -	21,28	10,57
Estudos e Projetos	2.332.000,00		-		2.332.000,00	-	3,35
Instalações	1.064.450,92		-	1.064.450,92	-	-	-
Obras em andamento	-		-		1.241.296,21 -	100,00	1,78
TOTAL Geral	51.374.693,50				69.592.260,67	35,46	100,00

Fonte: SIAFI 2022

Quanto as variações ocorridas entre os exercícios de 2022 e 2021 são reflexos das seguintes movimentações:

a) os imóveis registrados no SPIUnet listados na conta de Edifícios e o Terreno Nova Sede incorporados ao patrimônio da União: foram reavaliados por meio de Laudo de avaliação feita por pessoa jurídica contratado que efetuou as reavaliações dos imóveis, após foram registrados no SPIUnet que é integralizado com o SIAFI;

b) os imóveis que tiveram maior impactos em suas reavaliações foram Ariquemes 160%, Vilhena 106,53% e Espigão do Oeste 185,72%;

c) Estacionamento Veículos Oficiais - Anexo III: ocorreu processo destinado atualização Imóvel denominado de Estacionamento dos veículos oficiais, Anexo III, imóvel já registrado no SIAFI, sob RIP nº 0003006415002 (terreno e benfeitorias), na conta Terrenos/Glebas, no valor de R\$ 4.501.319,37, conforme registros oriundos do SPIUNET. Referido valor é decorrente de atualização dos dados do imóvel e atualização do valor de avaliação do imóvel, por meio de Laudo de Avaliação promovido por empresa especializada no ramo da engenharia, cujo valor passou a configurar na conta de Edifícios registrado no SPIUnet, com isso, os procedimentos resultaram em valorização do Ativo Imobilizado no montante apurado;

d) Instalações: o valor R\$ 1.064.450,92 trata-se de ajustes referentes as obras de montagem de subestação aérea energia do TRE/RO que foram obras concluídas e incorporadas ao SPIUnet, em benefício ao Prédio SEDE (Porto Velho) – conta Edifícios, após avaliação do referido imóvel por meio de Laudo de Avaliação, que teve seu valor patrimonial devidamente atualizado.

e) Obras em andamento: trata-se de obras de ampliações dos Fóruns de Espigão do Oeste/RO no valor R\$ 336.238,75 e Ouro Preto do Oeste/RO no valor R\$ 905.057,46.

f) Estudos e projetos: permanecem em fase de elaboração e referido objeto encontra-se parcialmente executado estando o processo em fase de análise do projeto executivo.

BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET

Bens de uso especial não registrados no SPIUnet - Atualização de Ativos							Em R\$		
Imóvel	DEZ/2021	Última Atualização	Adições	Baixas	Ajuste	DEZ/2022	AH%	AV%	
Reforma e Ampliação - Forum Guajará -Mirim/RO	378.860,77	30/12/2022	338.653,31		-21.810,08	695.704,00	83,63	9,46	
Seção de Transportes e Estacionamento TRE-RO	1.385.369,40	-			-1.385.369,40	-	-100,00	-	
Cartório Eleitoral de Alta Floresta. RO	287.995,04	30/12/2022	240.684,96			528.680,00	83,57	7,19	
Ampliação Forum Eleitoral Alvorada do Oeste	424.856,95	30/12/2022	335.839,97		-152.868,92	607.828,00	43,07	8,26	
Construção Forum Eleitoral de Buritis/RO	598.116,26	30/12/2022	116.873,71		-44.892,97	670.097,00	12,03	9,11	
Cartório Eleitoral do Mun. De Costa Maques	502.116,62	30/12/2022	362.298,45		-242.530,07	621.885,00	23,85	8,45	
Construção Forum Eleitoral de Colorado do Oeste	555.130,33	30/12/2022	81.081,40		-28.207,76	608.003,97	9,52	8,27	
Cartório Eleitoral de Ji-Paraná. RO	318.588,30	30/12/2022	390.670,70			709.259,00	122,63	9,64	
Const. Do Cart. Eleitoral de Machadinho do Oeste.RO	242.715,11	30/12/2022	390.395,89			633.111,00	160,85	8,61	
Cartório de Nova Brasilândia. RO	312.513,44	30/12/2022	253.433,54		-37.266,90	528.680,08	69,17	7,19	
Construção do Cart. Eleit. De Pimenta Bueno.RO	226.280,07	30/12/2022	298.478,76		-57.811,83	466.947,00	106,36	6,35	
Cartório Eleitoral de Presidente Médice.RO	287.981,87	30/12/2022	277.601,84		-36.903,71	528.680,00	83,58	7,19	
Construção Cartório Eleitoral de Santa Luzia.RO	60.000,00	30/12/2022	498.622,89		-314.951,89	243.671,00	306,12	3,31	
Const. Do Cart. Eleitoral de São Miguel do Guaporé.RO	209.748,68	30/12/2022	303.353,27			513.101,95	144,63	6,98	
TOTAL	5.790.272,84		3.887.988,69	1.385.369,40	-937.244,13	7.355.648,00	27,03	100,00	

Fonte: SIAFI 2022

Os imóveis mencionados acima, não tem registro no SPIUNET por que os mesmos ainda não foram incorporados ao domínio da União, o que existe são processos de regularização junto a Superintendência do Patrimônio da União de Rondônia - SPU/RO. O procedimento a ser adotado é de realizar gestão do TRE-RO junto a SPU/RO para sua regularização.

Devido a atualizações de valores realizada pela Assessoria de Engenharia do Tribunal dos imóveis informando que a atualização neste sistema por meio da utilização do CUB desonerado do Sinduscon do mês de novembro de 2022, cujo o valor é R\$ 2.175,64/m², tipo padrão normal CAL 8, corresponde para os imóveis não registrados no SPIUNET apresentou valores negativos.

O imóvel Seção de Transportes e Estacionamento TRE-RO ocorreu ajuste com efeitos financeiros e patrimoniais de R\$ 1.385.369,40 e que foram considerados na avaliação do imóvel posto que se trata de obras concluídas e incorporadas ao SPIUnet.

ATIVO CONTINGENTES - BENS IMÓVEIS

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia em 2021 identificou, por meio de Auditoria, que os imóveis Centro de Memória Histórica do TRE/RO e um Terreno de Santa Luzia do Oeste/RO (Futura Sede do Fórum Eleitoral) não se encontravam registrado como patrimônio na conta do Ativo Imobilizado e nem no SPIUnet.

Após o apontamento pela Auditoria os referidos imóveis foram registrados como Ativos Contingentes na contabilidade do Tribunal.

O imóvel Centro de Memória registrado na contabilidade ao valor R\$ 467.901,19 e o Terreno de Santa Luzia R\$ 191.575,01.

Em agosto de 2022 o imóvel Centro de Memória foi registrado a baixa na conta de ativo contingente, posto que o bem foi devolvido à Superintendência do Patrimônio da União através do Ofício nº 53 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC de 24/12/2022 informando a desistência de incorporação e entrega do imóvel.

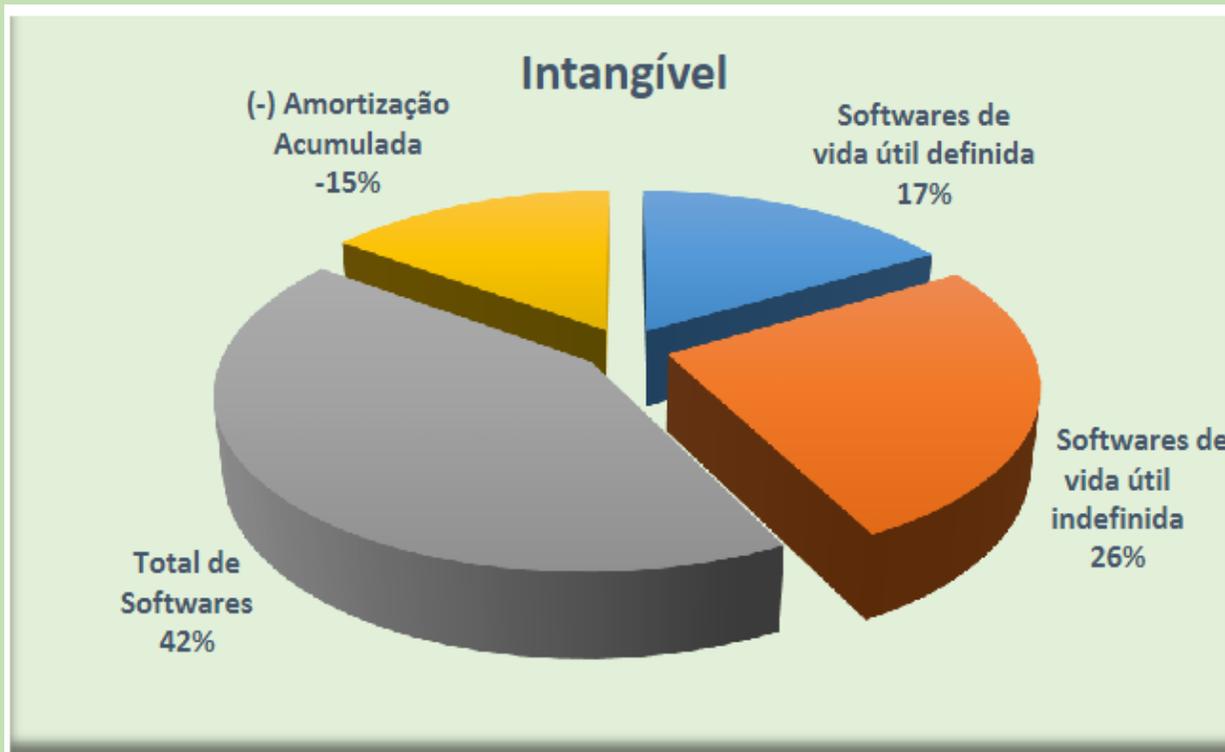
O Terreno de Santa Luzia encontra-se registrado na contabilidade e no mês de dezembro de 2022 ocorreu uma atualização negativa do imóvel, pela Assessoria de Engenharia do TRE/RO passando ao valor R\$ 150.000,00 uma redução de R\$ 41.575,01 tendo aquela Assessoria informado que a atualização por meio da utilização do CUB desonerado do Sinduscon do mês de novembro de 2022, cujo o valor é R\$ 2.175,64 / m², tipo padrão normal CAL 8, o correspondente para os imóveis não registrados no SPIUNET.

NOTA 8 – INTANGÍVEL

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade

Descrição	DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)	Em R\$
				AV(%)
Softwares de vida útil definida	2.733.546,60	2.733.546,61	0,00	38,90
Softwares de vida útil indefinida	4.293.600,13	3.730.750,13	15,09	61,10
Total de Softwares	7.027.146,73	6.464.296,74	8,71	100,00
(-) Amortização Acumulada	-2.472.619,86	-1.627.621,75	51,92	35,19
TOTAL	4.554.526,87	4.836.674,99	-5,83	64,81

Fonte: SIAFI 2022



O valor total de intangível é formado exclusivamente de licenças de software adquiridas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

A conta Softwares de vida útil indefinida teve um acréscimo de 15,09% decorrente das seguintes aquisições Solução de Gerenciamento de Acessos Privilegiados R\$ 371.250,00 e Software Solução de Gestão de Ativos e Patches R\$ 191.600,00.

A amortização acumulada em 2022 de R\$ 2.472.619,86 ocorre de acordo com a expectativa do tempo de uso, pelo sistema ASI do patrimônio, e são registrados mensalmente em despesas em contrapartida à conta de amortização acumulada

NOTA 9 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo

Conta Contábil	2022	2021	AH(%)	Em R\$
				AV(%)
Salários, Remunerações e Benefícios	7.876.365,69	4.966.488,51	58,59	82,47
Férias a Pagar	752.040,46	287.809,47	161,30	7,87
PSSS-Contribuição S/ Vencimentos e Vantagens	45.329,38	45.329,38	-	0,47
INSS-Contrib.S/Salários e Remunerações	9.054,06	-	-	0,09
PSSS-Contrib.S/Vencimentos e Vantagens	867.698,58	1.700.268,26	-48,97	9,09
TOTAL	9.550.488,17	6.999.895,62	36,44	100

Fonte: SIAFI 2022

O principal valor registrado R\$ 752.040,46 se refere a provisão de férias, que é realizada mensalmente e baixada quando do gozo férias por parte dos servidores.

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar são valores apropriados aos moldes do estipulado pelo regime de competência, consoante o Sistema de Folha de Pagamento da SGRH da JE (Macro função Siafi021142 –Folha de Pagamento), bem como a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

NOTA 10 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações da entidade junto a fornecedores com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo

Conta	DEZ/2022	DEZ/2021	Em R\$	
			AH(%)	AV(%)
Contas a Pagar Credores Nacionais	1.217.524,49	1.063.720,50	14,46	100
TOTAL	1.217.524,49	1.063.720,50		

Fonte: SIAFI 2022

NOTA 11 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Conta Contábil	DEZ/2022	DEZ/2021	Em R\$	
			AH(%)	AV(%)
PSSS - Vencimentos e Vantagens	25.101,50	25.101,50	-	8,78
Retenção Previdenciária - FRGPS	167.764,99	-	-	58,70
Plano de Previdência e Assistência Médica	74.031,58	221.639,34	- 66,60	25,90
Depósitos Retidos de Fornecedores	18.579,15	-	-	6,50
Diárias a pagar	336,00	-	-	0,12
TOTAL	285.813,22	246.740,84	15,84	100,00

Fonte: SIAFI 2022

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Líquido: É constituído, basicamente, pelo resultado do exercício e pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores.

Resultados Acumulados sob a ótica patrimonial, compreendem o resultado do exercício somado ao resultado de exercícios anteriores que compõem o Patrimônio Líquido da Entidade Pública.

Conta	DEZ/2022	DEZ/2021	Em R\$	
			AH(%)	AV(%)
Demais Reservas (Reserva de Reavaliação)	2.950.744,56	-	-	3,33
Resultados Acumulados	85.626.680,62	65.483.255,24	30,76	96,67
Resultado do Exercício	22.895.604,65	22.702.077,39	0,85	25,85
Resultados de Exercícios Anteriores	65.483.255,24	38.715.595,24	69,14	73,93
Ajustes de Exercícios Anteriores	-2.752.179,27	4.065.582,61	-167,69	-3,11
Tota do PL	88.577.425,18	65.483.255,24	35,27	100,00

Fonte: SIAFI 2022

Demais Reservas (Reserva de Reavaliação)

Nesta conta foram registrados os efeitos da atualização dos Bens Imóveis não cadastrados no SPIUnet com efeitos espelhados no Relatório de Auditoria e planilha com valores atualizados pela Assessoria de Engenharia do Tribunal, tendo sido apurado que alguns imóveis estavam com valores subavaliados e outros superavaliados, e que tiveram reflexo na conta de reserva de reavaliação (PL) em atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Resultado do Exercício

O resultado apurado decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (R\$ 137.663.037,12) com as variações patrimoniais diminutivas (R\$ 114.767.432,47) estas detalhadas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. O Resultado do Exercício 2022 foi positivo em R\$ 22.895.604,65 representando um significativo aumento nas variações patrimoniais aumentativas do órgão.

NOTA 13 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Descrição	Valor
Saldo em 31/12/2021	4.065.582,61
Ajuste conta pagamento antecipado de pessoal	52.578,66
Ajuste de liquidação de despesas de exercícios ant.	2.466.360,02
Ajuste de depreciação das urnas eletrônicas	848.479,50
Material permanente(incorporação)	3.482,28
Ajuste depreciação acumulada (imóveis cad. No SPIUnet)	1.480.430,20
Ajuste reconhecimento de passivo de pessoal	1.827.207,18
Ajuste passivo sobre passivo pessoal	958.533,68
Saldo em 31/12/2022	2.752.179,20

Fonte: SIAFI 2022

Esta conta teve saldo positivo de R\$ 2.752.179,20 decorrente dos seguintes eventos apontados na tabela acima. O valor R\$ 2.466.360,02 é proveniente da baixa de variação patrimonial diminutiva com transferência de saldo para conta de ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido do tribunal, referente a liquidação de despesas de exercícios anteriores de Pessoal.

Quanto ao valor R\$ 848.479,50 nos termos da orientação SAD/TSE ocorreram 2 ajustes contábeis referentes ao valor da despesa de depreciação e da depreciação acumulada para urnas eletrônicas modelos 2013 e 2015, com vistas à adequação ao regime de competência. 1º ajuste reclassificou valores registrados a maior de despesa de depreciação do exercício atual. O valor a maior entre a despesa de depreciação do exercício de 2022 e a despesa de depreciação que deveria ter sido registrado em exercícios passados, sendo reclassificada para ajustes de exercícios anteriores. Quanto ao 2º ajuste o valor da diferença entre a depreciação acumulada atual registrada e a depreciação acumulada que deveria ter sido registrada foi lançada a débito na conta ajustes de exercícios anteriores e a crédito a conta de depreciação acumulada. Esses procedimentos regularizam, por fim, o valor contábil da depreciação acumulada, dos ajustes de exercícios anteriores e da despesa de depreciação do exercício de 2022, para os modelos citados das urnas eletrônicas.

O ajuste depreciação acumulada (imóveis cad. No SPIUnet) no valor R\$ 1.480.430,20 foi explicado na nota 7 – Bens Imóveis.

O ajuste reconhecimento de passivo de pessoal no valor R\$ 1.827.207,18 (despesas com quintos – remuneração) decorrente de reconhecimento de passivos sem cobertura orçamentária.

O ajuste passivo sobre passivo pessoal no valor R\$ 958.533,68 trata-se registro de baixa de passivo permanente decorrente de ajustes de reconhecimento de passivos de pessoal, sobre PSSS-Contribuição S/Vencimentos e vantagens (PSSS Patronal).

NOTA 14 – QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO	Em R\$	
	2022	2021		2022	2021
ATIVOS	99.631.251,06	73.793.612,20	PASSIVOS	23.336.970,32	16.779.090,58
ATIVO FINANCEIRO	5.632.697,99	5.343.177,08	PASSIVO FINANCEIRO	18.583.410,01	13.358.434,76
ATIVO PERMANENTE	93.998.553,07	68.450.435,12	PASSIVO PERMANENTE	4.753.560,31	3.420.655,82
			SALDO PATRIMONIAL	76.294.280,74	57.014.521,62

Fonte: SIAFI 2022

NOTA 15 - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE) - SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Conta Contábil	Em R\$			
	DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)	AV(%)
CONTRATOS DE SEGUROS EM EXECUÇÃO	87.000,01	52.000,00	67,31	0,26
CONTRATOS DE SERVICOS EM EXECUÇÃO	33.530.967,55	19.119.071,40	75,38	99,35
CONTRATOS DE ALUGUEIS EM EXECUÇÃO	79.513,11	123.308,09	-35,52	0,24
CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	53.414,50	58.943,60	-9,38	0,16
TOTAL - Obrigações Contratuais a Executar	33.750.895,17	19.353.323,09	74,39	100

Fonte: SIAFI 2022

Quadro de Compensações evidencia os atos administrativos que não afetam o patrimônio do TRE/RO de imediato, mas que podem vir a afetá-lo no futuro. Em 31/12/2022 a entidade possuía um saldo de (R\$ 33.750.895,17) de obrigações contratuais relacionado a parcelas de contratos que serão executadas no próximo (s) exercício (s). Em seguida, são elencadas as entidades contratantes com valores mais expressivos referente a serviços

CONTRATOS 025 E 026/2017 - ENERGIA ELÉTRICA

•1.074.959,24

CONTRATOS 023 E 024/2017 - ENERGIA ELÉTRICA

•793.340,21

ELABORAÇÃO DE PROJETO NOVA SEDE DO TRE-RO

•416.000,00

SERV MANUT PREV E CORRET SISTEMA DE AR COND

•248.183,51

SERVIÇO DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO EM TRE-RO PVH

•295.518,36

MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TIC.

•2.250.758,97

G3 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

•3.435.747,63

RG SEG.E VIGILÂNCIA LTDA-VIGILÂNCIA ARMADA

•1.795.345,06

UNIMED - PORTO VELHO. TRE-RO. CT 008/2020.

•1.882.543,61

EMPRESA ODONT - OPERADORA ODONTOLÓGICA LTDA.

•45.883,20

MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.

•960.041,97

CLARO S.A - TRE-RO.

•375.498,56

COMPLIANCE SERV. DE LOC. E GEST. MÃO DE OBRA.

•7.283.569,09

CIEE-CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA

•246.532,87

MC COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVICO

•2.616.287,58

NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI

•6.537.500,00

NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS

VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Compreende as variações patrimoniais aumentativas com penalidades pecuniárias decorrentes da inobservância de normas e com rendimentos destinados a indenização pelo atraso no cumprimento da obrigação representando o resultado das aplicações impostas ao contribuinte.

VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA	Em R\$		
	DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
Transferências e Delegações Recebidas	111.065.156,15	95.913.633,84	15,80
Outras Transferências e Delegações Recebidas	143.088,52	165.735,50	-13,66
Reavaliação de Ativos	16.475.346,72	23.760.578,34	-30,66
Ganhos com Incorporação e Alienação de Ativos	7.791.558,29	76.067,82	10142,91
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.271.455,27	888.422,21	155,67

Fonte: SIAFI 2022

NOTAS 16 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Transferências e Delegações Recebidas		
DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
111.065.156,15	95.913.633,84	15,80

Cuida-se dos recursos recebidos do Tesouro Nacional para adimplemento de despesas no decorrer do exercício 2022, esses recursos recebidos por meio de sub-repasse para pagamento de despesas de manutenção das atividades do TRE/RO, observa-se uma variação positiva (15,8%) em razão de ser ano eleitoral, ou seja, em ano eleitoral as despesas são maiores para realização das eleições.

NOTAS 17 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Compreende as variações patrimoniais aumentativas decorrentes de demais transferências e delegações recebidas não compreendidas nas contas anteriores.

Outras Transferências e Delegações Recebidas

DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
143.088,52	165.735,50	-13,66

O valor de R\$ 143.088,52 registrado nesta conta, refere-se a transferência recebidas de outro regional (tampa da mídia de aplicação e de resultado- UE2020 e material elétrico e eletrônico) e transferências de Urnas Eletrônicas de outros Tribunais Regionais Eleitorais para a realização das eleições 2021(urna eletrônica, modelo 2015)

NOTAS 18 – REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

Compreende a variação patrimonial aumentativa relativa à adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil.

Reavaliação de Ativos

DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
16.475.346,72	23.760.578,34	-30,66

Esse aumento foi decorrente de que no mês de fevereiro de 2022 que foram reavaliados, pela Assessoria de Engenharia do órgão, vinculada à SAOFC, na conta de Edifícios.

Essas reavaliações geraram saldo na conta Reavaliação de Bens Imóveis decorrentes de registros automáticos gerados pelo sistema, o problema decorreu devido a não atualização do sistema SPiunet e por falta de rotina corretas no SIAFI estabelecida pela STN para ajuste, o TSE orientou efetuar os ajustes na contabilização de reavaliação de imóveis transferindo o saldo a conta de VPA(reavaliação de bens imóveis) para reserva de reavaliação no Patrimônio Líquido

No entanto, a CCONT/STN no mês de abril registrou no SIAFI uma reclassificação da conta de Patrimônio Líquido para a conta reavaliação de bem imóveis até a implantação pela SPU em sistema específico, da rotina contábil de reserva de reavaliação, em cumprimento ao MCASP/2022 e NBCT TSP 07.

NOTAS 19 – GANHOS COM INCORPORAÇÃO E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Ganhos com Incorporação e Alienação de Ativos

DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
7.791.558,29	76.067,82	10142,91

Ganhos com incorporação de Ativos refere-se a recebimento de mídias de aplicação UE2020, mídias de resultado, recebimento de urnas eletrônicas, de livro código eleitoral adquirido pelo TSE, lacres para urnas e estorno de bens móveis retornado ao patrimônio do tribunal.

NOTAS 20 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Compreende outras variações patrimoniais aumentativas não classificadas em itens específicos

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
2.271.455,27	888.422,21	155,67

No Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia compreende os valores arrecadados através de recolhimentos de multas administrativas e multas específicas da legislação eleitoral.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD	DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)	Em R\$
				AV
Pessoal e Encargos	67.711.526,78	64.497.314,67	4,98	59,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10.150.548,38	9.263.981,00	9,57	8,84
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	31.921.370,89	22.317.975,48	43,03	27,81
Transferências e Delegações Concedidas	2.220.060,80	1.518.533,69	46,20	1,93
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.691.400,68	273.983,97	882,32	2,35
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	651,11	-	-	0,00
Tributárias	53.528,11	40.077,61	33,56	0,05
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	18.345,72	26.569,56	-30,95	0,02
TOTAL	114.767.432,47	97.938.435,98	17,18	100%

Fonte: SIAFI 2022

NOTAS 21 – PESSOAL E ENCARGOS

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Representa as despesas com pagamento de pessoal do Tribunal, sem variação significativa em relação ao exercício anterior. Composta pelas contas de Remuneração a Pessoal (R\$ 54.652.057,61) e Encargos Patronais (R\$ 9.066.526,63). Verifica-se um aumento na rubrica Pessoal e Encargos de (4,98%), atribuindo-se este ao fato de se tratar de ano eleitoral, havendo um dispêndio maior com pessoal, notadamente inclusive com serviço extraordinário.

Pessoal e Encargos

DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
67.711.526,78	64.497.314,67	4,98

Pessoal e encargos/benefícios previdenciários e assistenciais - composição Em R\$				
	2022	2021	AH%	AV%
Remuneração a Pessoal	54.652.057,61	51.208.182,86	6,73	80,71
Vencimentos e Salários	15.304.901,85	11.228.957,75	36,30	22,60
Abonos	600.445,74	652.988,96	-8,05	0,89
Adicionais	55.779,11	959.254,48	-94,19	0,08
Gratificações	30.366.474,67	29.929.696,60	1,46	44,85
Férias RPPS	4.643.258,38	4.422.709,14	4,99	6,86
13ª Salário RPPS	3.423.264,78	3.537.533,93	-3,23	5,06
Vencimentos e Salários	45.943,71	-	-	0,07
Gratificações RGPS Função Comissionada	173.061,03	69.698,35	148,30	0,26
Férias RGPS	14.707,25	396.061,68	-96,29	0,02
13ª Salário RGPS	24.221,09	11.281,97	114,69	0,04
Encargos Patronais	9.066.526,63	9.449.181,46	-4,05	13,39
Contribuição patronal para o RPPS	8.742.685,42	9.186.783,94	-4,83	12,91
Contribuições previdenciárias - INSS	77.324,32	43.988,95	75,78	0,11
Complementação previdenciária	246.516,89	218.408,57	12,87	0,36
Benefícios a Pessoal	3.056.035,14	3.144.515,13	-2,81	4,51
Auxílio alimentação	2.523.852,22	2.250.275,53	12,16	3,73
Auxílio Creche	508.008,91	894.239,60	-43,19	0,75
Auxílio alimentação	19.856,29	-	-	0,03
Auxílio Creche	4.317,72	-	-	0,01
Outras VPD - Pessoal e Encargos	936.907,40	695.255,22	34,76	1,38
Requisitado de outros órgãos - União	179.712,88	149.485,72	20,22	0,27
Requisitado de outros órgãos - Estado	455.619,11	377.408,70	20,72	0,67
Requisitado de outros órgãos - Municípios	301.575,41	168.360,80	79,12	0,45
TOTAL	67.711.526,78	64.497.134,67	4,98	100,00

Fonte: SIAFI 2022

NOTAS 22 – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), além das ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
10.150.548,38	9.263.981,00	9,57

O acréscimo também decorre da do aumento do número de servidores aposentados no exercício 2022.

Benefícios Previdenciários e assistenciais - composição Em R\$				
	2022	2021	AH%	AV%
Proventos - Pessoal Civil	6.269.391,98	5.819.788,27	7,73	61,76
Aposentadorias Penden.Aprovação	2.392.273,31	1.870.970,44	27,86	23,57
Graficações	222.266,70	203.459,48	9,24	2,19
Pensões Civis	1.251.141,40	1.360.406,75	-8,03	12,33
Outros Benefícios Assistenciais	15.474,99	9.356,06	65,40	0,15
TOTAL	10.150.548,38	9.263.981,00	9,57	100,00

Fonte: SIAFI 2022

NOTAS 23 – USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
31.921.370,89	22.317.975,48	43,03

Despesas no exercício 2022 houve aumento expressivo, posto que é ano de eleição. Esse grupo de contas representa as variações patrimoniais diminutivas necessárias à manutenção das atividades operacionais, correspondem às despesas com materiais de consumo imediato e para estoque, bolsa de estágio, serviços de assistência médico-hospitalar, capacitação, manutenção predial, serviços conservação e limpeza, dentre outros.

Dentre os materiais que tiveram aumento por ser ano eleitoral destacam-se: combustíveis, gênero de alimentação, diárias e serviço de transporte, passagem e locomoção de pessoas.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - composição em R\$

	2022	2021	AH%	AV%
USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE C				
Uso de Material de Consumo	2.413.771,95	581.961,03	314,77	7,56
CONSUMO DE MATERIAIS ESTOCADOS - A	1.333.593,49	265.153,97	402,95	4,18
CONSUMO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFIC	295.825,83	65.907,29	348,85	0,93
CONSUMO DE GENEROS DE ALIMENTACAO	78.523,04	5.658,90	1287,60	0,25
CONSUMO DE MATERIAL DE PROCESSAMENTO	99,90	-	-	0,00
CONSUMO DE MATERIAL FARMACOLOGICO	108.027,72	77.550,00	39,30	0,34
CONSUMO DE MATERIAL HOSPITALAR	7.052,53	-	-	0,02
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	582.169,44	167.690,87	247,17	1,82
DISTRIBUICAO DE MATERIAL GRATUITO	8.480,00	-	-	0,03
serviços	25.853.698,26	18.636.553,34	38,73	80,99
Diárias	1.020.419,83	54.555,84	1770,41	3,20
SERVICOS TERCEIROS - PF - CONSOLID	2.491.472,31	168.237,33	1380,93	7,81
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	42.430,02	48.478,06	-12,48	0,13
SERV. DE APOIO ADM., TECNICO E OPE	2.300.227,38	-	-	7,21
LOCACOES E ARRENDAMENTOS - PF	140.504,28	110.932,90	26,66	0,44
SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TER	-	4.189,37	-100,00	0,00
SERVICOS PRESTADOS DIVERSOS - PF	8.310,63	4.637,00	79,22	0,03
SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLID	22.341.806,12	18.413.760,17	21,33	69,99
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	5.010.866,29	5.108.180,89	-1,91	15,70
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E O	11.223.938,38	10.016.977,83	12,05	35,16
SERVICOS COMUNICACAO, GRAFICO E AU	874.178,48	365.962,66	138,87	2,74
SERV.TRANSP.,PASSAGEM,LOCOMOCAO E	989.501,46	4.756,37	20703,71	3,10
SERVICOS ADMINISTRATIVOS - PJ	-	240,00	-100,00	0,00
SERVICOS ASSISTENCIAIS - PJ	-	2.570,66	-100,00	0,00
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS	870.213,04	692.047,04	25,74	2,73
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL O	3.052.215,72	1.849.624,30	65,02	9,56
SERVICOS EDUCACIONAIS E CULTURAI	74.026,62	144.126,99	-48,64	0,23
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	118.740,52	23.139,35	413,15	0,37
SEGUROS EM GERAL	68.954,66	59.111,34	16,65	0,22
CONSERVACAO/MANUTENCAO ATIVOS INFR	6.618,00	11.505,59	-42,48	0,02
SERVICOS PRESTADOS DIVERSOS - PJ	52.316,53	135.278,37	-61,33	0,16
SERV.COMUNICAC.,GRAFICOS E AUDIOVI	236,42	238,78	-0,99	0,00
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTA	3.653.900,68	3.099.461,11	17,89	11,45
Bens Móveis	2.800.537,07	2.233.194,04	25,41	8,77
Bens Imóveis	8.365,50	21.285,75	-60,70	0,03
Intangíveis	844.998,11	844.981,32	0,00	2,55
TOTAL	31.921.370,89	22.317.975,48	43,03	100,00

Fonte: SIAFI 2022

NOTAS 24 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

Transferências e Delegações Concedidas

DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
2.220.060,80	1.518.533,69	46,20

Acréscimo decorrente de aumento nos valores arrecadados de penalidades pecuniárias da legislação eleitoral em decorrência do período eleitoral, que, apesar de arrecadadas por esta unidade gestora, são automaticamente transferidas ao Tesouro Nacional, posto tratar-se de recursos consignados ao Tesouro Nacional da lei de orçamento, bem como desincorporação de ativos por doação/transferências a outros Regionais - Urnas Eletrônicas.

NOTAS 25 – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
2.691.400,68	273.983,97	882,32

O acréscimo decorrente de registro de envio para inscrição em dívida ativa não tributária decorrente de multa administrativa imposta a empresa Unimed Norte Nordeste e ajustes nos saldos de bens imóveis referentes a obras concluídas e incorporadas ao SPIUnet.

NOTAS 26 – TRIBUTÁRIAS

Tributárias

DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
53.528,11	40.077,61	33,56

Trata-se de pagamentos taxas de resíduos sólido, licenciamento anual e taxas (bombeiros), taxa atualização cadastral junto a SUFRAMA, taxa de anotação de responsabilidade técnica referente a execução de reformas dos fóruns eleitorais, dentre outros.

NOTAS 27 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
18.345,72	26.569,56	-30,95

O valor de R\$ 18.345,72 engloba ressarcimento de cessão de área de imóvel do TJ/RO, reembolso de despesa, despesa com restituição de auxílio-bolsa de pós-graduação e pagamento de mandados judiciais cumpridos por oficial de justiça.

NOTAS 28 – RESULTADO PATRIMONIAL

Espelha o confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e a Variações Patrimoniais Diminutivas.

Resultado Patrimonial

DEZ/2022	DEZ/2021	AH(%)
22.895.604,65	22.702.077,39	0,85

O resultado patrimonial do exercício financeiro foi superavitário na ordem de R\$ 22.895.604,65 (vinte e dois milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos), sendo esta importância consignada no Balanço Patrimonial, na conta do Patrimônio Líquido, cujos resultados acumulados totalizam R\$ 85.626.680,62

NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTAS 29 – RECEITAS REALIZADAS

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

O balanço orçamentário apresenta déficit de receita orçamentária no montante de R\$ 117.568.249,59 em função deste órgão não possuir receitas orçamentárias, pois apenas executa despesas orçamentárias para a prestação dos serviços públicos e realização de investimentos, não sendo, portanto, um agente arrecadador. Observe-se que o valor do déficit orçamentário corresponde ao valor total das despesas empenhadas

NOTAS 30 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS – EMPENHADAS (EXECUÇÃO)

Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada.

Apresenta valores empenhados 117.568.249,59 superiores às disponibilidades da coluna “Dotação Atualizada” nas rubricas de “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes” tendo em vista que nas regras de cálculo da dotação atualizada no SIAFI não são considerados os valores recebidos de outras unidades do orçamento fiscal e da seguridade social por descentralização.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

NOTAS 31 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

O quadro a seguir demonstra o grau de execução dos restos a pagar não processados:

Execução dos Restos a Pagar não processados					Em R\$
Despesas Orçamentárias	Inscritos(menos os cancelados (a))	Liquidados (b)	Pago (c)	Saldo	%execução =(c/a)
DESPESAS CORRENTES	4.592.414,27	4.592.414,27	3.361.141,21	1.231.273,06	73,19
Pessoal e Encargos Sociais	2.262.309,01	2.262.309,01	1.053.675,01	1.208.634,00	46,58
Outras Despesas Correntes	2.330.105,26	2.330.105,26	2.307.466,20	22.639,06	99,03
DESPESAS DE CAPITAL	2.205.728,18	1.245.686,21	1.227.149,01	978.579,17	55,63
Investimentos	2.205.728,18	1.245.686,21	1.227.149,01	978.579,17	55,63
TOTAL	6.798.142,45	5.838.100,48	4.588.290,22	2.209.852,23	67,49

Fonte: SIAFI 2022

NOTAS 32 – RESTOS A PAGAR

Compreende o valor de restos a pagar processados e não processados de exercícios anteriores acrescidos dos relativos ao exercício imediatamente anterior.

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia iniciou o exercício com um montante de R\$ (13.358.434,76) de restos a pagar processados e não processados inscritos e reinscritos no encerramento de 2021 para execução em 2022.

Restos a Pagar					Em R\$
Categoria	Restos a Pagar Processados e Não Processados				Saldo
	Reinscritos	Inscritos	Cancelados	Pagos	
Pessoal e Encargos Sociais	4.815.975,30	1.393.632,08	121.317,73	1.275.314,35	4.812.975,30
Outras Despesas Correntes	7.328,80	3.999.770,40	1.590.060,94	2.394.399,20	22.639,06
Investimentos	936.000,00	2.205.728,18	0,00	1.227.149,01	1.914.579,17
TOTAL	5.759.304,10	7.599.130,66	1.711.378,67	4.896.862,56	6.750.193,53

Fonte: SIAFI 2022

Dos restos a pagar de pessoal e encargos sociais destaca-se a inscrição/reinscrição do montante de R\$ 4.815.975,30 referentes a passivos pendentes de pagamento e/ou cancelamentos por aguardar resultado de demandas administrativas.

Os investimentos inscritos em restos a pagar representados em maior peso pelo valor de R\$ 1.914.579,17 cujas condições contratuais para pagamento não foram atingidas até o encerramento do exercício.

No grupo de outras despesas correntes reinscritos/inscritos num montante de R\$ 4.007.099,20 encontram-se as faturas de despesas continuadas referentes a dezembro/2021, serviços de manutenção predial ainda em execução no encerramento de 2022. Essas despesas tiveram execução praticamente integral até o encerramento do exercício financeiro de execução (2022).

NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As Transferências Financeiras Recebidas refletem as movimentações de recursos financeiros orçamentários e extra orçamentários entre órgãos e entidades da Administração Pública, incluindo os recursos relativos aos Restos a Pagar.

NOTAS 33 – INGRESSOS

Do total de ingressos de R\$ 130.281.872,02 no exercício de 2022, cabe destacar:

Transferências financeiras recebidas, por meio de sub-repasses recebidos R\$ 109.812.793,29;

Transferências recebidas para pagamento de restos a pagar R\$ 1.039.243,99;

Recebimentos extraordinários referentes às multas administrativas e valores apurados em prestações de contas eleitorais e partidárias R\$ 2.095.924,34

NOTAS 34 – DISPÊNDIOS

Do total dos dispêndios de R\$ 130.281.872,02 no exercício de 2022, cabe evidenciar:

Despesas orçamentárias R\$ 117.568.249,59;

Transferências financeiras concedidas - repasses ao Tesouro Nacional da arrecadação de multas administrativas e de valores apurados em processos de prestação de contas eleitorais - R\$ 2.096.575,39;

Pagamento de Restos a Pagar R\$ 4.896.862,56.

NOTA EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa evidencia a movimentação ocorrida no caixa e seus equivalentes de caixa, demonstrados por meio de ingressos e desembolsos de recursos financeiros.

NOTAS 35 – INGRESSOS

Em 2022 ocorreram ingressos na ordem de R\$ 113.105.780,90, provenientes de:

- Transferências financeiras recebidas por meio de sub-repasses do Tribunal Superior Eleitoral R\$ 110.852.688,33;
- Arrecadação de multas administrativas e de valores apurados em processos de prestação de contas eleitorais R\$ 2.095.924,34.

NOTAS 36 – DISPÊNDIOS

Ocorreram desembolsos no valor de R\$ 108.486.264,37, assim discriminados:

R\$ 97.485.217,31 relativos ao pagamento de pessoal e demais despesas para manutenção das atividades do Tribunal;

R\$ 2.096.575,39 de repasse ao Tesouro Nacional da arrecadação de multas administrativas e de valores apurados em processos de prestação de contas eleitorais;

R\$ 8.816.985,18 de transferências concedidas de contribuição patronal para a previdência social;

R\$ 4.329.995,62 em investimentos.

Os ingressos de R\$ 113.105.780,90 foram assim aplicados: R\$ 108.486.264,37 nas Atividades de Operações e R\$ 4.329.995,62 nas Atividades de Investimentos.

NOTAS 35 – RESULTADO FINANCEIRO E GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Resultado Financeiro	
Apuração do Resultado Financeiro	(R\$)
Caixa e Equivalentes de Caixa para o Exercício Seguinte	5.632.697,99
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa saldo do Exercício Anterior	5.343.177,08
Resultado Financeiro do Exercício (Superávit)	289.520,91

O Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro e a Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa apurada na Demonstração dos Fluxos de Caixa correspondem ao desempenho financeiro do órgão no exercício (fluxo de caixa líquido).

Cuida-se de valores concentrados na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento que registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da Conta Única destinado a despesas de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

Outras informações relevantes: por exemplo: passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos; divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas; reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro; ajustes decorrentes de omissões e erros de registro

Principais Mudanças nas estimativas Contábeis

Foram registrados em contas de controle (ativos contingentes) os imóveis Centro de Memória Histórica do TRE/RO e o Terreno de Santa Luzia do Oeste/RO, sendo o Centro de Memória devolvido, posteriormente, à SPU.

Realizada Reavaliação de Bens Móveis (Urnas Eletrônicas) modelos 2013 e 2015 para ajustes contábeis referentes ao valor da despesa de depreciação e da depreciação acumulada, com vistas à adequação ao regime de competência.

Reavaliações de 12 imóveis que consta listado na nota 7, nos meses de fevereiro e março, no SPIunet pela equipe de engenharia do tribunal.

O Imóvel de Espigão do Oeste possuía dois RIPs registrado no SPIunet havendo duplicidade de registro, com isso foi providenciado a baixa do RIP 0025000145004 em 2021.

Todas as informações relevantes encontram-se expostas no conteúdo das notas explicativas do item acima.

Sobre itens específicos (diretriz materialidade), ressalta-se que:

1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos;	Tratamentos evidenciados no conteúdo das notas explicativas no item acima, não havendo outras informações relevantes a acrescentar.
2. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados;	Não aplicável à realidade e atribuições do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
3. Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber;	Evidenciado no conteúdo das notas explicativas no item acima, não havendo outras informações relevantes a acrescentar.
4. Evidenciação do del-credere das demonstrações contábeis;	Não aplicável à realidade e atribuições do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
5. Revisão dos critérios adotados classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras;	Não houve revisão desses critérios no exercício 2018 no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
6. Informações sobre as operações de financiamento;	Não aplicável à realidade e atribuições do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
7. Demonstrativo específicos sobre subsídios e resultado operacional.	Nada a acrescentar, além das informações e demonstrativos auxiliares das notas explicativas.

Indicações de locais ou endereços eletrônicos em que balanços, demonstrações e notas explicativas estão publicadas e/ou podem ser acessadas em sua íntegra:

Todas as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas podem ser encontradas no endereço eletrônico a seguir:
<https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis>

Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis em caso de a UPC possuir em sua composição mais de uma entidade contábil, considerando que: - as UPC que compreenderem apenas um órgão no Siafi devem considerar os valores contábeis consolidados nesse órgão; - as UPC que compreenderem mais de um órgão no Siafi devem apresentar informações referentes aos principais dados desses órgãos de forma individualizada e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC; - as UPC que não atuam no Siafi devem adotar procedimento semelhante, considerando que, caso haja em sua composição unidades com estrutura contábil independente, devem apresentar informações contábeis resumidas referentes aos principais saldos das contas dessas unidades de forma individualizada, e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC:

Registra-se que o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não possui mais de uma entidade em sua composição, não compreende mais de um órgão no SIAFI, não comporta unidades com estrutura contábil independente e toda sua escrituração contábil está registrada no SIAFI e espelhada nas suas demonstrações contábeis.

ANEXOS, APÊNDICES E LINKS Se aplicáveis, documentos e informações de elaboração da UPC ou de terceiros úteis à compreensão do relatório, que podem ser fornecidos mediante links, nesta ou nas seções anteriores ao longo do relatório de gestão, para documentos, tabelas, páginas ou painéis de informação já produzidos pela UPC:

Todas as informações necessárias à compreensão do relatório seguem registradas em seu bojo.

05

**ANEXOS, APÊNDICES, LINKS E
OUTRAS INFORMAÇÕES**

ANEXOS E APÊNDICES



Declaração de Integridade do Relato Integrado pelos responsáveis pela Governança

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

Considerando a Resolução TRE-RO n. 07/2017, que dispõe sobre o Sistema de Governança e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, e o disposto em seu art. 10, que atribui ao Comitê Estratégico a competência para acompanhar e avaliar os resultados da gestão estratégica deste Tribunal, na qualidade de Presidente do Comitê Gestor, atesto a integridade do Relatório Integrado de Gestão do Exercício 2022, bem como confirmo a aplicação do pensamento coletivo na preparação e na apresentação do mesmo.

Lia Maria Araújo Lopes



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

RELATÓRIO Nº 1/2023 - COMISSÕES/CPDSA

No ano de 2022 tramitaram, perante esta Comissão de Processo Disciplinar e Sindicância Administrativa – CPDSA, a Sindicância Administrativa nº 0003113-31.2022.6.22.8000 e o Processo Administrativo Disciplinar nº 0003020-68.2022.6.22.8000.

Vejamos os respectivos objetos, relatórios, manifestações e atual fase:

1. Sindicância nº 0003113-31.2022.6.22.8000

Objeto: Sinistro de Veículo

Relatório da CPDSA: Propôs o arquivamento

Manifestação da Diretoria Geral: Pelo arquivamento

Fase atual: Conclusos a Presidência

2. Processo Administrativo Disciplinar nº 0003020-68.2022.6.22.8000

Objeto: Apuratório de fatos, em tese, caracterizadores de infrações administrativas referentes a utilização indevida de bens deste Tribunal, dano ao patrimônio público, falta de urbanidade e manifestação de desprezo, fatos que, em tese podem implicar na possível violação ao contido nos artigos 116 e 117 da Lei n. 8.112/90

Fase atual: Em tramitação na comissão

É o relatório que submetemos.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO SILVA MARINHO**, Presidente da Comissão, em 09/02/2023, às 12:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0975851** e o código CRC **B8D7B33C**.

LISTA DE ABREVIATÖES

SIGLA	DESCRITÖO
A3P	– Agenda Ambiental da AdministraçÖo PÖblica
AJDG	– Assessoria da Diretoria Geral
ALV	– Apoio Logístico Voluntário
AMES	– SeçÖo de AssistÖncia MÖdica e Social
ASEPA	– Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias
ASEPA	– Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias
ASGP	– Assessoria da Secretaria de GestÖo de Pessoas
ASPLAN	– Assessoria de Planejamento EstratÖgia e GestÖo
ASRICO	– Assessoria de GestÖo de Riscos e Controle
ASSACOM	– Assessoria de Acompanhamento e OrientaçÖo da GestÖo
ASSAUD	– Assessoria de auditoria e exame de contas eleitorais
ASSCRE	– Assessoria da Corregedoria
ASSIMCOS	– AssistÖncia de Imprensa e ComunicaçÖo Social
ASSPLENO	– Assessoria ao Pleno
ASSPRES	– Assessoria da PresidÖncia
AUDI	– Assessoria de Auditoria Interna
BDA	– Boletim de Direito Administrativo
BLC	– Boletim de LicitaçÖes e Contratos
BSC	– <i>Balanced Scorecard</i> (Indicadores Balanceados de Desempenho)
BU	– Boletim de Urna
CAND	– MÓdulo interno do sistema de Registro de Candidaturas
CANDEX	– MÓdulo externo do sistema de Registro de Candidaturas
CANDIN	– Cadastro Informativo
CATRE	– Colegiado Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
CAUVE	– Aditoria de VotaçÖo e Urnas Eletrônicas
CCIA	– Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria
CCONT	– CoordenaçÖo Geral de Contabilidade
CETTRAN	– Conselho Estadual de Trânsito
CGE	– Corregedoria-Geral da JustiçA Eleitoral
CIEE	– Centro de IntegraçÖo Empresa Escola

LISTA DE ABREVIATÖES

SIGLA	DESCRIÇÃO
CIOP	– Centro Integrado de Operações Policiais
CJD	– Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação
CLOG	– Coordenadoria de Logística
CNAE	– Classificação Nacional de Atividades
CNJ	– Conselho Nacional de Justiça
COAF	– Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COEDE	– Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento
COFC	– Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
COFIPE	– Comissão de Fiscalização da Propaganda Eleitoral
COINFE	– Coordenadoria de Infra-estrutura
COMAP	– Coordenadoria de Material e Patrimônio
COORCRE	– Coordenadoria da Corregedoria
COPAG	– Coordenadoria de Pagamento
COPEs	– Coordenadoria de Pessoal
COSE	– Coordenação de Segurança das Eleições
COSEG	– Coordenadoria de Serviços Gerais
COSUP	– Coordenadoria de Suporte
COTEP	– Coordenadoria Técnica e de Pagamento
COVID-19	– doença infecciosa causada por um Coronavírus
COZEL	– Comissão das Zonas Eleitorais
CPA	– Centro Político Administrativos de Porto Velho/RO
CPAD	– Comissão Permanente de Avaliação Documental
CPF	– Cadastro de Pessoa Física
CPPDS	– Comissão Permanente de Processo Disciplinar e Sindicância
CRE	– Corregedoria Regional Eleitoral
CRIP	– Coordenadoria de Registro e Informações Processuais
CUCO	– Sistema de controle do serviço extraordinário
DG	– Diretoria Geral
DJE	– Diário da Justiça Eletrônico
DPVAT	– Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
EAD	– Educação à Distância
EJE	– Escola Judiciária Eleitoral
GABDG	– Gabinete da Diretoria Geral

LISTA DE ABREVIações

SIGLA	DESCRIÇÃO
GABPRES	– Gabinete da Presidência
GABSAOFC	– Gabinete da SAOFC
GABSJGI	– Gabinete da SJGI
GABSTIC	– Gabinete da STIC
GOV	– Governamental
GSE	– Gabinete de Gerenciamento de Riscos
HE	– Hora extra
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDARON	– Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia
IES	– Instituto de Ensino Superior
IN	– Instrução Normativa
INFODIP	– Sistema de Informações de Direitos Políticos e Óbitos
INTOSAI	– <i>International Organization of Supreme Audit Institutions</i> (Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores)
ITAR	– Sistema de Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções
JE	– Justiça Eleitoral
JECRIME	– Juizado Especial Criminal Eleitoral
LDO	– Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	– Lei do Orçamento Anual
LTCAT	– Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho
MCASP	– Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MPU	– Ministério Público da União
NBC	– Normas Brasileiras de Contabilidade
ODS	– Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	– Organização das Nações Unidas
OS	– Ordem de Serviço
PAA	– Plano Anual de Auditoria Interna e Fiscalizações
PAC	– Plano Anual de Capacitação
PCMSO	– Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PCO	– Pesquisa de Clima Organizacional
PEI	– Planejamento Estratégico Institucional
PETIC	– Plano Estratégico de Tecnologia de Informática e Comunicação
PIE	– Planejamento Integrado das Eleições

LISTA DE ABREVIATÖES

SIGLA		DESCRIÇÃO
PJE	–	Processo Judicial Eletrônico
PLOA	–	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS	–	Plano de Logística Sustentável
PORT-CRE	–	Portal Transparência da Corregedoria
PPRA	–	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PRES	–	Presidência
RAE	–	Requerimento de Alistamento Eleitoral
RG	–	Relatório Geral
RGPS	–	Regime Geral da Previdência Social
RP	–	Restos a pagar
RPPS	–	Regime Próprio de Previdência Social
SADP	–	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos
SAOFC	–	Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
SEAGES	–	Seção de Acompanhamento de Gestão Contábil e Custos
SEATOS	–	Seção de Acompanhamento de Atos Administrativos
SEAU	–	Seção de Apoio ao Usuário
SEAUD	–	Seção de Auditoria e Prestação de Contas
SEBAD	–	Seção de Bando de Dados
SEBAP	–	Seção de Benefícios, Aposentadorias e Pensões
SECA	–	Seção de Contabilidade Analítica
SEDES	–	Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional
SEDESC	–	Seção de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos
SEDIP	–	Seção de Diárias e Passagens
SEDUC	–	Secretaria de Educação
SEGED	–	Seção de Lotação e Gestão de Desempenho
SEGOV	–	Seção de Governança e Controle
SEI	–	Sistema Eletrônico de Informações
SEPAG	–	Seção de Pagamento
SEREF	–	Seção de Registros Funcionais
SGP	–	Secretaria de Gestão de Pessoas
SGRH	–	Sistema de Gestão de Recursos Humano
SIAFI	–	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICEL	–	Sistema de Inspeções e Correções Eleitorais

LISTA DE ABREVIATÖES

SIGLA		DESCRITÖO
SIGEC	–	Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
SJE	–	Seção de Controle de Juízos Eleitorais
SJGI	–	Secretaria Judiciária e de Gestão de Informação
SJUR	–	Sistema de Jurisprudência
SOF	–	Secretaria de Orçamento Federal
SPCE	–	Sistema de Prestação de Contas Eleitorais
SPCWEB	–	Sistema para recebimento das contas de campanha
SPF	–	Superintendência de Polícia Federal
SPIUNET	–	Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	–	Secretária de Patrimônio da União
STIC	–	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
STN	–	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	–	Tribunal de Contas da União
TI	–	Tecnologia de Informação
TIC	–	Tecnologia de Informática e Comunicação
TPU	–	Tabelas Processuais Unificadas
TRE/RO	–	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
TSE	–	Tribunal Superior Eleitoral
UEs	–	Urnas Eletrônicas
UNIRON	–	União das Escolas Superiores de Rondônia
UPC	–	Unidade Prestadora da Conta
VPDs	–	Variações Patrimoniais Diminutivas
VPN	–	Rede Privada Virtual (V irtual P riate N etwork)
ZE	–	Zona Eleitoral
ZE's	–	Zonas Eleitorais